TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO
- 2010 -

Recife, fevereiro de 2011

COMPOSIÇÃO DA GESTÃO 2010

Conselheiro **FERNANDO JOSÉ DE MELO CORREIA**
Presidente

Conselheira **MARIA TERESA CAMINHA DUERE**
Vice-Presidente

Conselheiro **VALDECIR FERNANDES PASCOAL**
Corregedor

Conselheiro **ROMÁRIO DE CASTRO DIAS PEREIRA**
Ouvidor

Conselheiro **CARLOS PORTO DE BARROS**
Diretor da Escola de Contas
Públicas Prof. Barreto Guimarães

Conselheiro **MARCOS COELHO LORETO**
Presidente da 1ª Câmara

Conselheiro **SEVERINO OTÁVIO RAPOSO MONTEIRO**
Presidente da 2ª Câmara

LUIZ ARCOVERDE CAVALCANTI FILHO
Auditor Geral

DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR
Procurador Geral

HILTON CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Procurador Chefe

TACIANA MARIA DA MOTA SILVEIRA
Diretora Geral

MARIA DE FÁTIMA LEITE PESTANA
Diretora Geral Adjunta

ANTÔNIO CABRAL DE CARVALHO JÚNIOR
Chefe de Gabinete da Presidência

JOSÉ DEODATO SANTIAGO ALENCAR BARROS
Diretor de Plenário

CLÁUDIO SOARES DE OLIVEIRA FERREIRA
Coordenador de Controle Externo

RUY BEZERRA DE OLIVEIRA FILHO
Coordenador de Administração Geral

MARIA TERESA SILVA DE MOURA
Coordenadora de Tecnologia da Informação

ADRIANA DUBEUX PACÍFICO PEREIRA
Chefe do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 – INTRODUÇÃO

2 – PERSPECTIVA: SOCIEDADE

2.1 – Efetividade das Ações de Controle Externo

2.1.1 – Julgamento de Processos
2.1.2 – Publicação de Processos
2.1.3 – Atuação Concomitante
2.1.4 – Imputação e Cobrança de Débitos e Multas
2.1.5 – Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico

2.2 – Controle Social

2.2.1 – TCEndo Cidadania
2.2.2 – Atendimento ao Cidadão
2.2.3 – Parcerias Regionais Permanentes
2.2.4 – Portal da Transparência do TCE-PE

2.3 – Comunicação Externa

2.3.1 – Divulgação para a Sociedade das Ações do Tribunal de Contas
2.3.2 – Divulgação para a Sociedade das Ações da Escola de Contas
2.3.3 – Realização de Eventos Externos

3 – PERSPECTIVA: CLIENTES

3.1 – Melhoria da Gestão Pública

3.1.1 - Controle Interno dos Jurisdicionados
3.1.2 - Capacitação de Representantes de Jurisdicionados
3.1.3 – Auditoria Operacional

3.2 – Transparência da Gestão Pública

3.2.1 - Transparência Fiscal Eletrônica dos Jurisdicionados

3.3 – Articulação Institucional

3.3.1 - Parcerias Realizadas

3.3.2 - Encaminhamento de Informações a Parceiros

3.4 – Produtos e Serviços Adequados às Necessidades dos Clientes

3.4.1 - Gestão da Informação Eletrônica

4 – PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

4.1 – Celeridade nos Processos Finalísticos

4.1.1 - Processos Formalizados e Instruídos
4.1.2 - Estoque de Processos
4.1.3 - Monitoramento de Processos
4.1.4 - Pareceres e Cotas Exarados

4.2 – Comunicação Interna

4.2.1 - Divulgação das Ações do TCE-PE para os Servidores
4.2.2 – Divulgação das Ações da Escola de Contas para os Servidores do TCE-PE
4.2.3 - Ouvidoria Itinerante

4.3 – Gestão dos Dados e das Informações

4.3.1 – Gestão Documental
4.3.2 – Disponibilidade de Informações em Meio Magnético
4.3.3 – Tecnologia da Informação nas Ações de Controle Externo e nos Sistemas Administrativos
4.3.4 – Gestão de Riscos
4.3.5 – Gestão da Continuidade do Negócio
4.3.6 – Software livre
4.3.7 – Serviços aos Usuários
4.3.8 – Gestão da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

4.4 – Gestão Estratégica

4.4.1 - Avanços das Ações do Tribunal de Contas
4.4.2 - Ações de Controle Interno na Gestão do Tribunal de Contas
4.4.3 – Gestão de Projetos
4.4.4 – Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo - Promoex

4.5 – Gestão Administrativa e Financeira do TCE-PE

4.5.1 - Infraestrutura Física
4.5.2 - Orçamento e Execução Orçamentária
4.5.3 – Execução Financeira

4.6 – Gestão Administrativa da ECPBG

4.6.1 - Infraestrutura Física, de Tecnologia da Informação e Sistemas Administrativos

5 – PERSPECTIVA: APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

5.1 – Gestão de Pessoas

5.1.1 – Força de Trabalho do Tribunal de Contas
5.1.2 – Pesquisa de Clima Organizacional
5.1.3 – Capacitação dos Servidores
5.1.4 – Performance Funcional
5.1.5 – Programa TCEndo Saúde

5.2 – Gestão do Conhecimento

5.2.1 – Produção do Conhecimento
5.2.2 – Realização de Eventos Internos
5.2.3 - Plano de Gestão do Conhecimento

5.3 – Gestão por Processos de Trabalho

5.3.1 – Disseminação da Cultura de Gestão por Processos de Trabalho
5.3.2 – Fluxos de Processos de Trabalho

6 – PRINCIPAIS DESTAQUES DA GESTÃO DO TCE-PE

7 – OUTRAS AÇÕES DA GESTÃO

8 – ANEXOS

8.1 – Atos Normativos do Exercício de 2010 – Resoluções e Portarias

8.2 – Medidas Cautelares

APRESENTAÇÃO

Com o objetivo de atender ao que determina o artigo 30 da Constituição do Estado de Pernambuco no *§4º: "O Tribunal encaminhará à Assembléia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades"* e também ao disposto no artigo 29 da lei nº 12.640/04 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco *"O Tribunal encaminhará à Assembléia Legislativa relatório trimestral de suas atividades e, anualmente, até 15 de fevereiro, cópia de sua Prestação de Contas* – apresentamos a este Conselho o Relatório de Desempenho do Tribunal de Contas de Pernambuco referente ao ano de 2010.

O referido relatório disponibiliza um conjunto de informações capazes de permitir a avaliação do desempenho do Tribunal, tanto por parte da Assembléia Legislativa, órgão responsável constitucionalmente pelo Controle Externo, como pela sociedade em geral. Além disso, é um instrumento de divulgação para todos os servidores da Casa sobre as ações implementadas durante o ano, nesta instituição, como também uma oportunidade de cada servidor visualizar a sua contribuição profissional no trabalho conjunto desenvolvido por este Tribunal.

De forma exemplar, o Tribunal de Contas buscou administrar seus recursos com austeridade, correção e transparência, cumprindo fielmente as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Código de Administração Financeira do Estado, sempre com o objetivo de dar respostas mais ágeis e efetivas às demandas da sociedade.

FERNANDO JOSÉ DE MELO CORREIA
Presidente Conselheiro

1 – INTRODUÇÃO

O TCE-PE tem sede na Rua da Aurora, nº 885, bairro da Boa Vista, onde estão localizados os edifícios Dom Helder Câmara e Nilo Coelho. Na Avenida Mário Melo, encontram-se a Escola de Contas Professor Barreto Guimarães e o Núcleo de Engenharia do Tribunal (Anexo I). Funcionam também no interior do estado sete (7) Inspetorias Regionais localizadas em Bezerros, Palmares, Surubim, Arcoverde, Garanhuns, Salgueiro e Petrolina. Outras duas Inspetorias Regionais, as Metropolitanas Norte e Sul estão localizadas na sede do Tribunal.

Em 2007, foi concluída a elaboração do Plano Estratégico, para o período 2008-2012, com uma metodologia de caráter participativo, que construiu a seguinte identidade organizacional:

MISSÃO:

Fiscalizar e orientar a gestão pública em benefício da sociedade.

VISÃO:

Ser identificado pela sociedade como instrumento efetivo na melhoria da gestão pública, na defesa do interesse social e no combate à corrupção.

VALORES:

ÉTICA
Relações baseadas em honestidade e respeito em todos os níveis do TCE-PE.

TRANSPARÊNCIA
Qualidade ou condição de ser claro em uma conduta organizacional.

COMPROMETIMENTO
Manutenção do compromisso com a identidade organizacional do TCE-PE.

EFETIVIDADE
Capacidade de sempre buscar atingir o seu objetivo real.

COMPETÊNCIA
Aptidão reconhecida de efetuar as ações profissionais.

Em 2010, encontrava-se em plena vigência o Plano Estratégico do Tribunal para o período 2008-2012. Na época de sua elaboração, através de muitas discussões, foram definidos **12 Focos Estratégicos**, considerando o ambiente interno e o externo ao Tribunal. Esses Focos, também chamados de Direcionadores Estratégicos, orientaram a definição dos grandes objetivos do Tribunal de Contas até 2012.

Focos Estratégicos Externos:

- Reconhecimento da sociedade;
- Fortalecimento das relações institucionais;
- Efetividade das ações do Tribunal;
- Instrumentalização normativa para o TCE-PE;
- Provedor de informações.

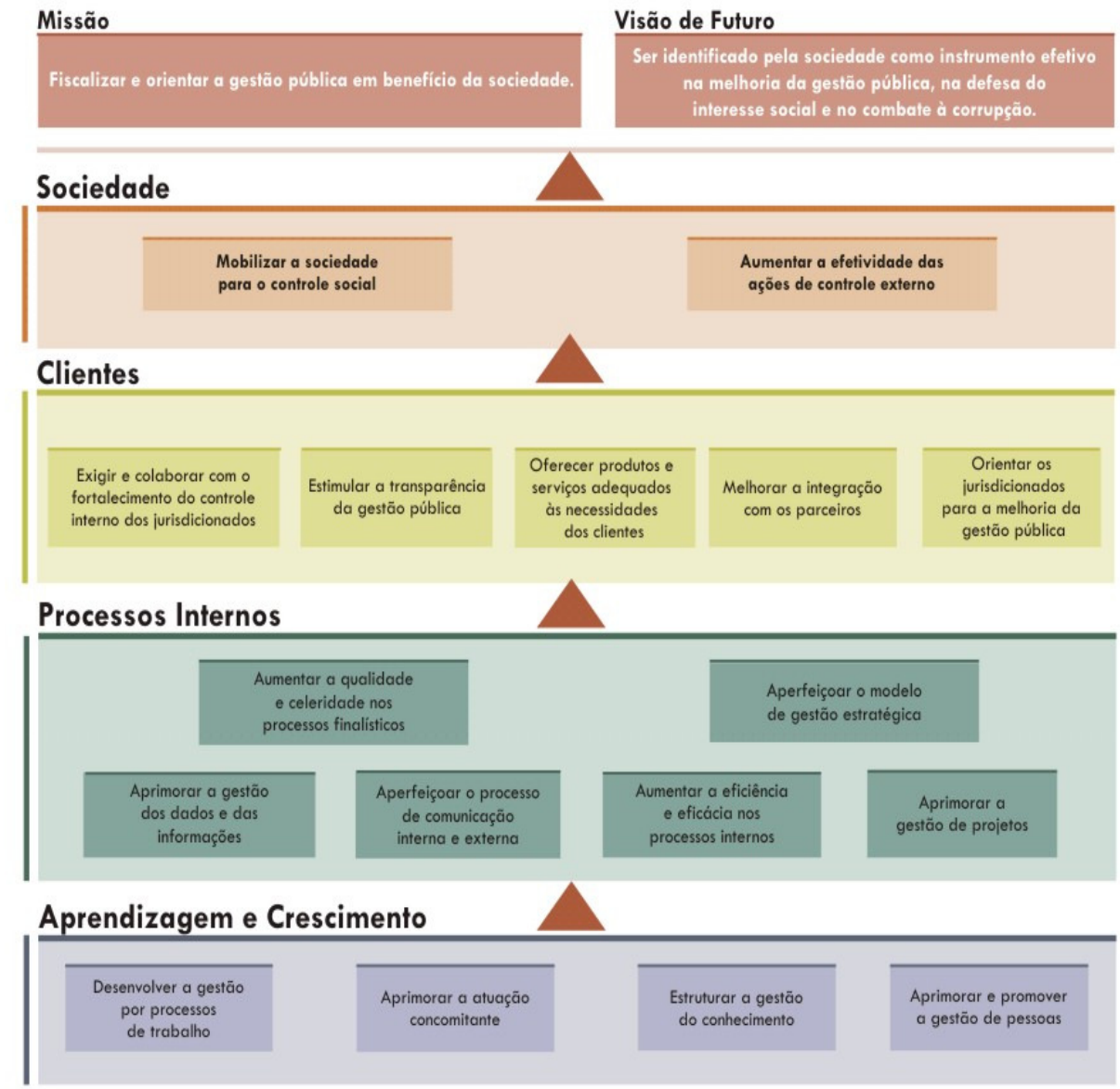
Focos Estratégicos Internos:

- Integração entre o corpo técnico e julgador;
- Customização de produtos por clientes;
- Liderança da gestão estratégica pelo Conselho;
- Ênfase em auditoria concomitante;
- Institucionalização dos procedimentos e métodos de trabalho;
- Desenvolvimento coletivo das políticas de recursos humanos;
- Construção de visão sistêmica entre os gestores.

O Modelo de Planejamento e Monitoramento adotado pelo TCE-PE é baseado na metodologia *Balanced ScoreCard* (BSC) e tem como principal elemento o Mapa Estratégico organizado em quatro perspectivas: **Sociedade, Clientes, Processos Internos e Aprendizagem e Crescimento**. Nas perspectivas, estão descritos os 17 objetivos estratégicos do TCE-PE, servindo de referência para a definição de indicadores estratégicos que ao longo dos anos estão sendo medidos para monitorar o desempenho do Tribunal de Contas.

A seguir, o Mapa Estratégico do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco:

Mapa Estratégico 2008-2012



Este Relatório foi construído tomando por base as perspectivas citadas com os respectivos objetivos estratégicos, cujas ações e resultados alcançados estão distribuídos em diversos capítulos.

No segundo capítulo "Perspectiva da Sociedade" estão descritas atividades desenvolvidas referentes aos temas: a) Efetividades das ações de controle externo, b) Controle social e c) Comunicação externa.

O terceiro capítulo "Perspectiva dos Clientes" agrega ações de: a) Melhoria e transparência da gestão pública, b) Articulação institucional e c) Produtos e serviços adequados às necessidades dos clientes.

A "Perspectiva dos Processos Internos" – quarto capítulo - está representada por diversos assuntos: a) Celeridade nos processos finalísticos, b) Comunicação interna, c) Gestão dos dados e das informações, d) Gestão estratégica do Tribunal, e) Gestão administrativa e financeira do TCE-PE .

No quinto capítulo "Perspectiva da Aprendizagem e Crescimento" foram desenvolvidas ações referentes à: a) Gestão de pessoas e do conhecimento, b) Gestão por processos de trabalho.

Os sexto e sétimo capítulos foram dedicados aos principais destaques da gestão do Tribunal em 2010, ou seja, àquelas ações que através de sua implementação representaram avanços significativos na condução dos trabalhos da instituição.

Dos Anexos – no capítulo oitavo, constam os Atos Normativos do Exercício de 2010, discriminados em Resoluções e Portarias, com número, data e ementa, além da relação das Medidas Cautelares expedidas por este TCE-PE.

2 - Perspectiva: SOCIEDADE

Os objetivos estratégicos definidos na perspectiva da Sociedade correspondem ao relacionamento do Tribunal com a população através da efetividade das ações de controle externo e incentivo ao controle social. Além disso, nessa perspectiva também foram incluídas todas as ações referentes à comunicação externa do Tribunal com a sociedade.

2.1 – Efetividade das Ações de Controle Externo

As ações de Controle Externo estão divididas nos seguintes tópicos:

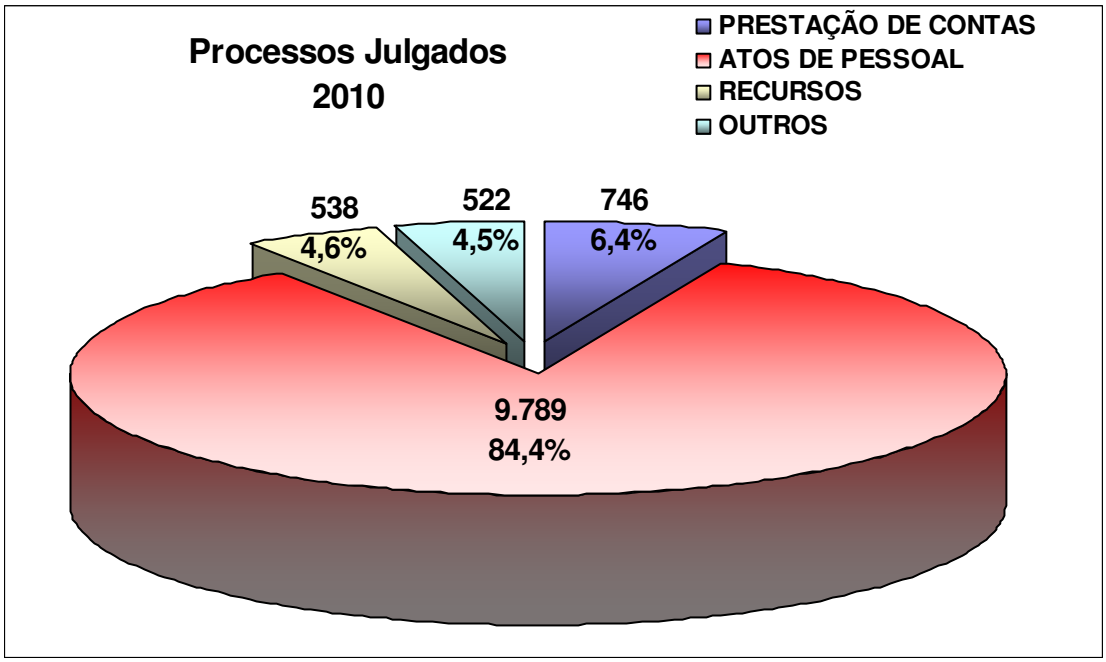
- Julgamento e Publicação de Processos;
- Atuação Concomitante;
- Imputação e Cobrança de Débitos e Multas;
- Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico.

2.1.1 – Julgamento de Processos

A meta mobilizadora de julgamento para o ano de 2010 foi de **9.500** processos. Foram julgados **11.595**, ou seja, **122%** da meta mobilizadora e **41%** a mais do resultado de julgamento de 2009. Esses processos estão distribuídos, por grupos, conforme tabela e gráfico abaixo:

Grupos de Processos	Processos Julgados	
	2009	2010
1 – Prestação de Contas	614	746
2 – Atos de Pessoal	6.611	9.789
3 – Provocados	407	434
4 – Prestação de Contas Parciais	98	87
5 – Recursos	491	538
6 – Não Computados	1	1
TOTAL	**8.222**	**11.595**

Fonte: AP (Sistema de Acompanhamento de Processos)



Fonte: AP (Sistema de Acompanhamento de Processos)

Dos **11.595** processos julgados em 2010, **8.542** ou **74%** foram julgados pelos Conselheiros e **3.053** ou **26%** pelos Auditores.

Além disso, foram produzidas as seguintes peças processuais referentes ao julgamento dos processos:

Peças Processuais Produzidas	2008	2009	2010
Acórdãos	3.854	781	**561**
Extratos de Decisões Monocráticas	1.452	5.996	**8.851**
Decisões	1.378	1.413	**1.716**
Pareceres Prévios	149	153	**195**
Inteiros Teores das Deliberações	5.232	2.194	**2.381**

Fonte: DP

Explicando cada uma dessas peças:

1) **Acórdãos:** referem-se aos processos de recursos, pedidos de rescisão e denúncias;
2) **Extratos de Decisões Monocráticas**: referem-se aos julgamentos singulares dos atos de inativações (aposentadoria, pensão, reformas e transferência para a reserva);
3) **Decisões:** referem-se a consultas, auto de infração, prestações de contas da administração direta e indireta do estado e municípios;
4) **Pareceres Prévios:** referem-se às prestações de contas dos chefes do poder executivo do estado e municípios;
5) **Inteiros Teores das Deliberações:** referem-se aos votos proferidos nas sessões de julgamento.

Em **221** sessões realizadas no ano foram emitidas **1716** decisões e **561** acórdãos, descritos a seguir:

DECISÕES EMITIDAS	Nº
1 - Atos de Pessoal	492
2 - Prestações de Contas da Administração Direta e Indireta	387
3 – Auditorias Especiais	278
4 – Prestações de Contas de Prefeituras	195
5 – Prestações de Contas de Câmaras	163
6 – Consultas	85
7 – Relatórios de Gestão Fiscal	58
8 – Prestações de Contas Especiais	28
9 – Autos de Infração	15
10 – Processos de Destaque	14
11 – Processo Administrativo Interno	01
TOTAL	**1.716**
ACÓRDÃOS EMITIDOS	
1 - Denúncias	37
2 – Agravos	04
3 – Correspondentes a Recursos	520
TOTAL	**561**

Fonte: GPRE

- **Análise das Contas Julgadas pelo Tribunal**

O Tribunal apreciou em 2010 as contas do Governo do Estado referente ao exercício de 2009, emitindo parecer prévio, recomendando a sua aprovação.

Emitiu também pareceres prévios sobre contas de Prefeituras, ressaltando-se que dentre 195 prefeituras, somente uma obteve o Parecer Prévio do Tribunal recomendando a sua aprovação e 134 recomendando a rejeição das contas, conforme explícito a seguir:

Prestação de Contas de Prefeituras	Nº	%
Recomendando a aprovação	1	0,5
Recomendando a aprovação, com ressalvas	59	30,3
Recomendando a rejeição	134	68,7
Contas iliquidáveis	1	0,5
TOTAL	**195**	**100,0**

Fonte: GPRE

Com relação às Câmaras, as decisões emitidas foram as seguintes:

Prestações de Contas de Câmaras	Nº	%
Julgadas regulares	12	7,4
Julgadas regulares com ressalvas	80	49,1
Julgadas Irregulares	71	43,6
TOTAL	**163**	**100,0**

Fonte: GPRE

Foram julgados Órgãos da Administração Direta e Indireta, com o seguinte resultado, destacando que apenas 11,9% apresentaram contas regulares:

Órgãos da Administração Direta e Indireta	Nº	%
Regulares	46	11,9
Regulares com ressalvas	252	65,1
Irregulares	88	22,7
Arquivada	1	0,3
TOTAL	**387**	**100,0**

Fonte: GPRE

As decisões emitidas com relação a Atos de Pessoal tiveram a seguinte configuração, ressaltando que cerca de 80% foram consideradas legais:

Atos de Pessoal	Nº	%
Legais	391	79,5%
Legais em parte	34	6,9%
Ilegais	40	8,1%
Arquivados	27	5,5%
TOTAL	**492**	**100,0**

Fonte: GPRE

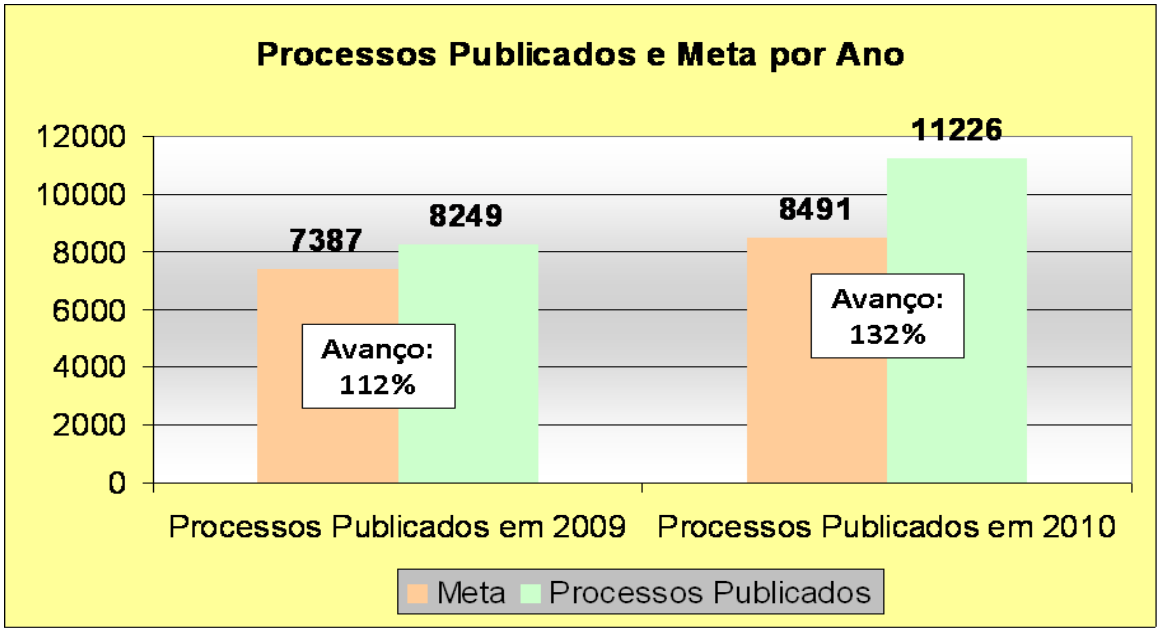
Foram realizadas 278 Auditorias Especiais, sendo 42,1% irregulares e 37,1% regulares com ressalvas.

Auditorias Especiais	Nº	%
Regulares	11	4,0
Regulares com ressalvas	103	37,1
Irregulares	117	42,1
Arquivadas	44	15,8
Anexar à Prestação de Contas	2	0,7
Outros	1	0,4
TOTAL	**278**	**100,0**

Fonte: GPRE

2.1.2 – Publicação de Processos

Obedecendo ao princípio da publicidade, que diz respeito à obrigação de levar ao conhecimento da sociedade os atos praticados pela administração pública, o TCE-PE definiu como meta, para o ano de 2010, publicar **8.491** processos, ou seja, 90% da meta de processos julgados para o ano. Contudo, foram publicados **11.226 (132%)** processos, dos quais **10.710 (95,4%)** referentes ao exercício de 2010 e **516 (4,6%)** ao exercício de 2009.



Fonte: Sisplan/TCE-PE

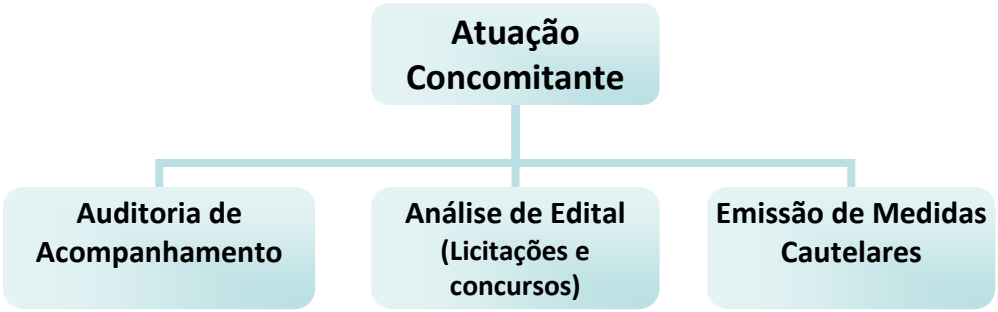
É importante destacar que ano a ano está ocorrendo uma redução do tempo médio de publicação, passando de **45,6** em 2008 para **20,5** dias em 2010. Além disso, destaca-se que à republicação dos processos caiu **de 1,5%** para **0,9%,** representando uma melhoria na qualidade da publicação, conforme demonstrado a seguir:

Anos	Processos Publicados (a)	Processos Republicados (b)	(b)/(a)	Tempo Médio de Publicação (dia)
2008	6.848	185	2,8%	45,6
2009	8.249	116	1,5%	33,2
2010	**11.226**	**105**	**0,9%**	**20,5**

Fonte: DP

2.1.3 – Atuação Concomitante

O Tribunal de Contas tem como meta intensificar a atuação concomitante e preventiva, analisando os fatos e atos de gestão no momento em que ocorrem, ou seja, ao tempo em que se efetiva o objeto auditado: obras, serviços ou publicação de editais convocatórios. Na atuação concomitante, a ênfase está nas auditorias de acompanhamento, análise de editais e emissão de medidas cautelares.



a) Auditoria de Acompanhamento

No exercício de 2010, foram realizadas **239** auditorias de acompanhamento em unidades gestoras estaduais e municipais, nas seguintes áreas: contábil, administrativa, saúde, educação, previdência e em obras e serviços de engenharia.

Foram identificados **1.604** achados negativos e propostas **1042** medidas corretivas. Esse esforço significou auditoria em recursos financeiros da ordem de **R$ 380.824.048,80.**

Anos	Auditorias de Acompanhamento realizadas	Valores envolvidos (R$ bilhões)	Total de achados de auditorias negativos (*)	Total de achados de auditorias sanados (*)	Medidas preventivas propostas
2008	183	1,2	797	58	-
2009	156	6,0	831	45	610
2010	**239**	**0,38**	**1.604**	**53**	**1042**

(*) exceto NEG – Núcleo de Engenharia

Fonte: CCE

Em 2010, foram realizadas **187** auditorias de acompanhamento em unidades gestoras estaduais e municipais, nas seguintes áreas: contábil, administrativa, saúde, educação, previdência e em obras e serviços de engenharia.

b) Análise de Editais

Outra ação que contribui para o aumento da efetividade da atuação do Tribunal de Contas é a análise de editais, na medida em que as falhas são identificadas antes da realização das licitações e dos concursos públicos.

No exercício de 2010, foram analisados **432** editais, sendo 61 de concursos ou contratos temporários, com um total de **13.609** vagas analisadas. Os recursos envolvidos na análise somam um total de **R$ 4.982.240.220,14.**

Áreas de Atuação	Editais e Contratos Analisados	Valores Envolvidos	
		R$ 1.000,00	%
Estado	39	322.219,56	6%
Municípios	163	1.013.722,19	20%
Engenharia - Estado e Prefeitura Recife	146	3.515.068,29	71%
Tecnologia da Informação	23	131.230,17	3%
Atos de Pessoal	61	(*)	-
TOTAL	**432**	**4.982,24**	**100,0%**

(*) 13.609 vagas de concurso.
Fonte: CCE

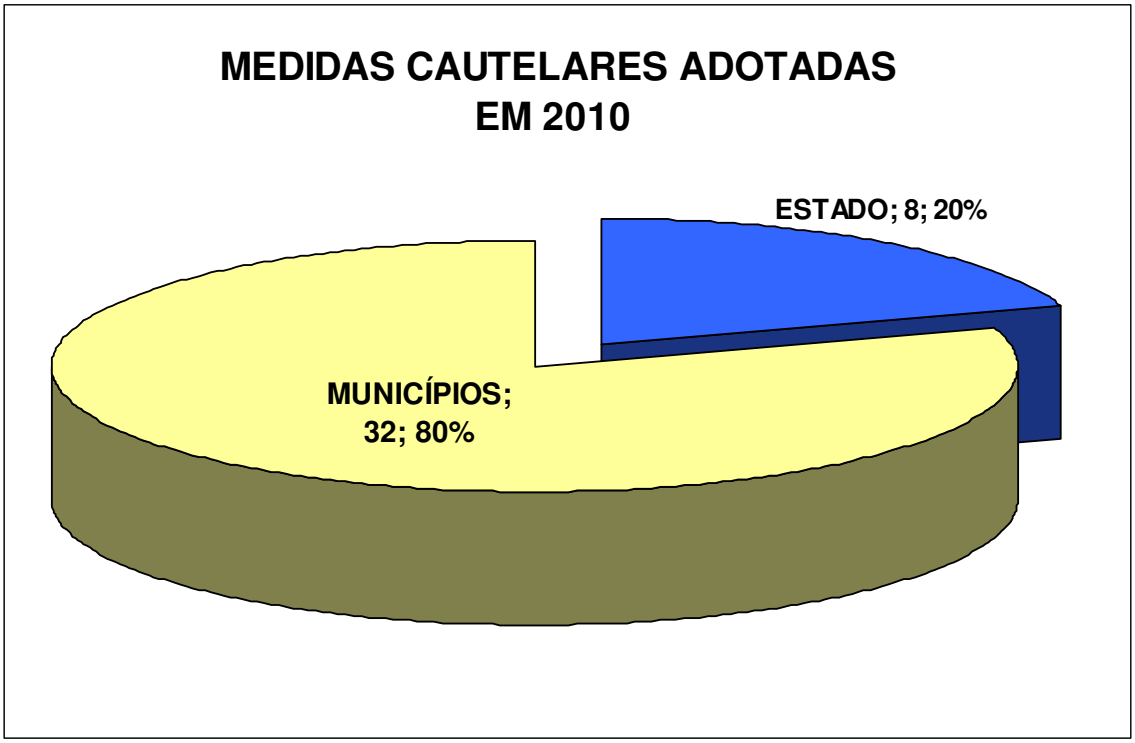
Dos editais analisados, **396** apresentaram falhas, sendo que **219** destes foram corrigidos, suspensos, cancelados ou revogados após a atuação do TCE-PE, o que representa uma efetividade das análises correspondente a **55,3%.**

Anos	Análises Realizadas	Valores (R$ bilhões)	Editais com Falhas	Editais Revistos pelo Gestor	Índice de Efetividade das Análises
2008	262	3,2	226	119	52,7%
2009	596	5,6	436	293	67,2%
2010	**432**	**4,9**	**396**	**219**	**55,3%**

Fonte: CCE

c) Emissão de medidas cautelares

No exercício de 2010, após as medidas cautelares monocraticamente deferidas, foram referendadas **quarenta (40)**, pelo Pleno do Tribunal.



Fonte: DP

As medidas cautelares referendadas estão concentradas em diversos órgãos da esfera estadual e municipal, havendo uma grande concentração na esfera municipal (anexo 7.2).

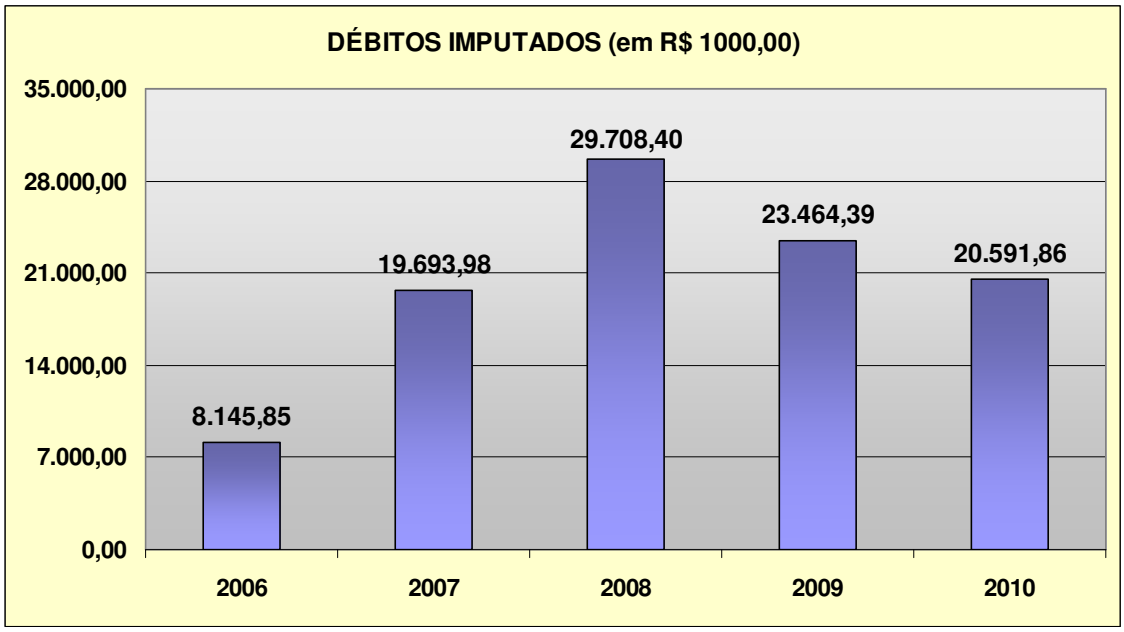
2.1.4 – Imputação e Cobrança de Débitos e Multas

Cabe ao TCE, de acordo com a Constituição Federal, a imputação de débitos e multas, cuja execução está discriminada abaixo.

a) Débitos

Conforme os artigos 62 e 63 da lei nº 12.600, que dispõe sobre a Lei Orgânica do TCE-PE, o Tribunal poderá imputar débito ao agente público e essa imputação, segundo o § 3º do inciso XI do art. 71 da Constituição da República, terá eficácia de título executivo.

Após o trânsito em julgado das decisões que contemplam imputação de débitos ou multas, são emitidas certidões para envio aos diversos órgãos responsáveis pelas cobranças desses títulos. Durante o ano de 2010, foram emitidas **831** certidões e imputados **R$ 20.591.862,58** em débitos aos gestores (**267** ordenadores e **187** decisões).



Fonte: CORG

b) Multas

De acordo com o § 9º do art. 73 da Lei Orgânica desta Corte de Contas (Lei nº 12.600/04), "os valores das multas (...) aplicadas em processos referentes a entes municipais serão revertidos ao Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal".

No período, foram efetuadas **313** cobranças administrativas de multas, sendo **35** quitadas sem parcelamento, **74** parceladas, **146** enviadas para execução judicial e **58** aguardando transcurso dos prazos concedidos. Com relação a multas, foi imputado o montante de R$ **1.366.972,69**. No período, foram registradas **384** operações.

Do total de imputações, o TCE recolheu, durante o exercício de 2010, o montante de **R$ 528.512,31** referentes às multas, conforme demonstrado a seguir:

Anos	Multas Imputadas (R$ 1.000,00)	Valores Recolhidos de Multas (R$ 1.000,00)
2008	833,1	**387,4**
2009	1.034,90	**373,1**
2010	**1.366,9**	**528,5**

Fonte: CORG

2.1.5 – Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico

O Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal de Contas – Fapre foi instituído pela Lei Estadual nº 11.570/98, que promoveu alteração no artigo 52 da Lei Orgânica do TCE-PE (Lei nº 10.651/91), sendo alterada pela nova Lei Orgânica (Lei Estadual nº 12.600/2004), nos artigos 138 a 140 , que regulou o respectivo fundo.

A partir do exercício de 2008, para permitir maior clareza e transparência na apresentação de suas prestações de contas, o Fapre passou a constituir unidade gestora própria, independente, identificada no sistema de gestão orçamentária e financeira estadual sob nº 020002, o que ensejou a elaboração de prestação de contas distinta daquela do Tribunal. Essa nova unidade gestora, contudo, vincula-se ao Tribunal de Contas para todos os fins, e os dados do Fapre integram, de forma consolidada, a prestação de contas do TCE-PE. Além disso, o Fundo dispõe de registro próprio no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, sob nº 09.189.476/0001-97.

As receitas orçamentárias arrecadadas pelo respectivo Fundo, em 2010, somaram **R$ 654.963,75**. O total de receitas de 2010 foi superior em cerca de 43,7%, em termos nominais, aos R$ 455.743,79 arrecadados em 2009, conforme evolução abaixo:

Evolução da arrecadação do Fapre/TCE-PE		
Exercícios	**Receitas – R$**	**Evolução - %**
2005	44.670,25	-
2006	103.652,66	132%
2007	209.604,12	102%
2008	447.025,90	113%
2009	455.743,79	2%
2010	**654.963,75**	**44%**

Fonte: CAD

Dentre as receitas do Fapre em 2010, destacam-se a parcela de **R$ 535.673,17**, decorrente da arrecadação de multas imputadas pelo TCE-PE, o montante de R$ 103.018,08 (15,7% das receitas do exercício) referentes a receitas de aplicações financeiras dos seus recursos disponíveis, o valor de R$ 16.272,50 decorrentes da remuneração paga por diversas instituições bancárias participantes do sistema TCE-PE Consig, conforme previsto no artigo 11, § 2º, da Portaria TC nº 194/2008, de 28 de março de 2008 (alterada pelas Portarias nº 223/2008 e 242/2009).

As despesas do Fapre totalizaram **R$ 361.047,65** no exercício financeiro de 2010 e destinaram-se exclusivamente a atividades de capacitação de servidores do Tribunal, distribuída em: gastos com diárias, no valor de R$ 131.491,00 (36,4%); passagens aéreas, que somaram R$ 30.529,89 (8,5%); serviços de pessoas jurídicas, no total de R$ 169.784,36 (47,0%); ressarcimento de transporte, no valor de R$ 27.504,40 (7,6%); e, R$ 1.738,00 (0,5%) referentes a outras naturezas de despesas.

Acrescentem-se, ainda, despesas no valor de R$ 664,56 referentes ao serviço de processamento de boletos bancários de cobrança das multas imputadas contra ordenadores de despesas, custeadas com recursos da fonte 0101000000 – Tesouro e provenientes dos duodécimos do Tribunal de Contas.

Encerrado o exercício, as disponibilidades do Fundo totalizaram **R$ 1.236.853,23**, saldo superior em 31,2% aos R$ 942.321,80 contabilizados em 31 de dezembro de 2009.

2.2 – Controle Social

Com o objetivo de despertar e viabilizar o interesse e a participação da sociedade para fiscalizar a gestão pública, foram desenvolvidas ações referentes ao Programa TCE Cidadania, ao Atendimento ao Cidadão, a Parcerias Regionais e ao Portal da Transparência do Tribunal.

2.2.1 – TCEndo Cidadania

O "TCEndo Cidadania", coordenado pela Escola de Contas Professor Barreto Guimarães (ECPBG), é direcionado a estudantes, membros de conselhos municipais, sindicatos, profissionais liberais, agentes políticos e a população em geral, visando a despertar uma consciência cidadã e a estimular o controle social. É composto de 3 projetos:

a) Escola de Cidadania;
b) Fórum TCEndo Cidadania;
c) Capacitação de Representantes de Conselhos Municipais e Membros da Sociedade Civil.

Esse programa foi um dos três selecionados em Curitiba, nos dias 16 a 19 de novembro de 2009, no II Seminário Nacional de Ações Compartilhadas, para representar o Brasil, na Espanha, em março de 2010.

O programa "TCEndo Cidadania" foi apresentado pelo conselheiro Valdecir Pascoal para autoridades do governo espanhol nos dias 23, 24 e 27 de março deste ano, como parte de um intercâmbio entre os dois países para troca de experiências e conhecimento de boas práticas nas áreas de planejamento e gestão pública.

A primeira apresentação foi realizada em Madri, no dia 23 de março, no Instituto de Estudos Fiscais - IEF, órgão vinculado ao Ministério da Economia e Fazenda do Governo Central da Espanha. A segunda, em Sevilha, no dia 24, na Câmara de Contas da Comunidade Autônoma da Andaluzia e a última em Barcelona, no dia 27 de março, no Departamento da Presidência da Comunidade Autônoma da Catalunha.

Nas apresentações, o conselheiro Valdecir Pascoal fez inicialmente uma contextualização do Brasil, sob o aspecto social, econômico e institucional, sobre o papel dos Tribunais de Contas Brasileiros, após a Constituição de 1988, até chegar aos detalhes do programa "TCEndo Cidadania": histórico, projetos, objetivos, conteúdo, estruturação, logística, fotos dos eventos e dos seus resultados.

Em 2010, foi lançado o desenho animado **"Lição de Cidadania",** disponível no site do TCE (www.tce.pe.gov.br) e da Escola de Contas (www.tce.pe.gov.br/ escola) que aborda noções

sobre o tema e ensina como o Tribunal fiscaliza os recursos públicos.

Destinado a estudantes das últimas séries do ensino fundamental, o filme tem a duração de 12 minutos e é uma adaptação de uma animação desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Mato Grosso, que cedeu ao TC pernambucano através de um termo de cooperação técnica. O referido desenho está sendo exibido nas apresentações do programa TCEndo Cidadania.

a) Escola de Cidadania

Esse Projeto Escola de Cidadania, que acontece mediante a realização de palestras, totalmente gratuitas e da edição e distribuição de cartilhas informativas, têm os seguintes objetivos:

- Estimular o exercício da cidadania entre jovens da faixa etária de 10 a 25 anos;
- Criar um canal permanente de acesso a informações sobre o Tribunal de Contas;
- Fomentar o intercâmbio de conhecimentos entre o Tribunal de Contas e a sociedade.

Esteve presente em escolas/colégios/faculdades de municípios da Região Metropolitana do Recife e no interior do Estado, atingindo um total de **4.677** alunos.

Região Metropolitana do Recife		
Escolas/Colégios/Faculdades	**Instituições**	**Participantes**
Estaduais	2	392
Particulares	1	127
Faculdades	1	14
Subtotal	**4**	**533**
Municípios do Interior*		
Escolas/Colégios/Faculdades	**Instituições**	**Participantes**
Estaduais	17	2305
Municipais	12	1200
Particulares	04	394
Faculdades	01	245
Subtotal	**34**	**4.144**
TOTAL	**38**	**4.677**

Fonte: ECPBG

* (Vitória de Santo Antão, Nazaré da Mata, Rio Formoso, Arcoverde, Manari, Limoeiro, Tracunhaém, Serrita, Salgueiro, Lagoa Grande, Jupi e Timbaúba).

b) Fórum TCEndo Cidadania

O Fórum "TCEndo Cidadania", promovido nos municípios pernambucanos, conta com a participação de membros da sociedade civil organizada (conselhos, sindicatos, associações, ONGs, etc.) e demais cidadãos. Os objetivos desse projeto são os seguintes:

- Orientar a sociedade sobre a importância de sua participação na definição e no controle de políticas e recursos públicos;
- Estreitar os laços entre o Tribunal de Contas e a sociedade;
- Informar sobre os meios disponíveis para que a população melhor desempenhe o seu papel de cidadã.

No ano de 2010, foram visitados **9** municípios, com a participação de **1.009** cidadãos, que avaliaram os eventos com a nota média de **9,1**. As cidades contempladas com a realização dos Fóruns são indicadas a seguir:

Municípios	Participantes
1. Vitória de Santo Antão	77
2. Nazaré da Mata	96
3. Rio Formoso	68
4. Pombos	149
5. Manari	62
6. Serrita	255
7. Lagoa Grande	136
8. Jupi	98
9. Timbaúba	68
TOTAL	**1.009**

Fonte: ECPBG

c) Capacitação de Representantes de Conselhos Municipais e de Membros da Sociedade Civil

A capacitação de membros da sociedade civil, com foco nos Conselhos Municipais, é um projeto que tem como objetivo principal fortalecer o controle social e, ao mesmo tempo, despertar a sociedade para a importância da formulação, elaboração e controle e avaliação das políticas públicas, como forma de atenuar os problemas sociais detectados nos respectivos municípios.

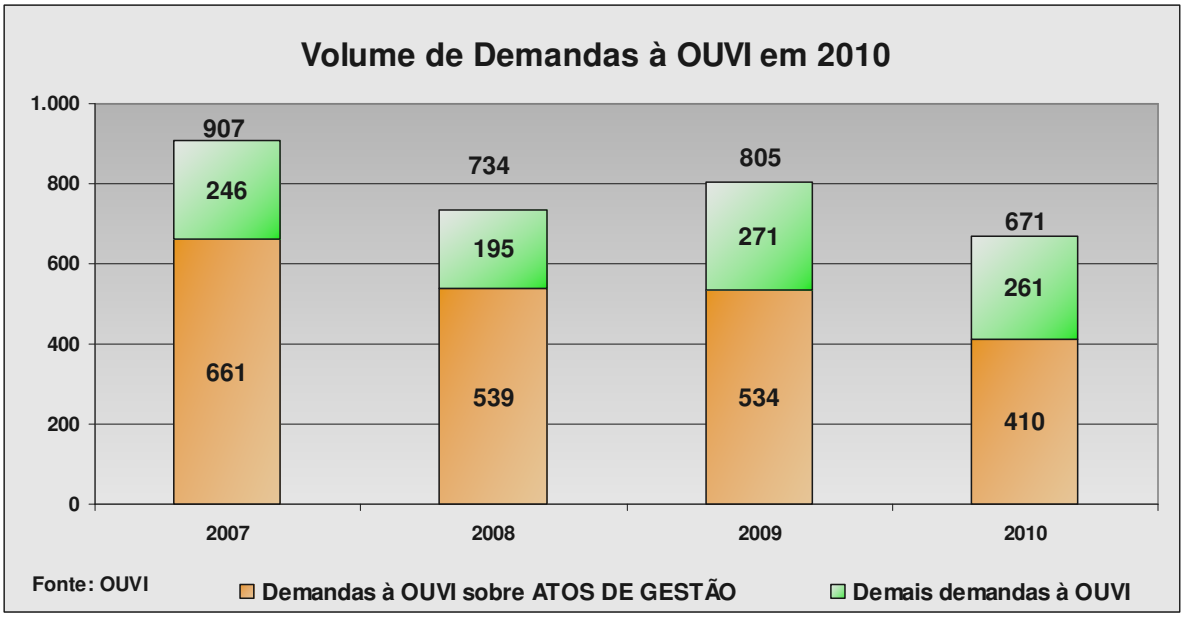
No período em análise, foram atendidos **48** municípios, sendo **1.952** membros da sociedade civil capacitados. A média da avaliação dos cursos ministrados nesse ano ficou em **9,4** enquanto a dos instrutores foi de **9,7,** resultados que confirmam o sucesso desse projeto.

Nº	MUNICÍPIOS	PARTICIPANTES	Nº	MUNICÍPIOS	PARTICIPANTES
1	Abreu e Lima	35	25	Lagoa do Ouro	56
2	Águas Belas	36	26	Lagoa Grande	43
3	Araçoiaba	35	27	Macaparana	53
4	Barrerios	60	28	Maraial	50
5	Cabo de Santo Agostinho	60	29	Mirandiba	32
6	Calçado	45	30	Nazaré da Mata	37
7	Capoeiras	44	31	Panelas	50
8	Carnaíba	25	32	Parnamirim	31
9	Cedro	43	33	Pedra	22
10	Cupira	36	34	Poção	35
11	Floresta	49	35	Quipapá	31
12	Goiana	38	36	Rio Formoso	22
13	Ibirajuba	46	37	Sairé	18
14	Igarassu	47	38	Salgadinho	30
15	Iguaracy	38	39	São Bento do Una	70
16	Ingazeira	21	40	São José do Belmonte	39
17	Itaíba	43	41	São Lourenço da Mata	47
18	Jaboatão dos Guararapes	91	42	Serrita	64
19	Jaqueira	29	43	Terra Nova	29
20	Jataúba	48	44	Tracunhaém	33
21	Joaquim Nabuco	56	45	Tupanatinga	43
22	Jucati	27	46	Verdejante	35
23	Jupi	56	47	Vitória de Santo Antão	25
24	Lagoa do Carro	49	48	**TOTAL DE PARTICIPANTES**	**1.952**

Fonte: ECPBG

2.2.2 – Atendimento ao Cidadão

O atendimento ao cidadão, principal função da Ouvidoria, teve no ano de 2010 registradas **671** demandas da sociedade, sendo **410 (61,1%)** sobre atos de gestão e **261 (38,9%)** de orientação técnica. Do total de demandas registradas, **21** foram canceladas, restando para operação **650** demandas. Destas, o grau de atendimento conclusivo foi de **64%**, que corresponde a **416** demandas.



Computando as demandas em aberto de exercícios anteriores, ao final do ano, o estoque totalizou **966** demandas pendentes de solução final. Considerando esse estoque, o grau de demandas concluídas, total ou parcialmente (pela Ouvidoria, segmentos técnicos ou por julgamento), reduz para **54%.**

Até o quarto trimestre de 2010, o grau de satisfação do usuário da Ouvidoria com o Tribunal foi de **89,2%.** Esse indicador é obtido a partir de levantamento das Demandas Concluídas e Identificadas no sistema informatizado da Ouvidoria – Sisouvi.

Aproximadamente **43,9%** das demandas formalizadas foram recebidas por e-mail, seguido do Disque Ouvidoria, com **37,5%.** Deste último, **5,8%** das ligações são convertidas em demandas pertinentes às competências do TCE-PE. Os **94,2%** restantes são compostos de atendimentos nos quais os servidores esclarecem ao cidadão o papel do Tribunal ou orientam a respeito do órgão ou Poder competente ao caso.

2.2.3 – Parcerias Regionais Permanentes

O projeto Parcerias Regionais Permanentes, também atividade da Ouvidoria, tem como propósito promover aproximação entre o Tribunal de Contas e entidades do Terceiro Setor que atuam ou podem atuar no âmbito do Controle Social. O Projeto possibilita que os parceiros sejam informados da missão do TCE-PE, da sua organização e competência, dos direitos e deveres do cidadão, e os orienta a disseminar esse conhecimento entre o segmento da população do qual a entidade participa.

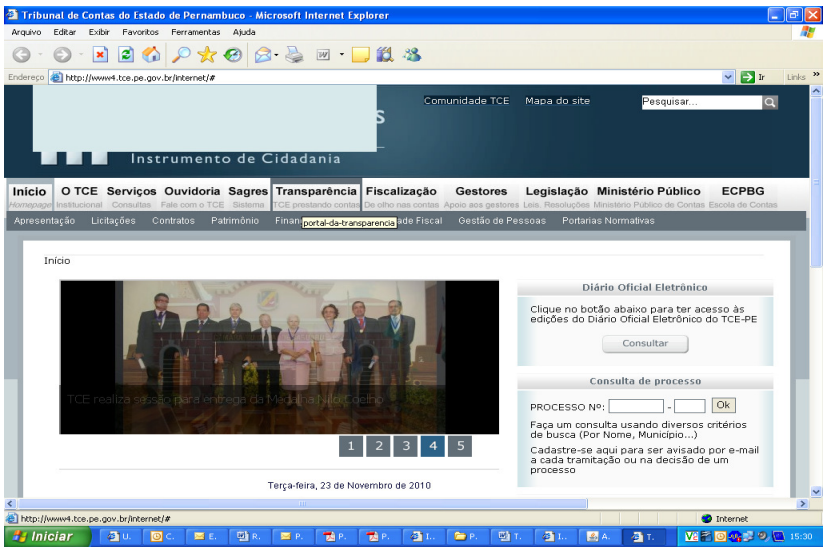
O público alvo é a sociedade civil organizada – conselhos, sindicados, igreja, associações, etc. Em 2010, a Ouvidoria visitou os parceiros dos municípios de Garanhuns, Surubim e Petrolina, totalizando **19** visitas realizadas.

2.2.4 - Portal da Transparência do TCE-PE

O marco inicial do Portal da Transparência do TCE-PE ocorreu no dia 18 de dezembro de 2009, com a disponibilização de link na internet no site do TCE-PE, www.tce.pe.gov.br, com o título "Transparência", em respeito ao princípio da Transparência.

O objetivo maior do **Portal da Transparência** é o de tornar a Gestão Pública transparente por meio de uma linguagem simples e objetiva, contribuindo com o Controle Social, através da utilização de painéis intuitivos que permitam a divulgação do Orçamento, Finanças, Recursos Humanos, Responsabilidade Fiscal (LRF), Licitações, Contratos e Patrimônio do TCE-PE.

O painel Tribunal Transparente passou a oferecer consulta detalhada de empenhos, com opção de pesquisa por unidade gestora para as despesas do Tribunal de Contas, da Escola de Contas e do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico.



Além do filtro por unidades gestoras, as despesas podem ser consultadas por exercício financeiro (a partir de 2009), modalidades de licitação, classificação funcional-programática (funções, subfunções, programas, ações), por fonte de recursos e por classificação econômica (elementos de despesa), além das opções de busca por número das notas de empenho, data de emissão (ou intervalo entre datas), CNPJ/CPF ou nome do credor.

2.3 – Comunicação Externa

A comunicação externa está sendo descrita neste relatório, considerando-se os temas elencados abaixo.

2.3.1 - Divulgação para a Sociedade das Ações do Tribunal de Contas

O TCE desenvolveu, durante o exercício de 2010, várias ações com a finalidade de divulgar para a sociedade a atividade de controle externo:

- **Programa de rádio**, constituído de:
  - **Programas Factuais**: produzidos a partir dos principais julgamentos do TCE e de notícias de mais destaque ocorridas na Instituição. Ao longo do ano de 2010, foram produzidos **62** programas factuais.

- **Programas Especiais: 14** programas de rádio de caráter didático, que tratam sobre ações desenvolvidas no âmbito do TCE por suas gerências e que têm um reflexo sobre o serviço prestado pela Instituição na sua relação com os jurisdicionados.

- **Manuais para a Imprensa**: foram produzidas 250 unidades, cujo objetivo é esclarecer jornalistas e veículos de comunicação sobre a atividade institucional do Tribunal.

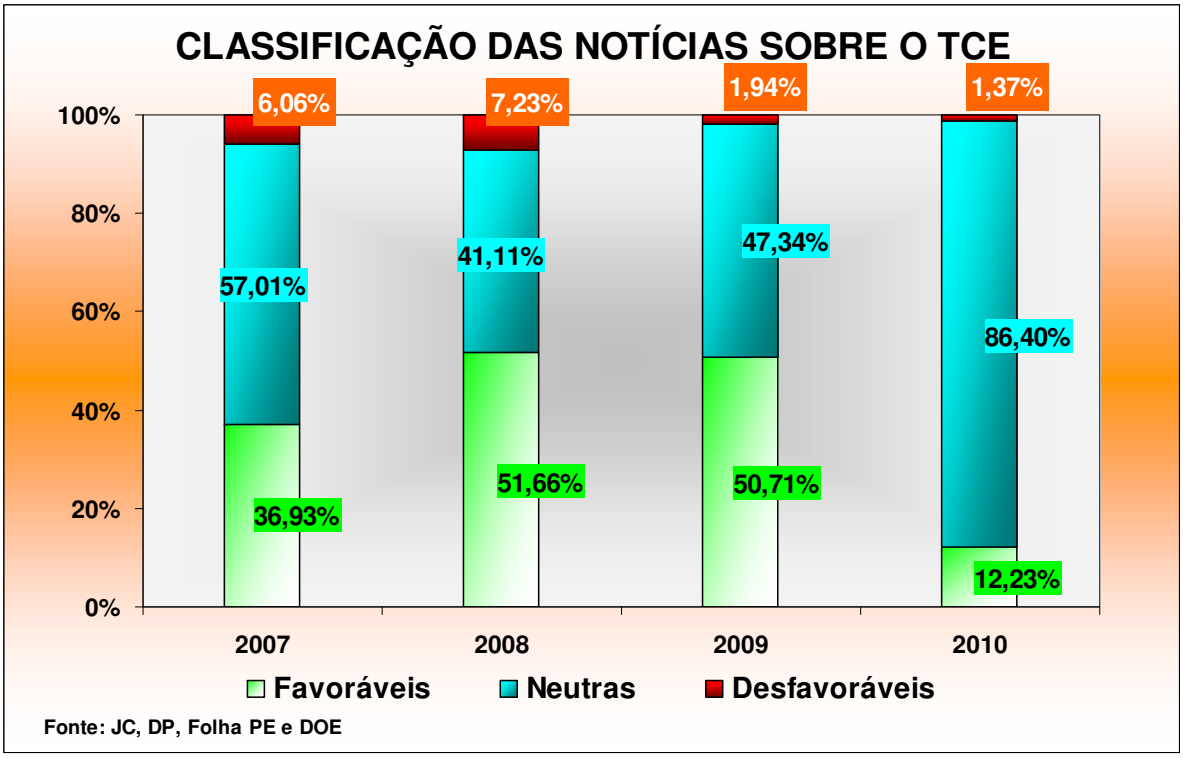
- **Coluna nos três principais jornais:** apresentada aos domingos, descreve os principais julgados do TCE, bem como as atividades que estão sendo desenvolvidas no âmbito institucional para a melhoria da atividade fiscalizadora.

- **Nova identidade visual:** foi lançada a nova identidade visual do Tribunal e a adequação e reformulação do Jornal TCE Hoje.

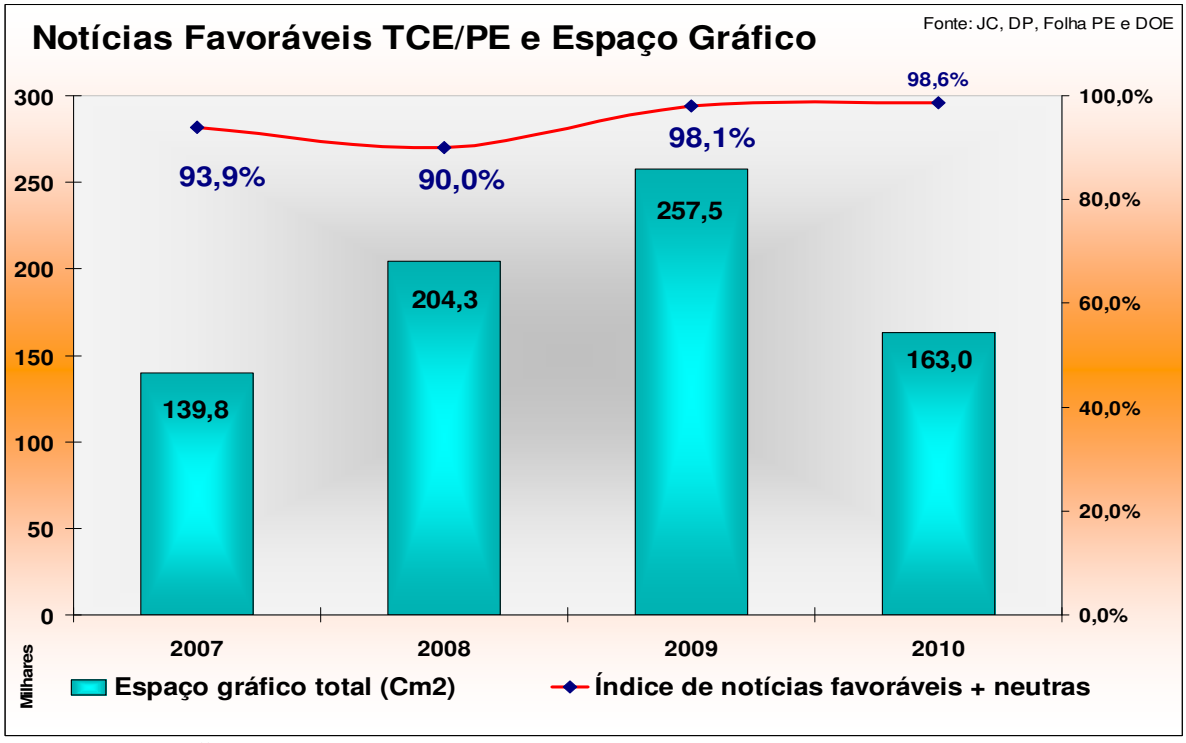
- **Novo site do TCE:** contendo informações institucionais para o público externo de forma mais moderna e com maior rotatividade das matérias jornalísticas vinculadas e produzidas.

O programa de rádio do TCE, denominado CIDADÃO ANTENADO, foi produzido e disponibilizado no site do TCE, viabilizado com os recursos do PROMOEX e lançado em julho de 2010. A freqüência de atualização de novas matérias é semanal e foram produzidos e veiculados **76** programas em 2010.

As notícias sobre o Tribunal, publicadas nos três jornais de grande circulação no Estado e no Diário Oficial, são sistematicamente acompanhadas. O quadro a seguir demonstra a evolução, considerando tanto o espaço gráfico quanto a relação entre notícias favoráveis e neutras versus notícias desfavoráveis.



Além disso, o TCE-PE realiza um acompanhamento das notícias favoráveis e neutras que alcançou o percentual de **98,6%,** ultrapassando a meta de 95%.



Fonte: JC, DP, Folha PE e DOE

Outra forma importante de comunicação com o público externo é por meio eletrônico (internet) onde o sítio do TCE-PE contabilizou **649.341** acessos.

2.3.2 - Divulgação para a Sociedade das Ações da Escola de Contas

A Escola de Contas divulga suas ações para a sociedade através da página da Escola na Internet (www.tce.pe.gov.br/escola) e do informativo on-line Jornal Fazendo Escola.

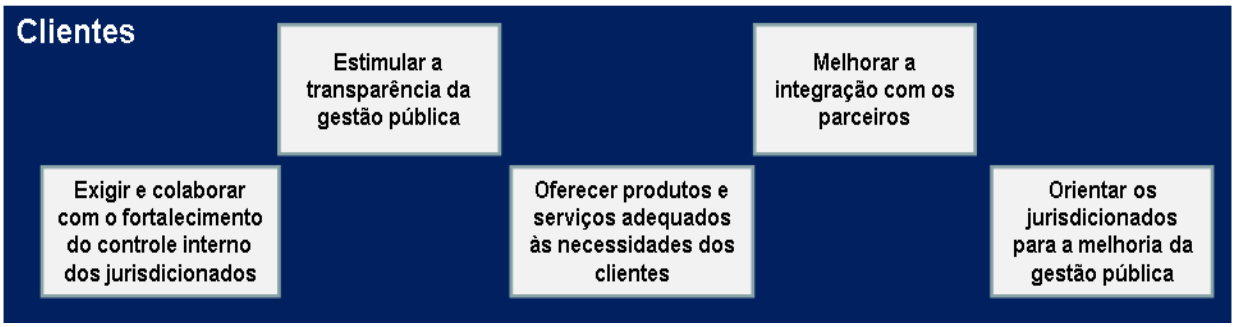
O Jornal Fazendo Escola é disponibilizado na página da Escola na Internet e também enviado para uma lista de emails de pessoas interessadas em recebê-lo (na maior parte, servidores de órgãos jurisdicionados). Em 2010, foram publicadas **3** (três) edições do Jornal Fazendo Escola, que contém matérias importantes sobre cursos e outros eventos promovidos pela Escola, além de cronogramas de realização de cursos.

2.3.3 - Realização de Eventos Externos

Durante o exercício de 2010, o Tribunal realizou os seguintes eventos direcionados para o público externo:

- IX Encontro do Colégio de Corregedores e Ouvidores do Brasil;
- Reunião do Colégio de Corregedores do Brasil;
- I Workshop sobre Desenvolvimento de Software na Administração Pública;
- Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras – ENAOP;
- X Congresso Nacional do Ministério Público de Contas;
- Entrega da Medalha Nilo Coelho.

3 – Perspectiva: CLIENTES



Os objetivos estratégicos nessa perspectiva buscam oferecer produtos e serviços para os seus clientes, considerando as particularidades de cada um deles, e conseqüente melhor atendimento de suas necessidades. São clientes do TCE-PE: os cidadãos, a Assembléia Legislativa, as Câmaras de Vereadores, o Ministério Público Estadual, a Procuradoria Geral do Estado, o Tribunal Regional Eleitoral, o Tribunal de Contas da União e o Controle Interno dos Jurisdicionados.

Respeitando o princípio da causalidade constante no Mapa Estratégico, esses objetivos estão diretamente ligados aos definidos na perspectiva da Sociedade, contribuindo para a melhoria e transparência da gestão pública e para fortalecimento da articulação institucional.

3.1 - Melhoria da Gestão Pública

Para melhoria da gestão pública, foram desenvolvidas ações de fortalecimento do controle interno dos jurisdicionados, bem como de capacitação em tópicos importantes, visando a um melhor desempenho das atividades dos servidores públicos das entidades fiscalizadas, além de realização de auditorias operacionais.

3.1.1 – Controle Interno dos Jurisdicionados

Segundo a Constituição Federal, no artigo 74, "Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: (...) apoiar o controle externo no exercício de sua missão constitucional".

Passados mais de vinte anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, a realidade sobre o funcionamento precário do sistema de controle interno, muitas vezes inexistente, dos órgãos jurisdicionados municipais se reflete negativamente, dificultando a atuação do Tribunal para cumprir a sua missão como órgão de controle externo.

A Coordenadoria de Controle Externo, consciente da importância de colaborar com o fortalecimento do controle interno dos jurisdicionados, e também com a finalidade de monitorar esse controle, para que funcione de acordo com os padrões exigidos pelo TCE-PE, realizou ações em 2010, fiscalizando **183** prefeituras e **184** câmaras.

As principais falhas encontradas foram:

PREFEITURAS		CÂMARAS	
Principais Falhas	**%**	**Principais Falhas**	**%**
Não adoção de mecanismos para acompanhamento das metas fiscais e das prioridades definidas na LDO.	**76,1**	Não estruturação do órgão central responsável pelo sistema de controle interno.	**35,9**
Não estruturação dos serviços de protocolo central e setoriais.	**68,4**	Não estruturação dos serviços de protocolo central e setorial.	**66,3**

Fonte: DCM

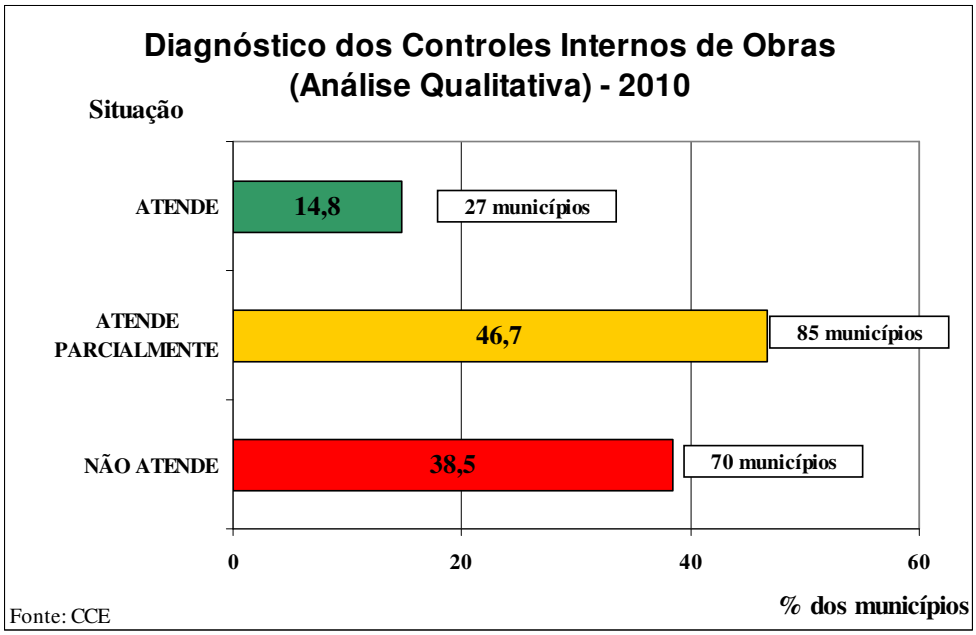
O Grau de Estruturação do Controle Interno (CI) dos Municípios apresentou-se da seguinte forma:

Grau de Estruturação do CI [1]	PREFEITURAS		CÂMARAS	
	Quantidade	**Percentual**	**Quantidade**	**Percentual**
Alto	43	23,5 %	53	28,8 %
Médio	125	68,3 %	105	57,1 %
Baixo	15	8,2 %	26	14,1 %
Total	**183**	**100 %**	**184**	**100 %**

Fonte: DCM

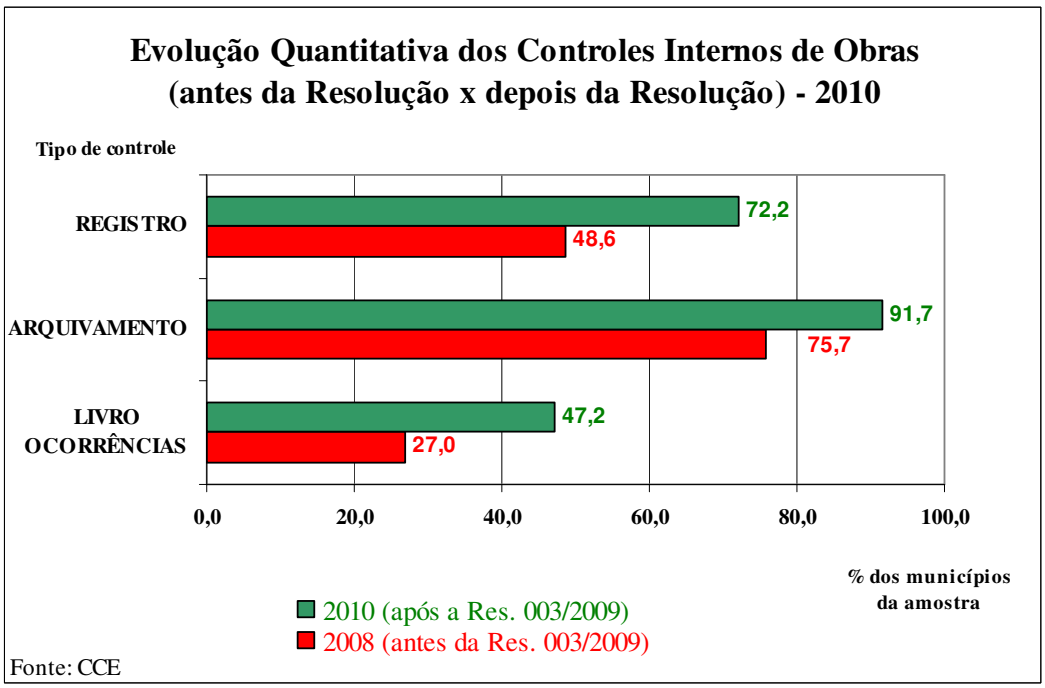
No que se refere ao controle interno de Obras e Serviços de Engenharia, em consonância com os preceitos da Resolução 03/2009 – que dispõe sobre procedimentos de controle interno relativos a obras e serviços de engenharia a serem adotados pela Administração Direta e Indireta Municipal, foi observada que o lançamento dos dados coletados, com a utilização de formulário eletrônico, gerou, para cada município, índices de atendimento da normatização vigente para controle interno de obras e serviços de engenharia, cujos cálculos foram ponderados com base em pesos definidos em função da relevância de cada verificação e que geraram a classificação dos municípios nos seguintes critérios:

[1] Foi criado um indicador denominado de **Grau de Estruturação do Sistema de Controle Interno - GES**, o qual pode variar de 0,00 a 10,00. Convencionou-se, desde o levantamento realizado em 2008, que notas abaixo de 5,00 representam uma estruturação **baixa,** entre 5,00 e 7,00, uma estruturação **intermediária** e acima de 7,00, uma estruturação **alta.**



É importante destacar que este Tribunal realizou uma análise quantitativa, em 37 municípios escolhidos aleatoriamente, para verificar se os controles internos das organizações estavam em conformidade com o modelo COSO *(Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission*). Baseados nos critérios de "registro", "arquivamento" e "livro de ocorrências".

Verificou-se que, de forma geral, houve uma melhoria nos controles depois da publicação da Resolução 03/2009, conforme dados abaixo:



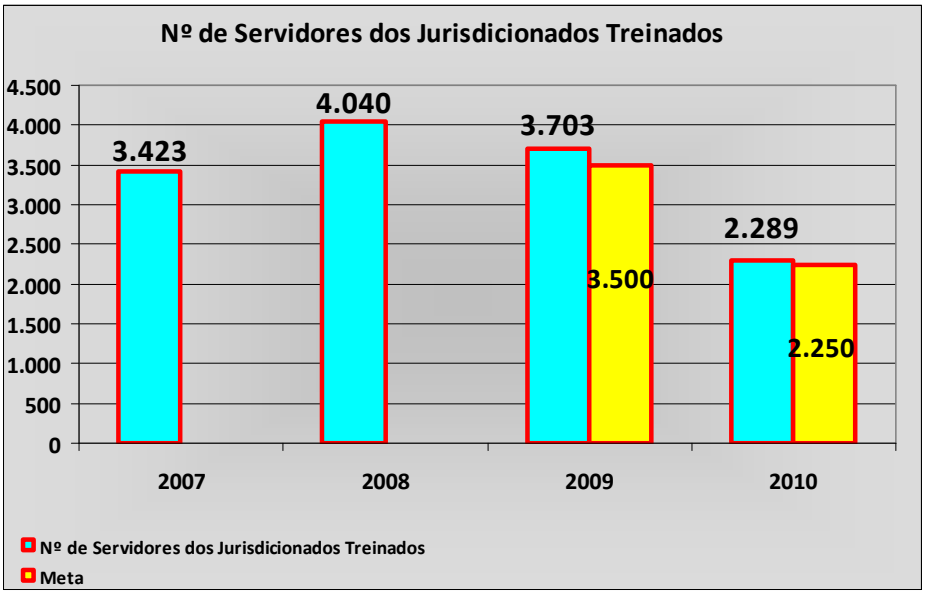
3.1.2 – Capacitação de Representantes de Jurisdicionados

Em 2010, a ECPBG, objetivando a melhoria da gestão pública, realizou **75** capacitações com **2.289** representantes de jurisdicionados do TCE-PE. Nesse sentido, destaca-se a assinatura de convênios visando à capacitação de servidores em várias áreas de concentração junto às Prefeituras Municipais do Recife, de Jaboatão dos Guararapes, de Olinda, além do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e Esafaz – Escola Fazendária de Pernambuco.

Áreas de Concentração	Nº de Cursos	Nº de Servidores Capacitados
Licitações e Contratos	27	1.039
Controle Interno	23	677
Contabilidade Pública	10	341
Auditoria	2	108
Lei de Responsabilidade Fiscal	1	45
Outros	12	79
TOTAL	**75**	**2.289**

Fonte: ECPBG

Destaque-se que a meta para o exercício de 2010 de capacitar 2.250 servidores de jurisdicionados foi ultrapassada, conforme exposto no gráfico a seguir:



Em decorrência do estado de calamidade que acometeu os municípios da Mata Sul, devido às fortes chuvas que aconteceram no meio do ano, e buscando dar a sua contribuição na reconstrução das cidades destruídas, a ECPBG realizou no Município de Cortês o curso de Licitação e Contratos e de Planejamento, Licitação e Controle das Obras Públicas, totalizando 32 horas/aula.

3.1.3 – Auditoria Operacional

As auditorias de desempenho e avaliações de programa, também denominadas Auditorias Operacionais (AOPs), têm como enfoque os resultados da gestão governamental. As AOPs buscam identificar tanto a eficácia, eficiência e efetividade de programas e ações governamentais quanto o desempenho de uma determinada unidade ou órgão público.

Os trabalhos dessa modalidade de auditoria têm por resultados a expedição de recomendações e determinações aos gestores, cuja implementação é acompanhada pelos Tribunais com o objetivo de verificar a melhoria da prestação de serviços à sociedade. Durante o exercício de 2010**,** o TCE-PE realizou os seguintes trabalhos:

- **Avaliação das ações de "Ampliação da Cobertura dos Serviços de Esgotamento Sanitário em Pernambuco"** sob responsabilidade da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado, envolveu a elaboração de publicação contendo os principais resultados do trabalho para divulgação e distribuição aos interessados;

- **Avaliação das ações de "Assistência Pré-Natal"** nos municípios de Salgueiro, Ouricuri, Ipubi, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Bodocó e Lagoa Grande, envolveu a elaboração de publicação contendo os principais resultados do trabalho para divulgação e distribuição aos interessados;

- **Conclusão do levantamento do "Grau de Estruturação de Controles Internos – GES em 2009,** de 09 municípios do Estado. O conjunto das prefeituras visitadas apresentou, em média, uma estruturação baixa, tendo em vista que obteve GES médio de **2,70,** em uma escala de 10. Saliente-se que houve um crescimento médio de 31,7% do GES de 2008 (2,05) para 2009 (2,70) para estes nove municípios que foram visitados em ambos os anos.

- **Acompanhamento e inserção dos indicadores de alfabetização para o Programa Estadual de Alfabetização** oriundo de uma auditoria operacional, no relatório de Contas do Governo de 2009;

- **Participação no planejamento e implementação da modalidade auditoria operacional nos Tribunais de Contas do Brasil** como integrante do Grupo de Auditoria Operacional - GAO, no âmbito do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros - Promoex.

Além das avaliações de programas e ações, em 2010, houve também acompanhamento da melhoria e resolução das deficiências de desempenho por meio de monitoramentos realizados nos programas de governo que foram objeto de auditoria operacional em anos anteriores. Foram realizados os seguintes monitoramentos:

- **Programa da Merenda Escolar em Pernambuco** - 3º monitoramento - auditoria originária realizada em 2004;

- **Programa Organização Eficaz do Ensino e da Aprendizagem, Ação Universalização e Qualificação do Ensino Fundamental da Prefeitura do Recife** – 1º monitoramento - auditoria originária realizada em 2007;

- **Programa Travessia (População de Rua e Risco da Prefeitura do Recife)** – 2º monitoramento - auditoria originária realizada em 2006.

As avaliações de programas e órgãos permitem a melhoria no atendimento dos direitos dos cidadãos, como saúde, educação, segurança alimentar, esgotamento sanitário, entre outros, previstos na Constituição Federal, garante a melhor aplicação e a distribuição dos recursos públicos e a divulgação do desempenho dos órgãos públicos gestores desses programas.

3.2 - Transparência da gestão pública

Visando a estimular a transparência da gestão pública foram desenvolvidas ações ligadas à Transparência Fiscal Eletrônica.

3.2.1 - Transparência Fiscal Eletrônica dos Jurisdicionados

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (art. 50, § 2°), o Poder Executivo da União tem até o dia 30 de junho para promover a consolidação nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, assim como, divulgar os dados por meios eletrônicos de acesso público.

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN, unidade responsável por essa consolidação, atendendo ao disposto nos artigos 31 e 32 da LRF, bem como a Resoluções do Senado Federal, publicou a Portaria nº 109/2002 instituindo o Sistema de Coleta de Dados de Estados e Municípios.

Esse Sistema, desenvolvido pela Caixa Econômica Federal (CEF), tem por objetivo coletar dados contábeis dos entes da Federação – Estados, Distrito Federal e Municípios, de modo a apresentar as informações necessárias à transparência dos recursos públicos, especificamente aquelas relativas à implementação dos controles estabelecidos pela LRF e legislação complementar.

O TCE firmou convênio com a CEF para ter acesso ao Sistema de Coleta de Dados Contábeis – SISTN, da Secretaria de Tesouro Nacional – STN, com vistas a atender a Resolução TC n° 04/2009 e efetuar o monitoramento da transparência fiscal eletrônica dos poderes e órgãos estaduais para observar se publicam tempestivamente os demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nas páginas eletrônicas via SISTN.

Neste sentido, foi verificado que todos os Poderes/Órgãos Estaduais (Poder Executivo, Poder Legislativo, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas) estão publicando, tempestivamente, os relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e, o Executivo Estadual, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Com relação à área municipal, verificou-se que os dados levantados na base do SISTN indicam os seguintes graus de transparência fiscal:

RGF (1º quadr. 1º sem. e 2º quadr./2010)		RREO (1º, 2º, 3º e 4º bim/2010)
Poder Executivo	**Poder Legislativo**	**Poder Executivo**
95,1%	93,5%	93,5%

Fonte: CCE

3.3 - Articulação Institucional

Para melhorar a integração com os parceiros foram desenvolvidas ações de fortalecimento da articulação institucional, conforme descrito abaixo.

3.3.1 - Parcerias Realizadas

O TCE-PE busca sempre uma aproximação maior com outros órgãos de controle para melhoria de suas atividades, bem como de seus produtos e serviços oferecidos a clientes e parceiros. No ano de 2010, foram celebrados convênios que visaram a garantir o acesso a informações importantes para a detecção de fraudes e segurança do corpo de auditoria, conforme relação abaixo:

- Convênios de cooperação técnica e administrativa tendo por objeto a cessão de pessoal especializado e a troca de informações, visando ao aprimoramento do serviço público:

    1. Convênio nº 001/2010 celebrado com o Governo do Estado de Pernambuco, vigorando até 31/12/2010;

    2. Décimo termo aditivo ao convênio de cooperação técnica n° 02/2001 com o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, celebrado em 26/10/2010;

    3. Sexto termo aditivo ao convênio de cooperação técnica nº 02/2005, celebrado com a Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, assinado em 27/05/2010;

    4. Décimo terceiro aditivo ao convênio de cooperação técnica nº. 07/2003, celebrado com o município do Recife, assinado em 19/05/2010;

- Primeiro termo aditivo ao convênio de cooperação mútua celebrado com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/PE, tendo por objeto o aprimoramento da verificação da participação de profissionais habilitados em estudos, projetos e implantação de empreendimentos de Engenharia executados pelas entidades públicas da área jurisdicional do TCE/PE, assinado em 30/09/2010;

- Convênio 002/2010, celebrado com o município do Recife, referente à coleta de dados informatizados da execução orçamentária e financeira e licitações e contratos, especialmente a alimentação do Sistema de Gerenciamento dos Recursos da Sociedade – Sagres/PE, assinado em 16/08/2010;

- Protocolo de intenções celebrado com a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, assinado em 25/08/2010, cujo objeto é promover a cooperação, em áreas de mútuo interesse;

- Convênio de cooperação técnica celebrado com o Ministério Público de Pernambuco, no sentido de dinamizar o cumprimento do disposto no artigo 129, incisos I, III, VI e VIII, a no

artigo 71, incisos VIII e XI, da Constituição da República, nomeadamente o intercâmbio de informações, treinamentos, e outras ações conjuntas, com o fito especial de controle da legalidade dos atos de estado e do combate a corrupção e a improbidade administrativa;

- Convênio celebrado com a Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, tendo por objeto o desenvolvimento de ações de cooperação técnico-administrativa, através do compartilhamento de acesso às bases de dados eletrônicas de justiça e segurança pública e de controle externo e julgados administrativos, mantidas pelos convenentes;

- Convênio de cooperação técnica celebrado com o Ministério do Planejamento, no qual se estabelecem procedimentos de execução entre os partícipes no âmbito do contrato de empréstimo 1628-OC/BR, para a implementação do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios brasileiros – Promoex.

- Convênio de cooperação técnica com o Ministério da Previdência Social, para intercâmbio de informações visando às ações de combate a prática de ilícitos.

- Convênio celebrado com a Atricon – Associação dos Tribunais de Contas, tendo por objeto estabelecer a condução conjunta dos trabalhos de cooperação com vistas à preparação de proposta de lei processual dos TCs;

- Convênio celebrado com o Instituto Rui Barbosa – IRB, no qual se dará o apoio técnico e financeiro com vistas às ações de coordenação dos Tribunais de Contas participantes do Promoex, na implementação dos produtos previstos em determinados subcomponentes;

- Convênio celebrado com a Jucepe – Junta Comercial de Pernambuco, no qual se estabelece intercâmbio de informações de pessoas jurídicas contidas na base cadastral existente naquela entidade.

- Convênio com a UFPE, cujo objeto é a implantação do Núcleo Interinstitucional de Pesquisa em Auditoria Digital – Nipad, com o propósito de fomentar o desenvolvimento de pesquisa empírica interinstitucional e interdisciplinar aplicada a auditoria do setor público;

- Convênio com a Receita Federal do Brasil com o objetivo de fornecimento de informações cadastrais de pessoas físicas e jurídicas agregadas dos órgãos públicos, constantes nos cadastros da SRF, e a facilitação das atividades de fiscalização da Receita Federal no âmbito da CCE, Diretorias e demais unidades do TCE-PE.

Além dos instrumentos acima celebrados, o Tribunal de Contas firmou convênio com o Governo do Estado para realizar um acompanhamento das obras e serviços de engenharia, destacando uma força-tarefa direcionada para a "Operação Reconstrução" nos municípios da Mata Sul que foram fortemente afetados pelas chuvas que caíram no mês de junho no Estado e que se encontram em estado de calamidade pública, em razão dos grandes prejuízos para a população.

3.3.2 - Encaminhamento de Informações a Parceiros

O Tribunal de Contas enviou ao Tribunal Regional Eleitoral lista dos gestores públicos (estaduais e municipais) que tiveram contas rejeitadas nos últimos oito anos

Essa lista pode ser acessada através do site www.tce.pe.gov.br. Com base nela, o Ministério Público Eleitoral ou partido político pôde impugnar candidaturas, ressaltando que a inelegibilidade somente poderá ser declarada pela Justiça Eleitoral.

Além disso, encaminharam-se informações à Procuradoria Geral do Estado – PGE, a fim de subsidiar a defesa judicial deste Tribunal de Contas, em diversos tipos de ações e medidas judiciais em que esta Corte figura como interessada, considerando que, via de regra, a sua representação judicial fica a cargo da PGE.

A parceria tem importância para a eficiente manifestação jurídica da PGE em defesa deste Tribunal e de suas prerrogativas institucionais. Muitas dessas ações estão relacionadas ao oferecimento de contestações e outras modalidades de impugnação, em ações desconstitutivas (anulatórias) das decisões deste TCE que contêm imputação de débitos aos gestores, ajuizadas por esses devedores.

Destaca-se ainda o oferecimento de subsídios demandados pela PGE para viabilizar a interposição de recursos, inclusive em mandados de segurança contra atos deste Tribunal de Contas.

3.4 – Produtos e Serviços Adequados às Necessidades dos Clientes

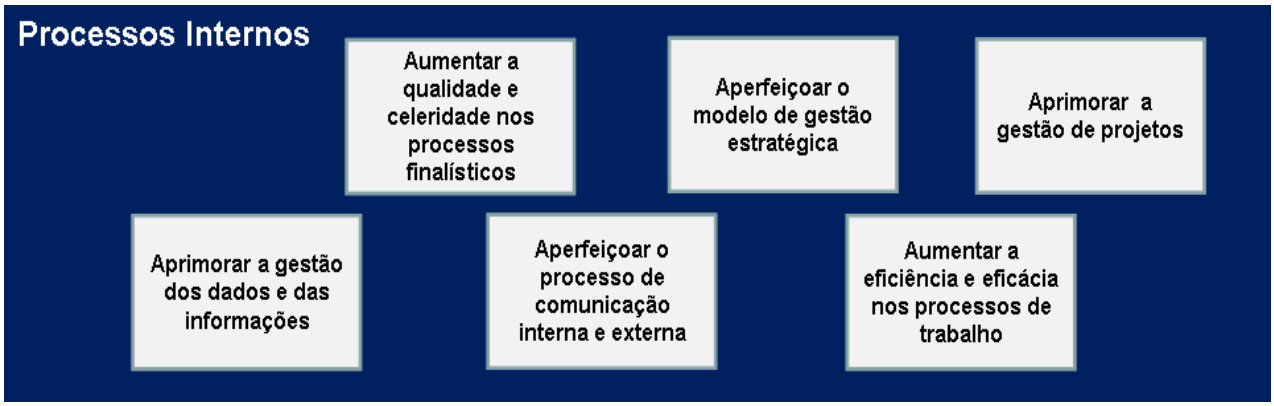
Esse objetivo visa à adequação dos produtos oferecidos pelo TCE, isto é, sua formatação em modelos compatíveis com as expectativas dos clientes. A celeridade e facilidade na obtenção de informação podem ser alcançadas através do projeto de gestão da informação eletrônica.

3.4.1 - Gestão da Informação Eletrônica

Com o objetivo de oferecer cada vez mais informações para os clientes, bem como facilitar o seu acesso, o TCE-PE implantou neste ano o Diário Oficial Eletrônico, disponibilizado-o aos clientes e à sociedade através da internet.

Esse documento eletrônico, que está em processo de regulamentação, passará a ter assinatura digital, o que garantirá sua autenticidade e integridade. Depois de regulamentado (o projeto de Lei encontra-se em trâmite na Assembléia Legislativa) permitirá uma economia considerável de recursos, uma vez que não mais será necessária a sua publicação em mídia impressa.

4 – Perspectiva: PROCESSOS INTERNOS



Os Objetivos Estratégicos desta perspectiva, para o quinquênio 2008-12, estão voltados para o fortalecimento interno da instituição, visando à melhoria do atendimento aos clientes do Tribunal e à sociedade. As ações desenvolvidas pelo TCE estão voltadas para a celeridade nos processos finalísticos, comunicação interna, gestão estratégica e das informações, gestão administrativa do Tribunal e da ECPBG e gestão financeira do TCE.

4.1 – Celeridade nos Processos Finalísticos

Na análise deste tópico, foram considerados os seguintes itens:

- Processos formalizados e instruídos;
- Estoque de processos;
- Monitoramento de processos;
- Pareceres e cotas exarados.

4.1.1 - Processos Formalizados e Instruídos

A formalização inicia os procedimentos internos necessários ao andamento dos vários tipos de processos que chegam ao Tribunal. Constitui-se, basicamente, do ato de protocolar e distribuir os processos. Em 2010, foram formalizados **8.761** processos.

Os processos que entram no TCE-PE, para efeito de análise de desempenho, são divididos em cinco grupos:

1. **Prestação de Contas**: todos os tipos de prestações de contas - prefeituras, câmaras, órgãos estaduais etc.;
2. **Atos de Pessoal:** processos relativos aos servidores - aposentadorias, pensões, concursos etc.;
3. **Provocados:** processos em que há a provocação do TCE-PE ou a autoprovocação – denúncias, consultas, auditorias especiais;

4. **Prestação de Contas Parciais:** processos de gestão fiscal e repasse a terceiros;
5. **Recursos:** processos de recursos às decisões do TCE-PE.

Dos processos formalizados, **80,4%** são relativos a Atos de Pessoal; **9,5%,** de Prestações de Contas; **3,9%** do grupo Provocados; **5,2%** de Recursos; e **1,1%,** de Prestação de Contas Parciais, conforme distribuição a seguir:

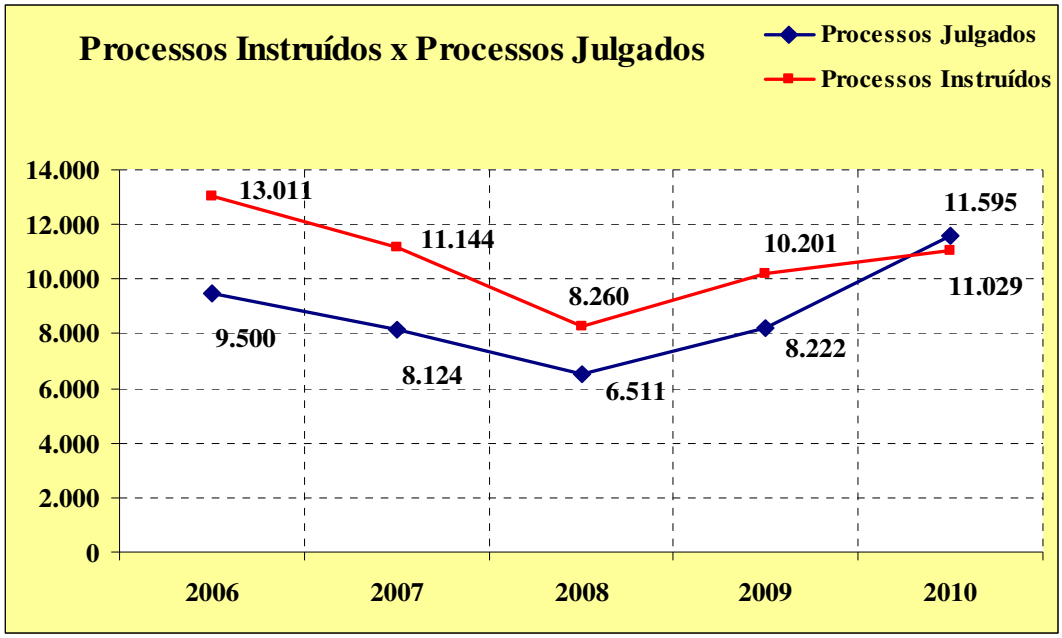
PROCESSOS FORMALIZADOS		
Grupo de Processos	**2009**	**2010**
1 - Prestação de Contas	814	828
2 - Atos de Pessoal	7.233	7.044
3 - Provocados	361	338
4 - Prestação de Contas Parciais	109	94
5 - Recursos	486	455
6 - Não computados	1	2
TOTAL	**9.004**	**8.761**

Fonte: AP (Sistema de Acompanhamento de Processos)

A instrução, fase seguinte, eminentemente técnica, acontece quando os processos são analisados pelo corpo técnico da Coordenadoria de Controle Externo (CCE), que observa o cumprimento das leis e a conformidade dos procedimentos.

No ano de 2010, **11.029** processos tiveram a instrução concluída, representando **112,6 %** da meta anual prevista para 2010.

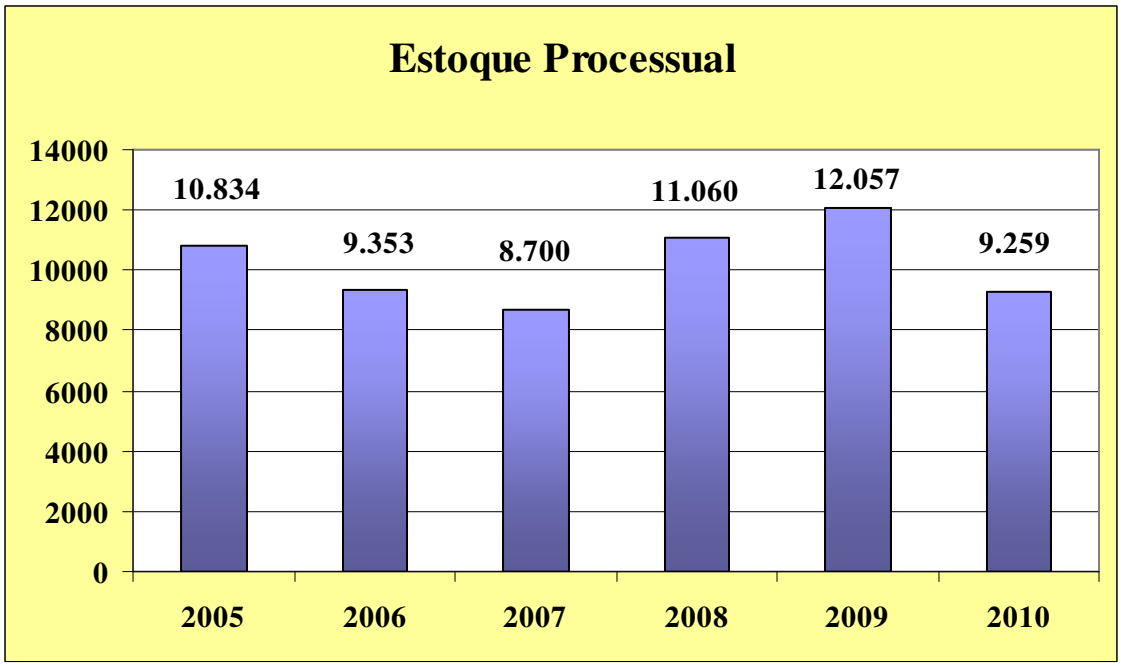
Cabe ressaltar que o número de processos julgados versus número de processos instruídos está cada vez mais próximo, significando maior eficiência e integração entre as fases, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Fonte: SISPLAN/AP

4.1.2 - Estoque de Processos

O valor do estoque está relacionado com a celeridade processual. Um estoque elevado pode significar um gargalo em algumas das fases da tramitação. O TCE-PE reúne esforços para reduzir o estoque total, apresentando, assim, respostas mais céleres à sociedade e diminuindo o custo de se manter estoques elevados. Em dezembro de 2009, o estoque total do TCE-PE era de 12.057, já em dezembro de 2010 foi de **9.259.**



Fonte: SISPLAN/AP

È importante destacar que houve uma redução no estoque de **2.798** processos, representando **23,2%** a menos com relação a 2009, conforme demonstrado:

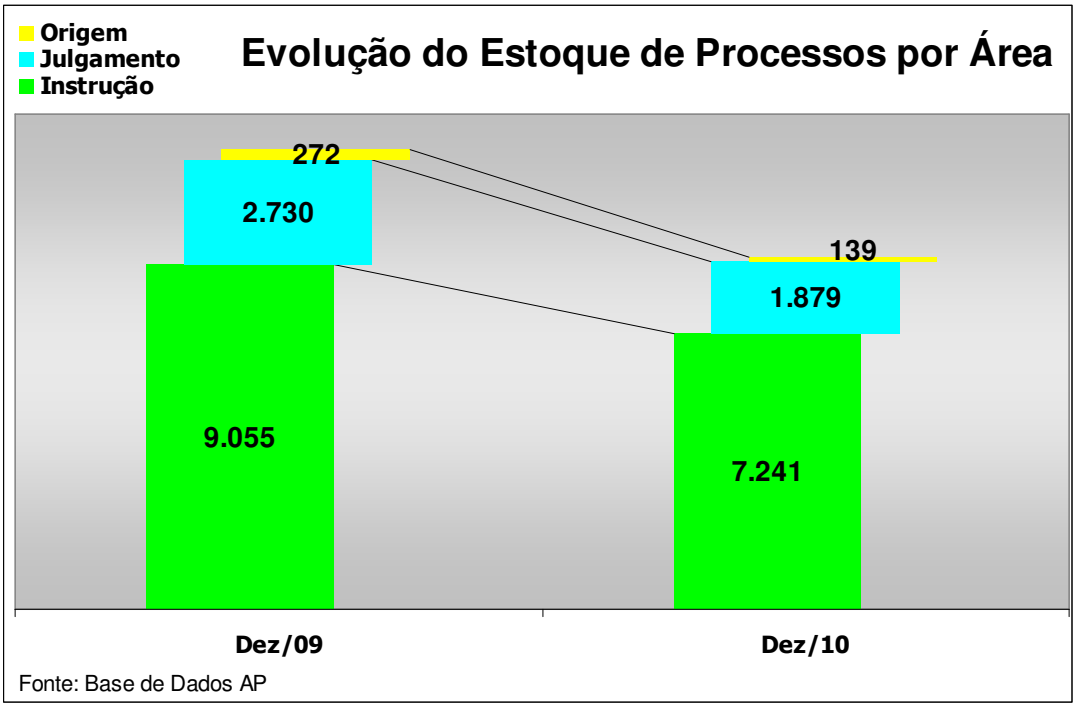
Anos	Estoque de Processos (*)	Variação do Estoque	Taxa de Variação do Estoque	Direção do Indicador
2005	10.834			**Quanto menor melhor**
2006	9.353	-1.481	-13,7%	
2007	8.700	-653	-7,0%	
2008	11.060	2.360	27,1%	
2009	12.057	997	9,0%	
2010	**9.259**	**-2.798**	**-23,2%**	

Fonte: Banco de Dados AP

Os locais onde estão os processos do estoque são:

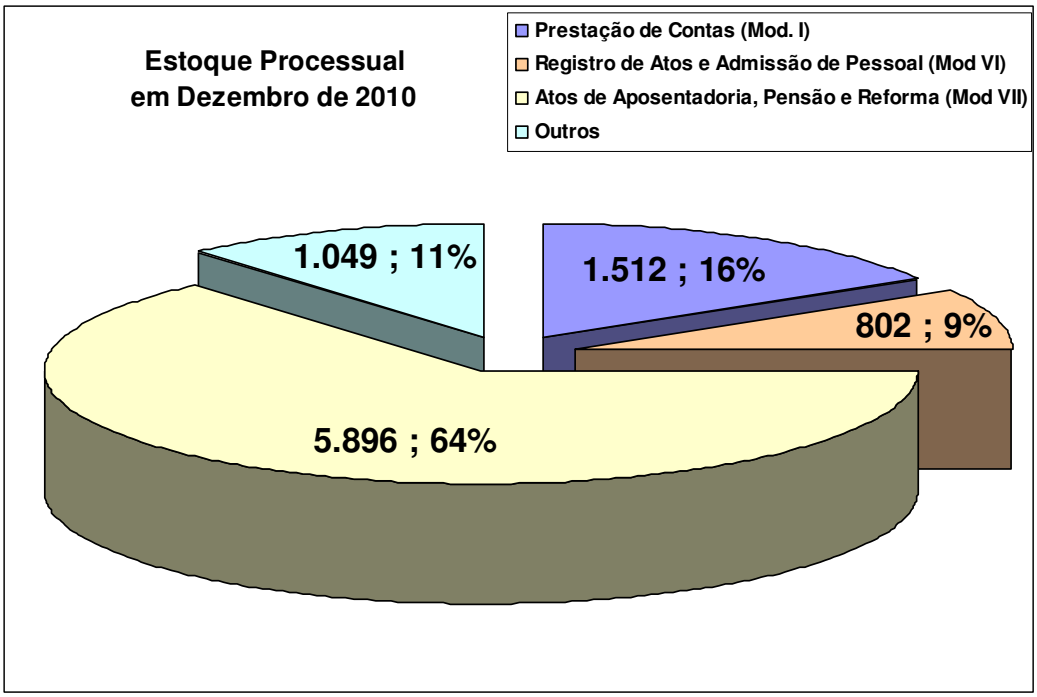
- **"Origem"** – municípios e/ou órgãos de onde os processos vieram. São processos devolvidos a esses jurisdicionados para complementação de documentação e/ou esclarecimento formal de questões importantes relativas ao processo. Pode-se dizer que a maioria refere-se a processos de Atos de Pessoal (aposentadoria e pensão), e representam **1,5%** do estoque atual;
- **"Instrução"** – momento correspondente à análise técnica efetuada pela CCE e seus departamentos, e que responde por **78,2%** dos processos em estoque;
- **"Julgamento"** – fase em que os processos já estão nos gabinetes dos Conselheiros, Auditores e Procuradores, para serem finalmente apreciados e julgados, representando **20,3%** do estoque.

A seguir, demonstrar-se-á a movimentação do estoque de processos por área:



Fonte: Base de Dados AP

Os **9.259** processos no estoque também estão divididos por grupos, da seguinte forma: Atos de Pessoal correspondem a **72,3%;** Prestações de Contas representam **16,3%;** Provocados equivalentes a **5,5%,** Recursos são **4,8%** e Prestações de Contas Parciais apenas 1**,0%,** e ainda há 2 Processos Administrativos Disciplinares.



Fonte: AP

4.1.3 - Monitoramento de Processos

A Corregedoria Geral desde 2009 realiza monitoramentos em Processos de Prestações de Contas Municipais. A partir de 1º de julho de 2010, atualizou os critérios de monitoramento e incluiu, além das Prestações de Contas de Prefeituras, as Prestações de Contas Estaduais, conforme definido abaixo:

- **Prestações de Contas de Prefeituras**

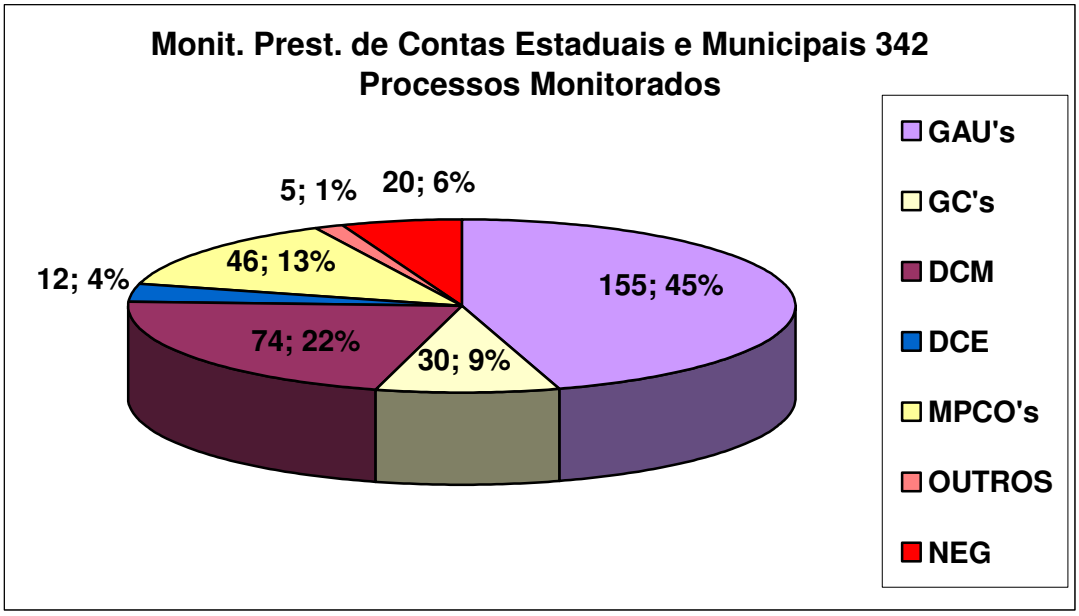
  1 - Nos municípios com 03 ou mais prestações de contas sem julgamento. Destes, monitorar os processos anteriores ao exercício de 2008.
  2 - Monitorar todos os processos anteriores ao exercício de 2006.

- **Prestações de Contas Estaduais**

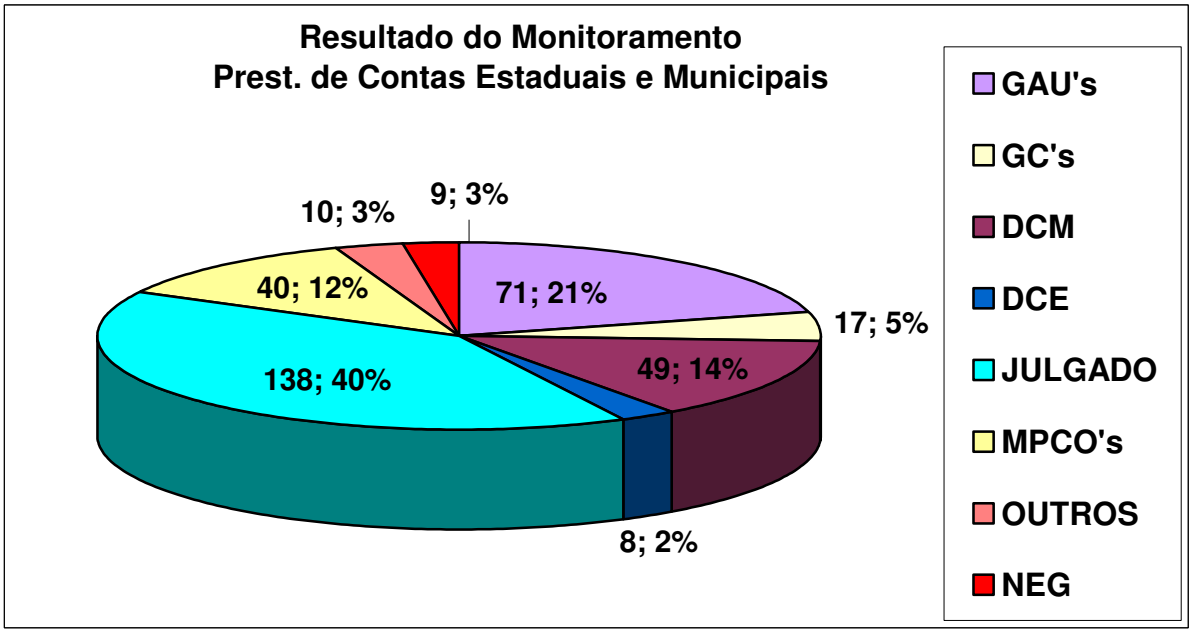
  1 - Unidade Gestora com 03 ou mais Prestações de Contas sem julgamento. Destes, monitorar os processos anteriores ao exercício de 2008.
  2 - Monitorar todos os processos anteriores ao exercício de 2006.

A metodologia utilizada no monitoramento desses processos, pela Corregedoria-Geral, dá-se, através do envio de Circular Interna às unidades organizacionais, solicitando a posição e previsão de conclusão do(s) processo(s) com o acompanhamento dos prazos informados pelas unidades organizacionais.

Dessa forma, a partir de 1º de julho de 2010, monitorou-se um total de **342** processos, sendo que **259** foram referentes a Prestações de Contas Municipais e **83** de Prestações de Contas Estaduais, com a seguinte localização:



Em 30 de dezembro, ou seja, seis meses após o início do monitoramento, a localização dos processos apresentou-se conforme o gráfico abaixo:



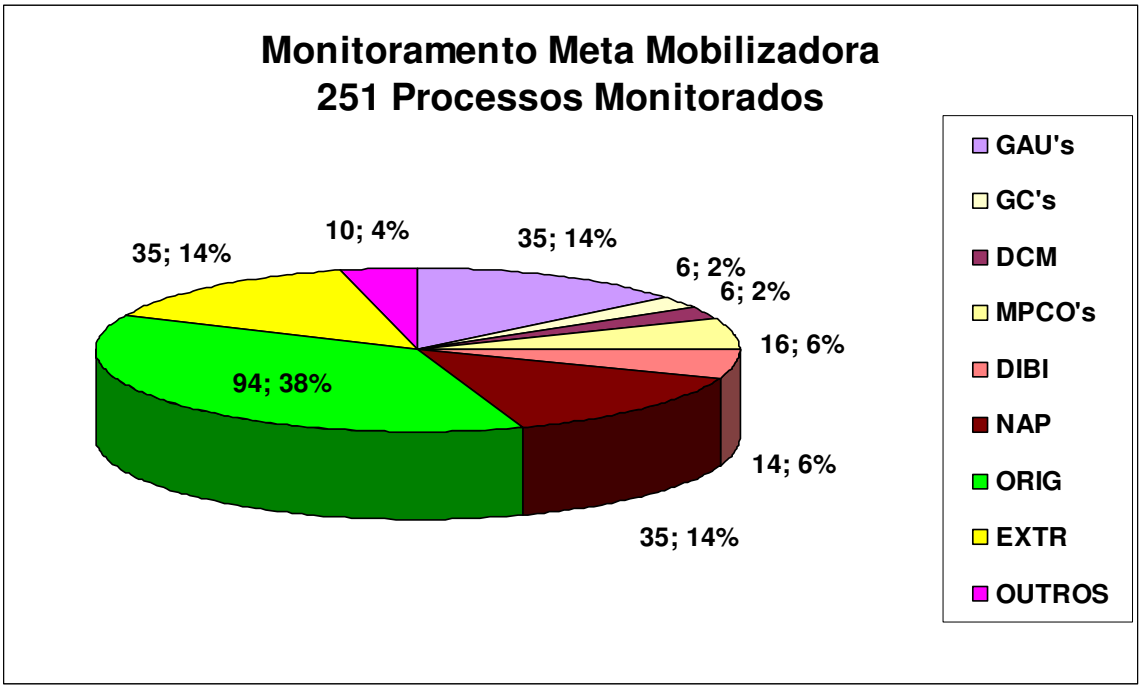
De acordo com os dados constantes nos gráficos apresentados acima, constata-se que:

a) Dos 342 processos iniciais, foram julgados **138** processos, correspondendo a **40%** das Prestações de Contas monitoradas;

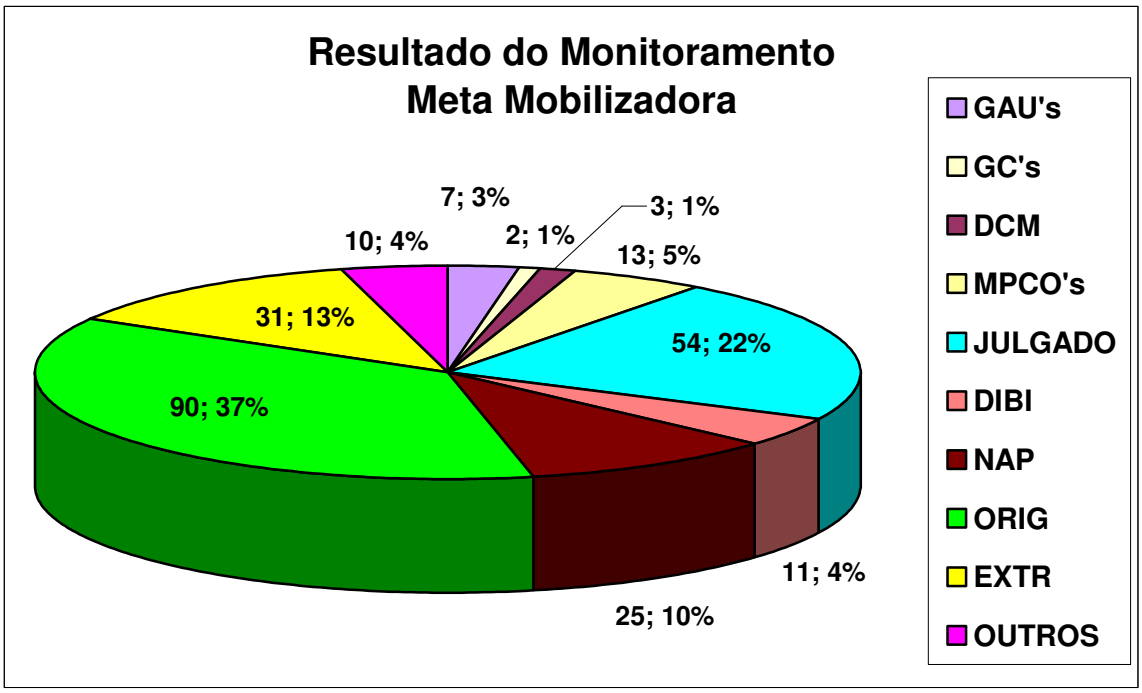
b) Dos 317 processos registrados nos Gabinetes dos Conselheiros e dos Auditores, DCM e DCE, unidades organizacionais com maior volume processual, houve uma movimentação processual de **40,0%,** correspondente à saída de **84** processos nos GAUs, **13** processos nos GCs, **25** processos no DCM e **04** processos no DCE.

- **Monitoramento dos Processos que compõem a Meta Mobilizadora**

Uma das Metas Mobilizadoras do Planejamento de 2010 define que todos os processos, formalizados anteriores a 2001, devem ser concluídos com o respectivo julgamento. Dessa forma, a Corregedoria Geral a partir de Julho de 2010 passou a monitorar **251** processos e encaminhou **42** comunicações a **27** unidades organizacionais por onde tramitaram os processos dessa Meta Mobilizadora, solicitando a previsão de conclusão dos referidos processos. Resume-se, abaixo, a posição no início do monitoramento:



Em 30 de dezembro, ou seja, seis meses após o início do monitoramento, a localização dos processos apresenta-se conforme o gráfico abaixo:



De acordo com os dados constantes nos gráficos apresentados acima, constata-se que foram julgados **54** processos, correspondente a **21,5%** dos processos constantes na Meta Mobilizadora.

No tocante aos processos que se encontram na Origem (ORIG), a Corregedoria, ao longo desse exercício, manteve contato telefônico com os respectivos órgãos para localização e remessa ao Tribunal, alguns foram enviados e julgados, restando o total acima demonstrado.

- **Monitoramento de Processos de Consultas**

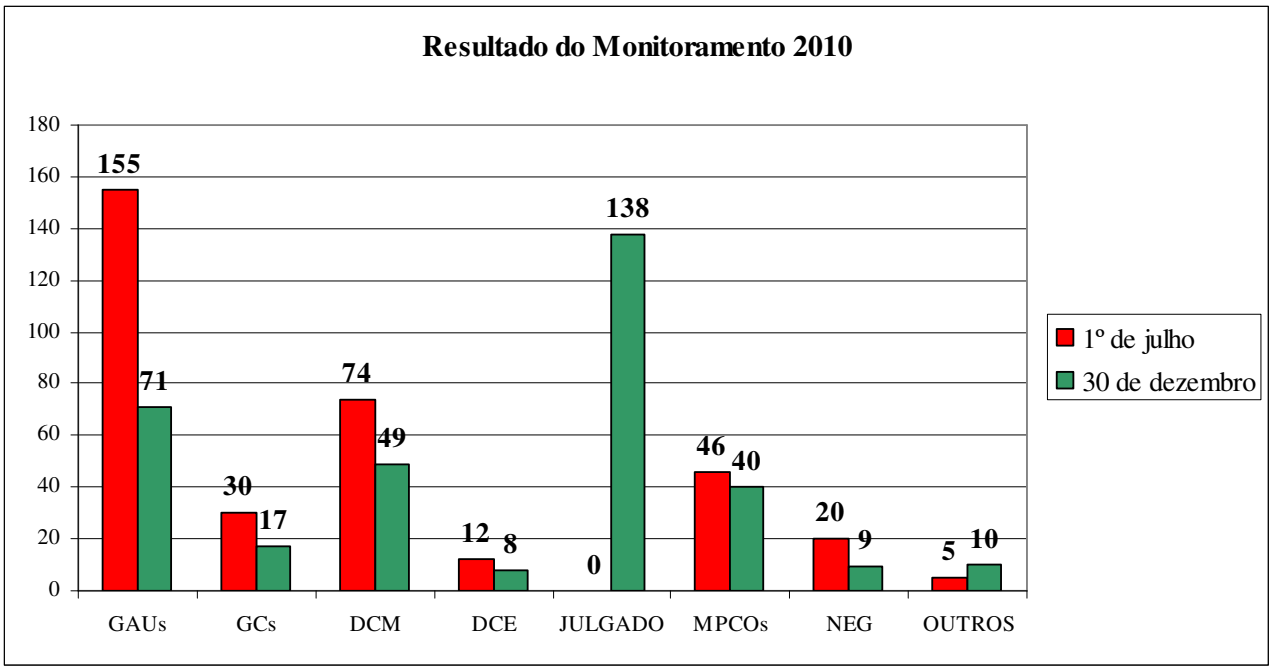
A Lei Orgânica estabelece no art. 47, § 1º, o prazo de 180 dias para julgamento dos processos de Consulta. Para garantir o efetivo cumprimento desta norma, a Corregedoria utiliza, desde o ano de 2005, um sistema de envio de mensagens eletrônicas, alertando quanto ao prazo para pronunciamento do Tribunal relativamente às consultas.

Durante o exercício de 2010, foram encaminhadas **56** comunicações a **14** unidades organizacionais por onde tramitaram os processos de Consulta, solicitando a previsão de conclusão de **72** processos. Este acompanhamento continuou a trazer resultados bastante expressivos, constatando-se que no período de 1º/01/2010 até 31/12/2010, foram formalizadas **83** consultas e julgadas **85.** Constata-se a tendência positiva nos percentuais da capacidade de julgamento (nº de consultas julgadas/nº de consultas formalizadas X 100), pois em 2008 apresentou um percentual de **90%;** em 2009, **96,5%;** e em 2010**, 102,5%**.

- **Monitoramento de processos com Pedidos de Vistas em aberto**

A Corregedoria em 2010 monitorou os processos com pedidos de vistas em aberto para cumprimento do prazo limite para devolução previsto no Regimento Interno. Enviou **68**

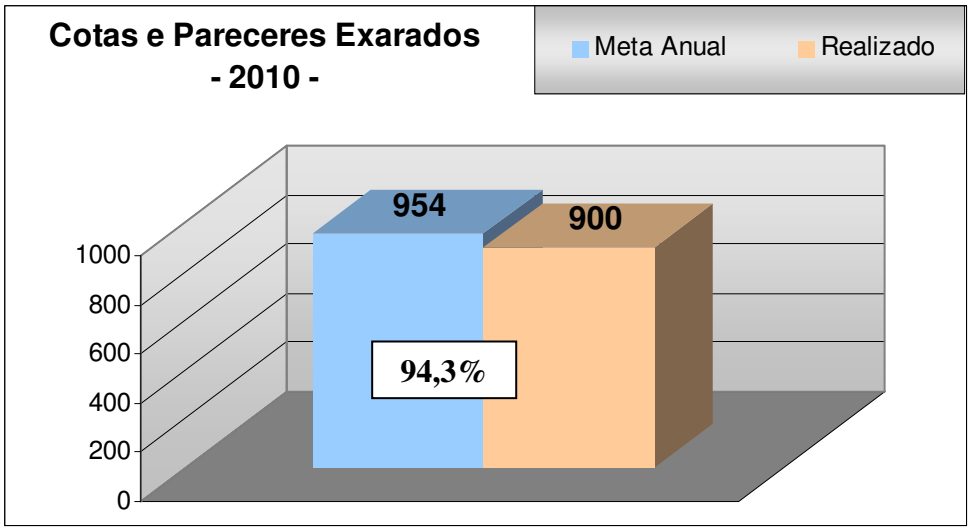
comunicações de monitoramento, solicitando a previsão de conclusão de **95** processos com pedido de vistas em aberto. Foram devolvidos **83**, restando, apenas, **12,6%,** ou seja**, 12** processos, ainda com pedido de vistas em aberto.



4.1.4 - Pareceres e Cotas Exarados

Ainda na fase de julgamento, o Ministério Público de Contas (MPCO), vem monitorando de forma sistemática as ações desenvolvidas pelos seus procuradores, buscando explicitar não só a sua atribuição principal de fiscal da lei, mas também as melhorias de trabalho que vêm crescentemente sendo desenvolvidas pelos seus membros.

De acordo com critérios próprios e autônomos, o MPCO pronuncia-se sobre alguns dos processos em tramitação. No ano de 2010, o MPCO exarou **900** pareceres e cotas, que corresponde **a 94,3 %** da meta estipulada que era de 114 Pareceres e Cotas por procurador. Segue abaixo gráfico com o avanço anual e comparativo com o resultado de 2009.



Além dos 900 pareceres e cotas exarados pelos procuradores do MPCO, podem-se somar **49** pareceres e cotas exarados pelo Procurador Geral do MPCO, que não estão sujeitos à meta, totalizando **949** cotas e pareceres exarados pelo MPCO no ano de 2010.

4.2 – Comunicação Interna

No sentido de melhorar a comunicação interna entre os servidores do Tribunal, foram desenvolvidas diversas ações de divulgação para os servidores.

4.2.1 - Divulgação das Ações do TCE-PE para os Servidores

Internamente, houve um interesse visível dos setores em melhorar a integração intra e interdepartamental, como também com a alta administração.

Várias campanhas foram desenvolvidas no sentido de incentivar a participação dos servidores nos diversos eventos e programações do TCE tais como: Olimpíadas, Dia dos Pais, Prêmio de Valorização, Avaliação de Desempenho, entre outros. A intranet foi otimizada com a implementação de uma nova sistemática de notícias que permite, dentre outros recursos, a visualização estendida do campo visual da área de notícias, já que antes era limitada a apenas a veiculação de 03 notícias simultâneas.

4.2.2 – Divulgação das Ações da Escola de Contas para os Servidores do TCE-PE

As ações da Escola de Contas são divulgadas para os servidores do TCE-PE especialmente através da Intranet e do Informativo do Conhecimento (Eureka!). Criado em 2008, teve **4** edições elaboradas e distribuídas no exercício de 2010 e tem o objetivo de divulgar a realização e os resultados das ações de produção e compartilhamento de conhecimento. Além disso, os eventos promovidos pela ECPBG são divulgados no TCE-PE através de cartazes e banners.

Durante o exercício de 2010, a ECPBG utilizou **36** inserções como matérias e mais de **40** avisos na Intranet do Tribunal de Contas, divulgando suas atividades pedagógicas e gerenciais.

4.2.3 - Ouvidoria Itinerante

O Programa Ouvidoria Itinerante, realizado anualmente, tem as seguintes finalidades:

- Promover a aproximação dos servidores com a Ouvidoria, sensibilizando para a necessidade de atender adequada e tempestivamente ao controle social exercido pelo cidadão;
- Apresentar o acompanhamento realizado pela Ouvidoria quanto às demandas distribuídas ao segmento, no que se refere a índices de atendimento e estoque;
- Receber sugestões de aprimoramento das atividades e procedimentos da Ouvidoria.

Em 2010, foram realizados eventos em **9** inspetorias regionais e em **2** núcleos e **1** departamento da sede, além do evento comemorativo dos 10 anos da Ouvidoria para todos os servidores do Tribunal de Contas.

4.3 – Gestão dos Dados e das Informações

Para aprimorar a gestão dos dados e das informações foram desenvolvidas diversas ações, conforme descrito abaixo.

4.3.1 - Gestão Documental

O Tribunal de Contas, no exercício das suas atividades, acumulou documentos administrativos e processos. Essa acumulação da documentação sem um critério nem prazos definidos para guarda e eliminação causa transtornos para o funcionamento da Instituição. Os principais problemas referem-se aos custos para guarda e preservação da documentação que já perderam a importância, bem como o espaço físico que tem se tornado continuamente insuficiente.

A criação de um instrumento que define a classificação e os prazos de guarda dos documentos administrativos e processos serve de apoio para a tomada de decisão, como também busca racionalizar custos e rotinas de trabalho de todos os segmentos administrativos.

Nesse sentido, foi publicada a Portaria nº 455/2009, que instituiu o **Código de Classificação de Documentos** e a **Tabela de Temporalidade Documental**, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, cujas ações foram desenvolvidas em 2010, visando a permitir uma racionalização da massa documental, eliminando-se uma enorme quantidade de documentos sem valor que justifique sua guarda, preservando-se o que é patrimônio.

4.3.2 - Disponibilidade de Informações em Meio Magnético

Em 2010, foi desenvolvido um Projeto Piloto de Digitalização de Documentos, visando a validar um modelo que permita usufruir os benefícios relacionados a um melhor controle e gerenciamento dos documentos, facilidade de acesso simultâneo a multiusuários e condições mais

efetivas e seguras para a preservação das informações contidas nesses documentos ao longo do tempo.

O Projeto Piloto contemplou também a certificação digital dos documentos digitalizados, onde servidores efetivos do Estado atestam a conferência dos documentos digitalizados em relação aos originais, após procedidas as devidas análises e comparações. Conforme previsto na contratação, o escopo do projeto piloto compreendia a digitalização de um total de 240.000 (duzentas e quarenta mil) páginas de documentos num período total de 06 meses. Os documentos selecionados para a realização do projeto piloto foram os Processos de Admissão de Pessoal, que são gerenciados pelo Núcleo de Atos de Pessoal.

Devido ao êxito obtido no projeto piloto foi assinado um termo aditivo de 25% para contratação de mais 60.000 páginas, perfazendo assim um montante total de 300.000 páginas. a serem digitalizadas. Até o final de dezembro , foram digitalizadas **260.000** páginas, o que corresponde a um total de **1.600** volumes de processos tratados. Resguardado o sigilo, quando cabível, os documentos digitalizados poderão ser consultados em seu inteiro teor a partir do sistema de Acompanhamento de Processos do TCE-PE.

4.3.3 - Tecnologia da Informação nas Ações de Controle Externo e nos Sistemas Administrativos

Durante este exercício, o TCE buscou promover a integração entre os sistemas de informação de forma a evitar o desenvolvimento de soluções isoladas. Neste sentido, os sistemas foram agregados em dois grandes grupos: sistemas relacionados à fiscalização e sistemas vinculados à gestão processual. A partir desse agrupamento, deixou-se de trabalhar com foco nas áreas atendidas por cada sistema, passando a olhar para o processo de trabalho e as integrações necessárias entre os sistemas que compõem cada fluxo.

Além disso, o Controle Externo foi o foco principal da atuação da área de tecnologia da informação do Tribunal para o exercício de 2010, com ênfase nos projetos e sistemas descritos abaixo, desenvolvendo várias soluções que contribuem para o aumento da qualidade e celeridade dos processos finalísticos bem como para uma melhor gestão dos dados e das informações

- ✓ **Programa de Auditoria Eletrônico (PAe)**

A partir de 2011, de acordo com a Resolução 04/2010, o TCE exigirá, junto com os processos de prestação de contas de 2010, um conjunto de arquivos em meio magnético, apresentado em formato PDF (documentos) e planilhas com dados dos demonstrativos contábeis.

Com o fim de permitir a utilização de sistemas informatizados para processamento dessas arquivos virtuais foi desenvolvido um aplicativo que permite a elaboração automática de papéis de trabalho e relatórios da auditoria de prestação de contas de governo das prefeituras municipais, para ser utilizado em 2011. O coletor de dados do PAe é parte integrante da Prestação de Contas de 2010 e será utilizado por no mínimo dois anos, como ferramenta padrão de elaboração de papéis de trabalho e de minutas de relatório.

- ✓ **Business Intelligence (BI) de licitações**

Com o objetivo de prover o TCE-PE de novas ferramentas de TI, foram desenvolvidos no ano de 2010, projetos para utilização da tecnologia de *Business Intelligence (BI)*.

O termo *Business Intelligence (BI),* que pode ser traduzido como Inteligência do Negócio, refere-se ao processo de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações, oferecendo suporte à gestão de negócios e permitindo importantes análises para a tomada de decisões.

O Tribunal aposta na utilização dessa tecnologia na área de auditoria, na medida em que pode causar um significativo aumento da qualidade e produtividade dos trabalhos de auditoria. Com a migração do processo de auditoria para uma solução baseada em BI, os auditores do TCE têm à sua disposição informações consolidadas sobre a utilização dos recursos públicos e sua evolução por parte dos entes jurisdicionados para subsidiar a elaboração de roteiros de auditoria. Essas informações são disponibilizadas através de painéis de consultas pré-configurados e que podem ser facilmente manipulados e alterados pelos auditores. Além de reduzir o tempo da pesquisa e sistematização das informações necessárias, o BI possibilitará o cruzamento de dados de diversos órgãos e entidades, subsidiando o planejamento dos trabalhos desenvolvidos pelo TCE em uma escala jamais vista.

Já está disponível o BI de licitações e contratos, que é um aplicativo para consulta na base de dados do Licon (módulo de coleta de informações sobre licitações e contratos do sistema Sagres – (Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade), com cerca de **13.000** dados disponíveis de processos licitatórios de prefeituras, câmaras e fundos municipais.

- ✓ **Projeto Sagres**

O projeto Sagres – Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – adaptado dos sistemas Sagres e Documentação Web do TCE do Piauí, teve como objetivo construir uma ferramenta para coleta mensal dos dados e documentos eletrônicos relacionados à execução orçamentária e financeira dos jurisdicionados, que pudessem ser disponibilizados no curto prazo, com meta de implantação para o início de 2011.

- ✓ **Licon**

O Sistema para Coleta de Informações de Licitações e Contratos Administrativos – Licon – foi aperfeiçoado para ganhar maior agilidade por parte dos jurisdicionados no envio das informações e permitir a evolução das análises dos orçamentos das obras de todos os jurisdicionados municipais. Até o final de 2010, será disponibilizada nova versão do Licon, integrada ao sistema Siogi (Sistema Integrado de Orçamento e Gestão da Informação).

Também, a partir de dezembro de 2010, o TCE irá fazer um levantamento das Unidades Gestoras (UGs) inadimplentes com a coleta de dados do Licon. As Unidades Gestoras que não alimentaram o Licon serão penalizadas.

Já estão disponíveis para consulta e download os seguintes documentos do Licon:

- Editais e anexos;
- Atas de habilitação;
- Atas de julgamento;
- Termos de dispensa e inexigibilidade;
- Contratos e termos aditivos.

- ✓ **Sistemas e-AUD, RAP e e-TDA**

A área de fiscalização foi atendida ainda com a evolução dos sistemas e-AUD – Sistema de Planejamento e Execução de Auditorias – e RAP – Sistema de Registro e Análise de Admissão de Pessoal**.**

O sistema e-AUD tem como objetivo padronizar e sistematizar o processo de auditoria, dando suporte ao planejamento, registro dos achados e responsabilizações, além de produzir o relatório de auditoria. O sistema RAP tem como finalidade dar suporte às análises dos processos de admissão e suas principais evoluções tiveram como objetivo a sua futura integração com o sistema e-AUD.

Foi desenvolvido, também, o sistema e-TDA – Termo de Designação de Atividades Eletrônico – para gestão e avaliação dos trabalhos das equipes de auditoria. O sistema já está implantado e uma de suas principais contribuições está associada à avaliação sistemática da produtividade e da qualidade dos trabalhos realizados pelas equipes.

- ✓ **Decisão Monocrática Eletrônica**

Para a área de julgamento, as iniciativas, apesar de pontuais, foram de grande impacto para a qualidade e celeridade dos trabalhos das áreas atendidas. Foi implantada a Decisão Monocrática Eletrônica que automatiza a geração de decisões em processos de aposentadoria, pensão e reforma. Essa solução tem dado grande contribuição para a agilidade do julgamento e consequentemente para a diminuição do estoque desses tipos de processos, sistematizando o processo de trabalho e padronizando o relatório do voto.

- ✓ **Voto em Lista**

Outro produto de grande repercussão foi a funcionalidade para suporte ao Voto em Lista. Esse produto está em fase final de implantação e a expectativa é que dê mais agilidade às sessões do Pleno, evitando que um grande número de relatórios tenha que ser lido durante a sessão.

- ✓ **Outros sistemas**

Além desses, houve também algumas manutenções evolutivas e corretivas nos seguintes sistemas:

- Acompanhamento de Processos (AP);
- Sistema de Gerenciamento das Peças Processuais (SIGA);
- Sistema de suporte à análise de processos de aposentadorias, pensões e reformas (PREVER);
- Controle de Débitos e Multas (CDM).

- ✓ **Sistemas Administrativos**

Diversas ações foram realizadas na busca do aperfeiçoamento das atividades no intuito de dotar a instituição de condições adequadas para o pleno exercício de suas funções:

- CACI – Centro de Atendimento ao Cliente Interno do TCE-PE.
- Sistema de Folha de Pagamento;
- Sistema de Protocolo Eletrônico (PETCE);
- Controle de Suprimento Individual (CTSI);
- Avaliação de Desempenho (AD);
- Sistema para gerenciamento das inscrições nas olimpíadas do TCE;
- Sistema de suporte à Ouvidoria (OUVIDOR).

4.3.4 – Gestão de Riscos

Os principais ativos de informação do TCE-PE devem ser constantemente protegidos contra ameaças internas ou externas. Visando a reduzir ou eliminar as vulnerabilidades de um ativo, que são exploradas pelas ameaças, controles devem ser aplicados, pois constituem elementos-chave para as boas práticas de segurança.

Assim, ativos de tecnologia (máquinas servidoras, sistemas operacionais, infraestrutura de redes, etc.) e ambiente (data center), devido à importância que representam para o negócio do Tribunal, possuem um conjunto de controles que deve ser periodicamente avaliado e aperfeiçoado. A Gestão de Riscos visa a minimizar a vulnerabilidade dos principais ativos de informação.

Em 2010, foi realizada a Análise de Riscos do ambiente de TI que permitiu identificar e minimizar vulnerabilidades.

4.3.5 – Gestão da Continuidade do Negócio

Em 2010, foi iniciado o projeto de Gestão da Continuidade do Negócio para o TCE-PE, em conjunto com a consultoria da empresa Modulo. Esse projeto visa à necessidade de garantir a continuidade do negócio na eventualidade de incidentes de segurança que impeçam o funcionamento normal do Tribunal. Seu produto inicial será um plano de contingência para restabelecimento dos serviços de TI que dão suporte aos processos críticos do Tribunal. Para efeito de controle, o projeto foi dividido em 5 fases:

- Fase I - Detalhamento do Escopo e Planejamento;
- Fase II - Sistema de Gestão da Continuidade do Negócio;
- Fase III - Análise de Impacto no Negócio;
- Fase IV - Estratégias de Continuidade;
- Fase V - Desenvolvimento e Implementação de Planos.

As 4 (quatro) primeiras fases foram concluídas em 2010, resultando nos seguintes benefícios para o TCE-PE:

- Visão geral do projeto, dos recursos necessários e das responsabilidades;
- Definição e documentação dos processos de gestão de continuidade;
- Estudos dos processos classificados como críticos mapeando as perdas financeiras, operacionais e de imagem;
- Elaboração de estratégias de continuidade para os processos críticos visando a mitigar potenciais riscos de perdas financeiras, operacionais e de imagem;
- Desenvolvimento e implementação dos planos de continuidade.

Até o mês de dezembro foram desenvolvidos cinco Planos de Continuidade Operacional, oito Planos de Recuperação de Desastres e o um Plano de Gestão de Incidentes:

- Os **Planos de Continuidade Operacional** têm o propósito de descrever os procedimentos necessários para os processos críticos identificados, quais sejam:

Formalização, Instrução, Julgamento, Publicação dos processos finalísticos do TCE-PE e Administração do Ambiente de TI.

- Os **Planos de Recuperação de Desastres** têm o propósito de definir um plano de recuperação e restauração das funcionalidades dos ativos afetados que suportam os processos de negócio, a fim de restabelecer o ambiente e as condições originais de operação, no menor tempo possível.
- Os **Planos de Gerenciamento de Incidentes** têm o propósito de restabelecer o serviço o mais rápido possível minimizando o impacto negativo no negócio, através de uma solução de contorno ou reparo rápido fazendo com que o TCE-PE volte a trabalhar de modo alternativo.

4.3.6 – Software Livre

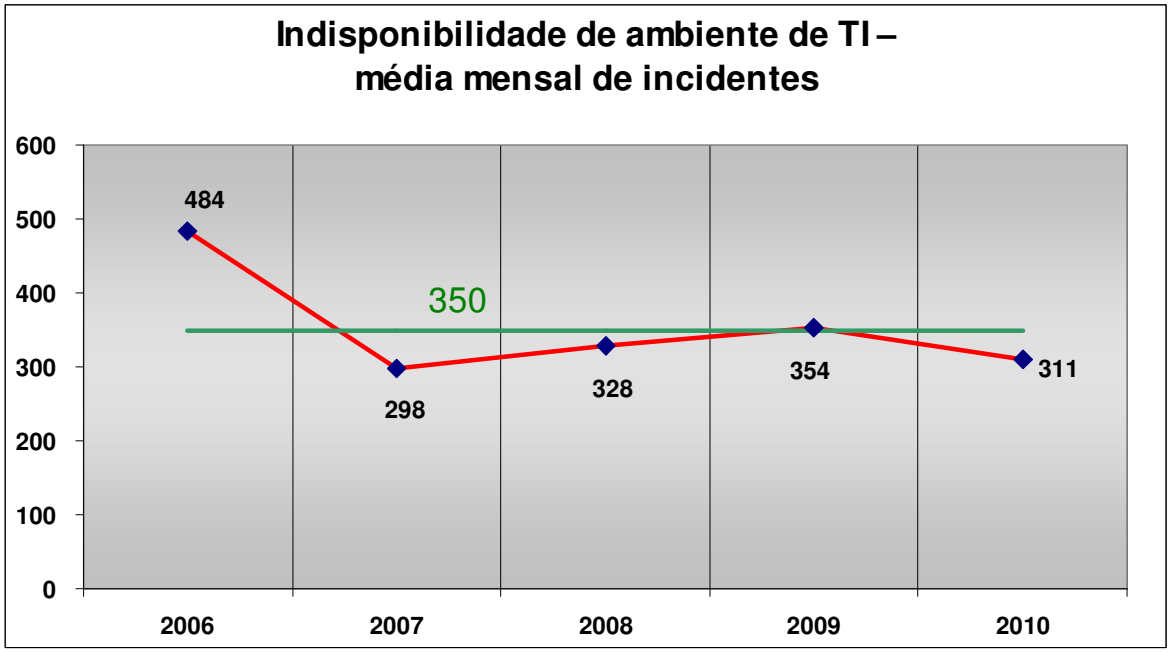
Dando continuidade à política de migração para o uso de software livre no TCE-PE, durante este ano a utilização do pacote de escritórios BrOffice foi expandida e esta ferramenta encontra-se implantada em todos os computadores da Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

Também foi iniciada a migração do navegador padrão do Tribunal, saindo do Internet Explorer Versão 6.0 para o Mozilla Firefox Versão 3.6.9.

No ambiente de equipamentos/servidores da rede foi pesquisado e testado o software livre OpenNMS, para gerenciamento dos serviços de rede (correio eletrônico, ambiente web, servidor de arquivos, etc.) do TCE-PE.

4.3.7 – Serviços aos Usuários

Aliado à disponibilização de infraestrutura de TI, deve ser garantido aos usuários do Tribunal o suporte necessário à utilização dos recursos computacionais. O indicador estratégico que representa a qualidade do serviço prestado é a média mensal de chamados de incidentes relativos à indisponibilidade de ambiente de TI, cuja meta é **350** chamados. Vários esforços foram realizados como o objetivo de estruturar e promover a melhoria dos processos de trabalho a fim de reduzir o número de chamados que atingiu a média de 311 em 2010.



Além de chamados provenientes dos usuários internos, em 2010, a CTI absorveu a central de atendimentos aos jurisdicionados que utilizam os sistemas Sagres e Licon.

4.3.8 – Infraestrutura da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

A infraestrutura de TI deve responder às demandas de sistemas e softwares garantindo os requisitos de desempenho e segurança. A evolução constante da tecnologia exige a incorporação de atividades rotineiras como substituição de equipamentos obsoletos, incremento na capacidade de armazenamento, estudo de soluções disponíveis no mercado, etc.

Em 2010, foi realizada a mudança do datacenter do TCE-PE para as novas instalações do Edifício Nilo Coelho. A mudança exigiu cuidados técnicos imprescindíveis para garantia de segurança, desempenho da rede e possibilidade de expansão dos equipamentos existentes. As melhorias implantadas incluem:

- Maior espaço físico para as instalações, permitindo a expansão do ambiente para os próximos anos;
- Melhoria na climatização da sala do datacenter, incluindo controle de umidade, dentro das condições necessárias para o correto funcionamento dos equipamentos;
- Racionalização do cabeamento que interliga os equipamentos, permitindo melhor gerenciamento da configuração e maior facilidade nas mudanças;
- Melhoria das instalações quanto aos requisitos de segurança de acordo com as normas ABNT NBR 27002 (Código de Prática para a Gestão da Segurança da Informação) e ABNT NBR 11515:2007 (Critérios de segurança física relativos ao armazenamento de dados).

Também foram adquiridos equipamentos e softwares para garantir a disponibilidade do ambiente de TI, diante da crescente demanda por desempenho das máquinas servidoras e espaço para armazenamento das informações:

- Instalação de novos servidores tipo blade para o ambiente de servidores da rede;
- Instalação de nova unidade de fita par backup dos dados da rede;
- Aquisição de novo cofre para armazenamento de fitas de backup adquirido;
- Aquisição e atualização de licenças de software para infraestrutura Qlikview (BI), VMWARE (sistema operacional), Digifort (CFTV), Risk Manager (análise de riscos), certificados digitais, etc.;
- Início da aquisição de novos discos para o storage (armazenamento em discos da rede).
- Aquisição de monitores de vídeo LCD para todos os usuários da rede.

4.4 – Gestão Estratégica

Dentro do objetivo de Aperfeiçoar o modelo de gestão estratégica, realizaram-se as seguintes ações:

4.4.1 – Avanços das Ações do Tribunal de Contas

Em cada uma das perspectivas do Mapa Estratégico do TCE-PE, vigente de 2008 até 2012, estão descritos os principais objetivos estratégicos do TCE-PE, que atrelam as ações desenvolvidas no exercício.

Como desdobramento desse mapa e a partir de seus objetivos estratégicos foram elaborados os mapas gerenciais setoriais. A cada ano é construído o Plano Operativo Anual (POA), no qual são estabelecidas todas as atividades e ações a serem desenvolvidas durante o ano em curso. Esse POA é monitorado por toda a Casa, trimestralmente, por intermédio da utilização do Sistema de Planejamento (Sisplan).

De três em três meses, acontecem reuniões de monitoramento com o grupo Gestor do Planejamento e com os Conselheiros, para análises, discussões e decisões sobre o andamento das principais ações.

Na planilha abaixo, estão explícitos os avanços alcançados no ano de 2010 (Ações executadas/ Ações planejadas X 100), por perspectivas e objetivos estratégicos e para a instituição como um todo:

PERSPECTIVAS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AVANÇO
I - Perspectiva da Sociedade	**83,7 %**
1 – Mobilizar a sociedade para o controle social	85,2 %
2 – Aumentar a efetividade das ações de controle externo	82,8%
II - Perspectiva dos Clientes	**92,0 %**
3 – Exigir e colaborar com o fortalecimento do controle interno dos jurisdicionados	105,0%
4 – Estimular a transparência da gestão pública	95,8 %
5 – Oferecer produtos e serv. adequados às necessidades dos clientes	70,0 %
6 – Melhorar a integração com os clientes	125,0 %
7 – Orientar os jurisdicionados para a melhoria da gestão pública	79,4 %
III - Perspectiva dos Processos Internos	**90,2 %**
8 – Aprimorar a gestão dos dados e das informações	79,1 %
9 – Aumentar a qualidade e celeridade dos processos finalísticos	94,3 %
10 – Aperfeiçoar o processo de comunicação interna e externa	77,3 %
11 – Aperfeiçoar o modelo de gestão estratégica	74,9 %
12 – Aumentar a eficiência e eficácia dos processos internos	84,5 %
13 – Aprimorar a gestão de projetos	97,5 %
IV – Persp. da Aprendizagem e Crescimento	**73,1 %**
14 – Desenvolver a gestão por processos de trabalho	95,0 %
15 – Aprimorar a atuação concomitante	100,0 %
16 – Estruturar a gestão do conhecimento	67,3 %
17 – Aprimorar e promover a gestão de pessoas	73,1 %
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PE	**88,1 %**

Fonte: Sisplan - TCE/PE

A seguir, a relação dos Mapas Gerenciais das diversas unidades organizacionais do Tribunal de Contas e respectivos avanços alcançados no ano.

MAPAS GERENCIAIS	AVANÇO
1 - CAD - Coordenadoria de Administração Geral	82,2 %
2 - CCE - Coordenadoria de Controle Externo	89,7 %
3 - CTI - Coordenadoria de Tecnologia da Informação	81,9 %
4 - DGP - Departamento de Gestão de Pessoas	75,0 %
5 - ECPBG - Escola de Contas Públicas Prof. Barreto Guimarães	91,5 %
6 - Julgamento (GCs, GAUs, AUGE, MPCO, CORG, PROC e DP)	92,9 %
7 - NPC - Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenv. Organizacional	79,7 %
8 – NUC/GPRE - Núcleo de Comunicação e Gabinete da Presidência	74,4 %
9 - OUVI – Ouvidoria	102,9 %
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PE	**88,1 %**

Fonte: Sisplan/TCE-PE

Considerando os objetivos gerenciais, foi construído o Plano Operativo Anual, no qual são estabelecidas todas as ações a serem desenvolvidas, em todos os mapas gerenciais. Nele consta a

programação trimestral e anual do que será realizado no ano em curso. No ano de 2010, os avanços do POA foram de 88,1%, segregando-os em rotinas e projetos.

PRODUTOS	AVANÇO
Projetos	79,8%
Rotinas	95,1%
TOTAL	**88,1 %**

Fonte: Sisplan/TCE-PE

Para verificação dos resultados alcançados e de acordo com a metodologia BSC – Balanced ScoredCard, o TCE-PE possui diversos indicadores de medição do desempenho. Com o objetivo de acompanhar o desempenho da instituição, foi criado o Indicador de Desempenho Institucional (IDI) composto de 21 indicadores de desempenho, distribuídos e ponderados (balanceados) de acordo com cada uma das perspectivas do Mapa Estratégico. Seu resultado em 2010 foi de **96,1%,** conforme detalhamento abaixo:

INDICADOR DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL - 2010							96,1%
INDICADORES	Fonte		Ud	2009	Meta 2010	2010	Desempenho
SOCIEDADE							88,7%
Nº de processos julgados, exceto atos de pessoal	NPC	↑	ud	1.611	2.166	1.806	83,4%
Nº de processos de atos de pessoal julgados	NPC	↑	ud	6.611	7.334	9.789	125,0%
Volume de demadas sobre atos de gestão à Ouvidoria	OUVI	↑	ud	534	450	410	91,1%
Taxa de pessoas estimuladas ao controle social	ECPBG	↑	Pessoas / cem mil	96,0	87,6	100,3	114,5%
Grau de demandas da sociedade atendidas pelo TCE-PE	OUVI	↑	%	39,4%	48,0%	46,0%	95,8%
Taxa de realização de auditorias de acompanhamento	CCE	↑	%	10,5%	15,1%	14,7%	97,5%
Taxa de efetividade das análises de editais e de contratos	CCE	↑	%	67,2%	75,0%	55,3%	73,7%
Taxa de notícias favoráveis sobre o TCE-PE (positivas+neutras)	NUC	↑	%	97,3%	95,0%	98,3%	103,4%
CLIENTES							105,1%
Nº de servidores dos jurisdicionados treinados	ECPBG	↑	ud	3.703	2.250	2.413	107,2%
Nota média dos cursos ministrados a representantes dos jurisdicionados	ECPBG	↑	ud	8,9	9,0	9,1	101,3%
PROCESSOS INTERNOS							111,3%
Estoque de processos do Tribunal	NPC	↓	ud	12.057	11.557	9.259	119,9%
Quantidade de processos com instrução concluída	CCE	↑	%	10.201	9.794	11.029	112,6%
Taxa de retorno de processo para instrução por erro	CCE	↓	%	3,9%	5,0%	3,0%	125,0%
Nº de acessos externos aos serviços do site do TCE-PE	CTI	↑	1.000 ud	160,3	600,0	649,3	108,2%
Taxa de execução do orçamento - Investimento	DCF	↑	%	37,3%	75,0%	76,5%	102,0%
Taxa de atendimento à solicitação de serviços	DAI	↑	%	96,5%	96,5%	99,8%	103,4%
Indisponibilidade de ambiente de TI - média mensal de incidentes	CTI	↓	ud	354	350	311	111,2%
Taxa de realização de projetos	NPC	↑	%	79,0%	80,0%	79,8%	99,8%
APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO							87,3%
Taxa geral de satisfação do servidor	DGP	↑	%	79,2%	80,0%	66,7%	83,4%
Tempo médio de capacitação por servidor	DGP	↑	h/func	19,2	20,0	17,2	86,0%
Taxa de abrangência das capacitações para servidores	DGP	↑	%	66,3%	80,0%	65,3%	81,7%
Nota média dos cursos ministrados a servidores	ECPBG	↑	ud	8,7	8,8	9,0	102,4%
Taxa de atendimento da expectativa de desempenho dos servidores	DGP	↑	%	XXX	90,0%		

Fonte: NPC/GEPL

Contribuiu para o cumprimento da Missão, alcance da Visão e os bons resultados, a realização de reuniões administrativas do Conselho às segundas-feiras. Tal iniciativa demonstra o pioneirismo da gestão compartilhada, considerando as deliberações conjuntas emanadas do Conselho sobre os temas relevantes para a administração da Casa.

4.4.2 – Ações de Controle Interno na gestão do Tribunal de Contas

O TCE-PE promoveu algumas ações visando ao aprimoramento do seu sistema de controle interno, das quais se destacam:

- Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) – 2010 e encaminhamento para aprovação do Presidente;
- Validações dos Relatórios de Gestão Fiscal do TCE-PE, referentes ao 3º quadrimestre de 2009 e aos 1º e 2º quadrimestres de 2010;
- Monitoramentos (2) de auditorias internas realizados em "Gestão de Contratos" e "Diárias e PQRs" (por quilômetro rodado);
- Aprovada a Resolução da Regulamentação do Sistema de Controle interno do TCE-PE;
- Capacitação em Controle Interno e realização de visita técnica a outro Tribunal, para desenvolvimento de melhores práticas.

4.4.3- Gestão de Projetos

Em 2010, os sistemas da área de controle externo foram divididos em dois grandes projetos: **Fiscalização e Gestão Processual**. Com essa mudança a gestão dos esforços de desenvolvimento e evolução dos sistemas deixou de ser realizada sistema a sistema e passou a ser realizada por grupos de sistemas que suportam determinada área de atuação, através de seus respectivos projetos.

Com os sistemas sendo gerenciados em bloco, foi possível a padronização de práticas, de artefatos de gerenciamento e de coleta das métricas. Essa evolução deverá ser continuada durante o exercício de 2011 com a definição do modelo de gerenciamento. O modelo que está sendo construído é baseado fortemente em metodologias de referência, como PMBOK[2] e SCRUM[3], adaptadas para a realidade do TCE-PE.

O escritório de projetos, iniciativa do Tribunal para evoluir a gestão de seus projetos, ganhou um foco mais prático em 2010, tendo como objetivo consolidar os modelos já definidos e deixando para 2011 novas evoluções conceituais.

O TCE-PE promoveu durante este ano capacitações para **34** alunos, em gestão de projetos, ministradas por servidores do Tribunal, baseadas no PMBOK que teve grande repercussão dentro e fora da área de Tecnologia da Informação.

---

[2] PMBOK® - Project Management Body of Knowledge é um conjunto de práticas em gerência de projetos levantado pelo Project Management Institute (PMI) e constituem a base da metodologia de gerência de projetos do PMI. Estas práticas são compiladas na forma de um guia, chamado de Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos, ou Guia PMBOK.

[3] SCRUM constitui um processo de desenvolvimento iterativo e incremental para gerenciamento de projetos e desenvolvimento ágil de software.

Além dessas capacitações, **dois** servidores do TCE-PE obtiveram neste ano a certificação SCRUM Máster.

4.4.4 - Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo – Promoex

O Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex), iniciado em 2006, tem como objetivo a melhoria da eficiência do gasto e da transparência das administrações públicas. Para atingir esse objetivo, o programa enfatiza o fortalecimento do referido sistema como instrumento de cidadania e de efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos, incluindo a intensificação das relações intergovernamentais e interinstitucionais, a fim de dar cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

O Promoex é composto de projetos múltiplos que são executados de forma descentralizada pelos Tribunais de Contas dos Estados, Distrito Federal e Municípios (TCs), sujeitos a uma coordenação e supervisão centralizadas, de nível nacional, por meio da Direção Nacional do Pnage e Promoex vinculada à Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

A implementação do referido Programa é co-financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mediante a Operação de Crédito n° 1628/0C-BR, contando ainda com recursos provenientes de contrapartida local

O valor total do projeto para o TCE-PE foi de **R$ 4.017.622,00**, tendo como valor de contrapartida **R$ 1.591.383,00,** o que equivale a **39,6%**. O montante a ser transferido pelo BID é de **R$ 2.426.239,00 (60,4%).** O TCE-PE recebeu, até então, **R$ 1.658.497,22** para a execução das ações programadas, faltando receber o valor de **R$ 767.741,78,** que representa **31,6%** do valor a ser remetido pelo BID. O período da remessa deste valor está vinculado à consolidação da execução dos projetos por todos os Tribunais, levada a efeito pela Diretoria Nacional do Promoex.

A seguir, estão registradas as ações de 2010, com as situações de cada produto:

FASE DOS PRODUTOS	PRODUTOS	VALOR DOS CONTRATOS (R$)	OBSERVAÇÕES
1 – CONTRATOS CONCLUÍDOS	1.1 - Consultoria em auditoria de natureza operacional e avaliação de políticas públicas	**49.333,33**	
	SUBTOTAL	**49.333,33**	
2 – CONTRATOS EM EXECUÇÃO	2.1 - Reforma e cabeamento das Inspetorias Regionais	**412.437,66**	Execução contratual: 88%
	2.2 - Contratação de empresa para execução de Programa de Rádio do TCE-PE	**63.180,05**	Execução contratual: 34,2%
	2.3 - Consultoria para gestão do desempenho funcional e aprimoramento das políticas e ações de desenvolvimento pessoal	**274.406,40**	Execução contratual: 22,0%
	2.4 - Consultoria para projetos gráficos	**24.733,33**	A pagar
	SUBTOTAL	**774.757,44**	
3 - CONTRATOS A EXECUTAR	3.1 - Consultoria para construção e consolidação de Indicadores	**50.400,00**	Contratos não assinados, mas aprovados pelo BID. Aguardando recursos.
	3.2 – Vídeo Institucional	**65.000,00**	
	3.3 – Consultoria em metodologia de Pesquisa de Natureza Operacional	**10.800,00**	
	SUBTOTAL	**126.200,00**	
4 – EM ELABORAÇÃO DO TDR	4.1- Certificação Digital	**94.983,00**	Sujeito à análise final do BID. Aguardando recursos.
	SUBTOTAL	**94.983,00**	
5 – NÃO ELABORADOS O TDR	5.1 - Consultoria para análise e melhoria da elaboração e implementação de sistemas de TI	**83.000,00**	Esses produtos já estão contemplados no projeto do Promoex. Aguardando recursos do BID.
	5.2 - Curso de Indicadores Sociais.	**20.000,00**	
	SUBTOTAL	**103.000,00**	
	TOTAL	**1.148.273,77**	

Fonte: Promoex

Além disso, em 2010, foram realizadas diversas reuniões, fóruns, capacitações e visitas técnicas com recursos do Promoex, no valor de **R$ 62.836,92,** a seguir discriminados:

TIPOS DE EVENTOS	VALOR GASTO (R$)	LOCAL
1 - Reunião Nacional do Promoex	6.135,54	Brasília
2 - Reuniões do Grupo de Comunicação Institucional (GCI)	1.209,47	Salvador
3 – Oficina do Sistema de Indicadores para Planejamento	2.637,51	Salvador
4 – Apresentação do Programa TCEndo Cidadania	4.234,56	Espanha
5 – Grupos Técnicos Contábeis	5.297,58	São Paulo
	1.982,30	Brasília
	4.333,20	Brasília
7 – Fórum sobre Registro de Preços	1.567,93	Brasília
8 – Seminário de Comunicação	2.863,86	Palmas
9 – Encontro Técnico de Educação Corporativa	4.565,38	Campo Grande
10 – Visita Técnica TCE/MG – Controle Interno	2.690,05	Belo Horizonte
11 – Reuniões do Grupo de Planejamento	5.197,42	Brasília
12 – Encontro de Planejamento Estratégico	5.438,20	Natal
13 – Encontro de Capacitação em Gestão de Pessoas	-	Recife
	3.703,82	Brasília
14 – Curso de Auditoria Operacional com Foco em Saneamento	5.400,32	Brasília
15 – Visita Técnica – Gestão Documental	4.763,46	Brasília
16 – Visita Técnica – Gestão por Processos	816,32	Rio de Janeiro
TOTAL	**62.836,92**	

Fonte: Promoex

Possivelmente, a vigência do convênio Promoex será prorrogada, para todos os Tribunais de Contas, até o final de 2011, para possibilitar o alcance dos objetivos nacionais e locais previstos no convênio.

4.5 - Gestão Administrativa e Financeira do TCE-PE

Nesse item estão descritas ações relativas à melhoria da infraestrutura e à evolução da gestão financeira e orçamentária.

4.5.1 – Infraestrutura Física

O TCE-PE realizou inúmeras ações voltadas para a melhoria das instalações físicas de suas unidades com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho a seus servidores:

- **Reforma do Edifício Nilo Coelho:** constituído de sete pavimentos e com 5.065 m² de área construída, a reforma foi concluída em 2010. Com essa reforma, buscou-se dar condições similares de trabalho aos dois edifícios que constituem a sede do Tribunal, além de propiciar a vinda das Inspetorias Regionais Metropolitanas. Também foram reformados os espaços destinados ao Banco e à Biblioteca;
- **Reforma das Inspetorias de Petrolina, Salgueiro, Arcoverde, Bezerros, Garanhuns e Surubim:** incluem adaptações do espaço físico, com disponibilização de novas salas para as equipes, construção de auditório e serviços de cabeamento estruturado para a rede de computadores de todas as regionais.
- **Disponibilização de uma nova área para o arquivo:** com adaptações pontuais no imóvel locado;

- **Aquisição significativa de mobiliário:** para as diversas unidades do Tribunal de Contas, proporcionando aos servidores maior conforto na execução de suas atividades;
- **Climatização do pavimento térreo da garagem do edifício D. Helder Câmara** – projeto realizado com o intuito de dotar o local de condições para realização de receptivo de grandes eventos do TCE-PE, quando da realização de seminários, Workshops, entrega da Medalha Nilo Coelho, entre outros.

4.5.2 - Orçamento e Execução Orçamentária

A execução orçamentária de 2010 somou **R$ 209.626.229,66**, ou seja, **95,01%** do valor orçado acrescido dos créditos adicionais abertos no exercício. A seguir, o detalhamento da execução orçamentária no período:

AÇÃO/GRUPO DE DESPESAS	Dotação Autorizada	Despesas liquidadas 2010	% despesas liquidadas/ autorizadas 2010	Despesas liquidadas 2009	Diferença 2009 -2010	Evolução das despesas 2009 - 2010 (%)
Controle externo da aplicação dos recursos públicos do estado e dos municípios de Pernambuco	**119.994.000,00**	**118.563.041,88**	**98,81%**	**101.040.850,00**	**17.522.191,88**	**17,34%**
1-pessoal e encargos sociais	118.494.000,00	117.426.968,53	99,10%	99.987.190,00	17.439.778,53	17,44%
3-outras despesas correntes	1.500.000,00	1.136.073,35	75,74%	1.053.660,00	82.413,35	7,82%
Projeto de modernização do controle externo - Promoex	**1.079.800,00**	**629.797,14**	**58,33%**	**506.500,00**	**123.297,14**	**24,34%**
3-outras despesas correntes	748.200,00	307.951,23	41,16%	206.100,00	101.851,23	49,42%
4-investimentos	331.600,00	321.845,91	97,06%	300.400,00	21.445,91	7,14%
Reforma de instalações físicas do tribunal de contas	**5.130.000,00**	**3.742.031,12**	**72,94%**	**3.137.650,00**	**604.381,12**	**19,26%**
4-investimentos	5.130.000,00	3.742.031,12	72,94%	3.137.650,00	604.381,12	19,26%
Gestão administrativa das ações do tribunal de contas	**38.391.700,00**	**33.723.469,57**	**87,84%**	**27.415.270,00**	**6.308.199,57**	**23,01%**
1-pessoal e encargos sociais	23.170.000,00	22.682.217,16	97,89%	18.966.770,00	3.715.447,16	19,59%
3-outras despesas correntes	13.073.700,00	10.225.205,28	78,22%	8.033.200,00	2.192.005,28	27,29%
4-investimentos	2.148.000,00	816.047,13	37,99%	415.300,00	400.747,13	96,50%
Desenvolvimento e manutenção da infra-estrutura tecnológica do TCE - PE	**8.500.800,00**	**6.666.100,83**	**78,42%**	**5.183.710,00**	**1.482.390,83**	**28,60%**
1-pessoal e encargos sociais	4.864.000,00	4.842.846,28	99,57%	4.133.830,00	709.016,28	17,15%
3-outras despesas correntes	3.072.000,00	1.439.028,90	46,84%	885.670,00	553.358,90	62,48%
4-investimentos	564.800,00	384.225,65	68,03%	164.210,00	220.015,65	133,98%
Comunicação institucional do tribunal de contas	**450.000,00**	**411.654,50**	**91,48%**	**342.230,00**	**69.424,50**	**20,29%**
3-outras despesas correntes	450.000,00	411.654,50	91,48%	342.230,00	69.424,50	20,29%
Operacionalização do acesso à PE- multidigital	**450.000,00**	**307.947,71**	**68,43%**	**280.070,00**	**27.877,71**	**9,95%**
3-outras despesas correntes	450.000,00	307.947,71	68,43%	280.070,00	27.877,71	9,95%
Capacitação e valorização de gestores e servidores do TCE-PE	**4.470.000,00**	**4.172.665,46**	**93,34%**	**4.072.630,00**	**100.035,46**	**2,46%**
1-pessoal e encargos sociais	3.956.000,00	3.924.028,70	99,19%	3.586.540,00	337.488,70	9,41%
3-outras despesas correntes	518.000,00	248.636,76	48,00%	486.090,00	(237.453,24)	-48,85%
4-investimentos	6.000,00	-	0,00%	-	-	
Contribuições patronais do tribunal de contas ao Funafin	**32.739.000,00**	**32.024.253,28**	**97,82%**	**24.356.840,00**	**7.667.413,28**	**31,48%**
1-pessoal e encargos sociais	32.739.000,00	32.024.253,28	97,82%	24.356.840,00	7.667.413,28	31,48%
Concessão de auxílio-alimentação a servidores do Tribunal de contas	**9.410.000,00**	**9.385.268,17**	**99,74%**	**8.585.990,00**	**799.278,17**	**9,31%**
3-outras despesas correntes	9.410.000,00	9.385.268,17	99,74%	8.585.990,00	799.278,17	9,31%
TOTAL	**220.615.300,00**	**209.626.229,66**	**95,01%**	**174.921.740,00**	**34.704.489,66**	**19,84%**

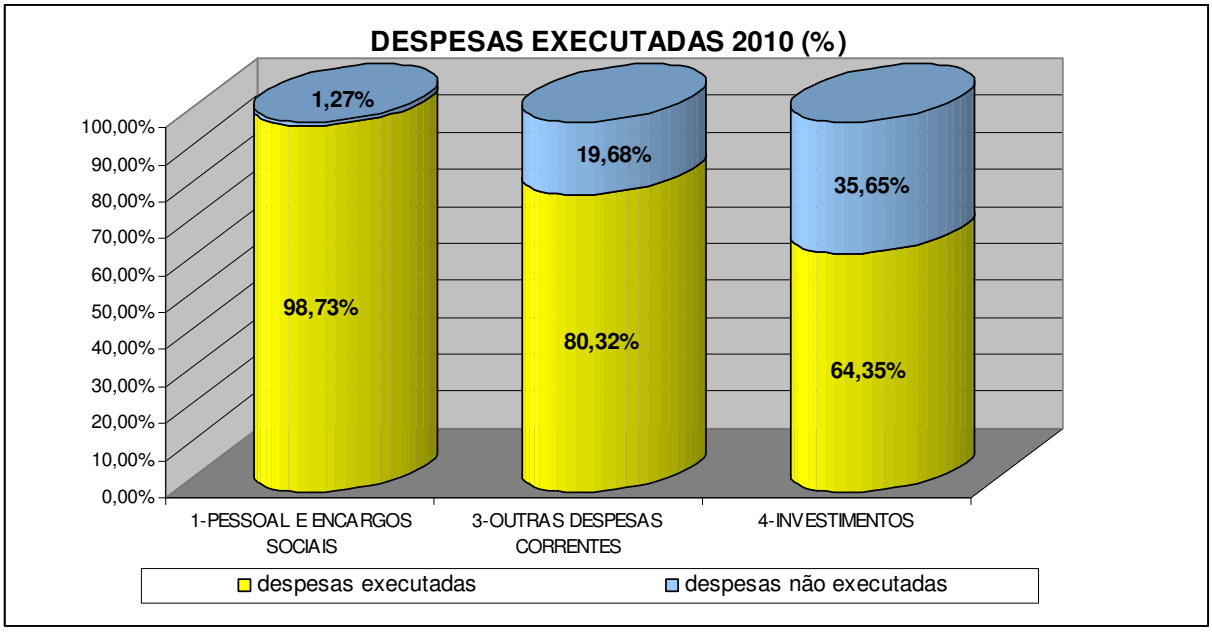
Fonte: E-Fisco – 2010

O exercício financeiro de 2010 teve sua execução orçamentária em relação à natureza das despesas, conforme detalhado a seguir:

a) Execução orçamentária por grupo de despesas:

GRUPO DE DESPESAS	dotação autorizada	despesas liquidadas 2010	% despesas liquidadas/ autorizadas 2010	despesas liquidadas 2009	diferença 2009 -2010	evolução das despesas 2009 - 2010 (%)
1-PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	183.223.000,00	180.900.313,95	98,73%	151.031.170,00	29.869.143,95	19,78%
3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.211.900,00	23.461.765,90	80,32%	19.873.010,00	3.588.755,90	18,06%
4-INVESTIMENTOS	8.180.400,00	5.264.149,81	64,35%	4.017.560,00	1.246.589,81	31,03%
TOTAL	**220.615.300,00**	**209.626.229,66**	**95,01%**	**174.921.740,00**	**34.704.489,66**	**19,84%**

Fonte: E-Fisco - 2010



Os Indicadores da gestão financeira do TCE-PE nos últimos quatro anos são:

INDICADORES	2006	2007	2008	2009	2010
índice de despesas com pessoal de acordo com a LRF	1,26%	1,23%	1,21%	1,32%	1,26%
índice de execução de orçamento total	94,48%	94,88%	90,87%	91,54%	95,01%
índice de execução de orçamento de custeio	81,75%	81,40%	79,17%	77,93%	80,32%
índice de execução de orçamento de investimento	89,48%	89,33%	48,90%	37,27%	64,35%
índice de execução de orçamento de pessoal	97,70%	100,5%	95,90%	99,90%	98,73%

Fonte: DCF

- **Análise das despesas conforme a classificação econômica**:

Grupo 1 – Despesas de pessoal e encargos sociais

O aumento de R$ 29,9 milhões observado nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais do TCE-PE em 2010 decorreu, principalmente, da implantação das alterações do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Tribunal, previstos na Lei estadual nº 13.442, de 5 de maio de 2008, bem como da elevação dos gastos com contribuições patronais, em decorrência do aumento da alíquota Patronal do Funafin de 20% para 27%, elevando os gastos em torno de 31% com a respectiva ação, cujo impacto financeiro chegou a R$ 7,7 milhões.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais do TCE-PE, segundo o relatório de gestão fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2010, mesmo após as variações acima referidas, corresponderam a **1,26%** da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado de Pernambuco nesse ano, percentual inferior ao limite prudencial de 1,48% da RCL, o que evidencia o pleno cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e confirma a prudência, o conservadorismo do TCE-PE nas suas estimativas ante o desempenho da RCL em 2010.

Grupo 3 – Outras despesas correntes

As despesas do TCE-PE classificadas no grupo de Outras Despesas Correntes totalizaram, em 2010, R$ 23,4 milhões, valor que apresentou acréscimo de cerca de R$ 3,6 milhões em relação às despesas verificadas em 2010, resultado da ampliação das instalações físicas do Tribunal com o funcionamento pleno dos Edifícios Dom Hélder Câmara e Nilo Coelho, bem como em decorrência de reajustes contratuais vinculados ao IPCA (5,9%), e o reajuste de 9,7% sobre o valor do salário mínimo nacional, e outros decorrentes de imposições de agências reguladoras.

Esses fatos resultaram em aumento, principalmente, das despesas com locação de mão-de-obra (+ R$ 630 mil), porém os gastos com energia elétrica foram reduzidos (- R$ 105 mil). Além dessas despesas, ocorreu acréscimo dos gastos com auxílio-alimentação, que se elevaram em R$ 800 mil, e a aquisição de softwares de base, que em 2010 foi de R$ 602 mil.

Grupo 4 - Investimentos

As despesas do TCE-PE classificadas no grupo de Investimentos totalizaram em 2010 **R$ 5,3 milhões**, inferior ao exercício de 2009, cujo montante executado foi de R$ 6,2 milhões.

Os Investimentos do TCE-PE em 2010 concentraram-se em três áreas mais relevantes, que somaram quase 100% do total das despesas do grupo 4, como segue:

Investimentos do TCE-PE em 2010 – Em R$		
Despesas	**Total em 2010**	**% no grupo**
Obras de construção e reforma (sede e inspetorias regionais)	4.180.236,97	79,41%
Mobiliário	371.787,26	7,06%
Equipamento de informática (estações de trabalho, notebooks e equipamentos de rede)	161.870,65	3,07%
Equipamentos diversos	118.163,14	2,24%
Outros bens adquiridos/incorporados	432.091,79	8,21%
TOTAL	**5.264.149,81**	**100,00%**

Fonte: E-Fisco 2010.

- **Análise das despesas conforme a classificação programática:**

As despesas orçamentárias de 2010 do TCE-PE serão analisadas a seguir segundo os programas estabelecidos no orçamento, desdobrados nas ações que os integram.

Os comentários se concentram nas ações que têm metas de produtos expressas na Lei Orçamentária do exercício. As demais ações têm como metas apenas a realização das atividades a que se referem.

Programa 0256 – Controle externo da administração pública estadual e municipal

Esse programa tem por objetivo o exercício do controle externo da Administração Pública, na esfera de competência do TCE-PE. É o principal programa orçamentário do Tribunal, vinculado à atividade finalística do órgão e composto por sete ações.

⇨ Atividade 0591 – Capacitação e valorização de servidores

Essa atividade tem por finalidade registrar as despesas com atividades de capacitação e valorização dos servidores do TCE-PE, inclusive gestores, bem como a remuneração paga aos servidores envolvidos com a referida área.

As despesas realizadas em 2010 nessa ação somaram **R$ 4.172.665,46** ou **87,7 %** do total orçado, valor superior em 2,5% aos R$ 3.672.318,06 registrados em 2009.

⇨ Atividade 1111 – Controle externo da aplicação dos recursos públicos do Estado e dos Municípios de Pernambuco

Essa atividade registra os gastos destinados às atividades de controle externo de responsabilidade do TCE-PE na administração pública estadual e municipal, entre as quais se incluem as despesas de Pessoal e Encargos Sociais referentes ao Conselho, aos órgãos especiais e aos segmentos ligados ao Grupo Ocupacional de Controle Externo (GOCE) e as despesas com diárias e ressarcimento de transporte (PQR) destinadas ao exercício do controle externo.

As despesas realizadas em 2010 na ação de Controle Externo (1111) somaram **R$ 118.563.041,88**, ou **98,8%** do total autorizado. Em 2009, nessa mesma ação, as despesas somaram R$ 103.980.363,51, observando-se, assim, em 2010, crescimento nominal de 17,3%.

⇨ Projeto 2742 – Reforma de instalações físicas do Tribunal de Contas

Essa ação tem por finalidade concentrar as despesas decorrentes das reformas de instalações físicas do TCE-PE, incluindo sede e inspetorias regionais. Essa ação foi criada considerando o grande vulto de algumas reformas previstas, em especial a do Edifício Nilo Coelho, para permitir melhor controle e acompanhamento desses gastos.

O orçamento autorizado em 2010 foi de **R$ 3.840.183,87.** Neste exercício, concluíram-se os serviços de reforma do Edifício Nilo Coelho. As despesas liquidadas no ano somaram **R$ 3.742.031,12.**

A reforma da sede das inspetorias regionais de Surubim, Palmares e Garanhuns foram inseridas entre as despesas cobertas com recursos do convênio Promoex, correndo, então, à conta da ação orçamentária 1389.

4.5.3 - Execução Financeira

Os recursos financeiros à disposição do TCE-PE e do Fapre tiveram a movimentação apresentada no quadro abaixo:

EVOLUÇÃO FINANCEIRA DO TCE-PE EM 2010 - RECURSOS DE TODAS AS FONTES - EM R$

Saldo das disponibilidades em 31/12/2010	**R$ 20.474.260,63**
Duodécimos orçamentários recebidos em 2010	R$ 199.108.004,70
	R$ 2.944.135,65
Despesas orçamentárias liquidadas em 2010	R$ 209.987.277,31
Movimentação extra-orçamentária líquida em 2010	R$ (339.591,07)
Saldo das disponibilidades em 31/12/2010	**R$** 12.199.532,60
Valores a receber (adiantamentos de férias e outros)	R$ 2.017.544,47
Restos a pagar inscritos em 31/12/2010	R$ (606.294,96)
Consignações a pagar e contribuições previdenciárias retidas a recolher	R$ (789.168,04)
Superávit financeiro em 31/12/2010	**R$ 12.821.614,07**

Fonte: E-Fisco 2010.

O superavit financeiro do TCE-PE e do Fapre apresentou a seguinte evolução entre 2009 e 2010, segundo as fontes de recursos:

EVOLUÇÃO DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO TCE-PE E FAPRE/TCE-PE EM 2010 - SEGUNDO AS FONTES DE RECURSOS - R$

Fontes de recursos	Superávit financeiro 31/12/2009	Superávit financeiro 31/12/2010	% Evolução do superávit financeiro 2009 - 2010
0101000000 - Tesouro	10.372.699,41	8.129.761,56	-21,62%
0102002324 - Convênio Promoex	951.170,57	432.129,27	-54,56%
0104020001 - Receitas Diretamente Arrecadadas	5.516.868,35	1.857.535,95	-66,33%
0115000000 - Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE-PE	942.222,82	1.236.853,23	33,39%
0120000000 - Recursos Decorrentes da Operacionalização da Conta Única para Modernização Administrativa e de Sistemas	-	437.236,75	-
0121000000 - Alienação de patrimônio	959.307,27	728.097,31	-24,10%
Recursos extra-orçamentários		-	-
Total	**20.756.751,03**	**12.821.614,07**	**-38,23%**

Fonte: E-Fisco 2010.

4.6 - Gestão Administrativa da ECPBG

4.6.1 – Infraestrutura Física, de Tecnologia da Informação e Sistemas Administrativos

A ECPBG realizou algumas ações que levaram a melhorias na gestão administrativa no que tange à infraestrutura física, à tecnologia da informação e aos sistemas e processos administrativos.

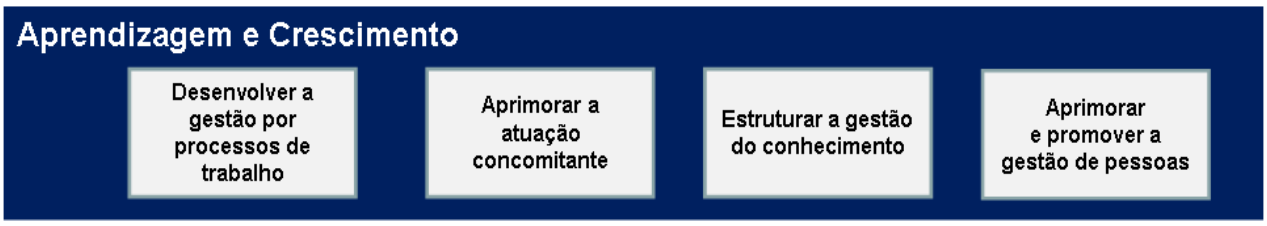
Entre as principais ações de melhorias efetuadas na Escola, pode-se citar:

- Pintura das instalações da Escola de Contas;
- Reforma da sala da coordenação-geral com a criação de espaço destinado à assessoria e respectiva aquisição de mobiliário.
- Aquisição de *no-break* para rede dos computadores e projetores de sala de aulas.
- Aquisição de projetores multimídia para salas de aula. Os projetores substituídos foram destinados a eventos externos;
- Aquisição de 26 monitores LCD, com contrato assinado;
- Contratação de serviço 3G (5 modems) para utilização em eventos externos;
- Aquisição de câmera fotográfica digital para cobertura dos eventos;
- Aquisição de 2 licenças do software Corel Draw para as gerências de ensino e comunicação.

Além disso, a ECPBG implantou sistema automatizado para gestão de materiais, substituindo o controle anteriormente efetuado – com fichas de prateleiras. Foram necessários ajustes nas rotinas de trabalho e adequações nas guias de requisição e devolução de materiais, além da realização de inventário físico.

Visando a aperfeiçoar os fluxos de trabalho, realizou-se, também, um redesenho dos processos de trabalhos relativos a contratos, convênios, concurso de monografia e capacitação, além de capacitações da equipe da Escola em Gestão por Processos e em *VISIO*.

5 – Perspectiva: APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO



Na perspectiva da Aprendizagem e Crescimento foram definidos objetivos para ampliar e fortalecer as competências do conjunto de servidores da instituição, assim como suas competências tecnológicas. Esses objetivos formam uma base de sustentação para a realização de todas as ações que serão desenvolvidas pelo Tribunal de Contas.

Os temas descritos neste capítulo se referem à gestão de pessoas, do conhecimento, de projetos e por processos de trabalho.

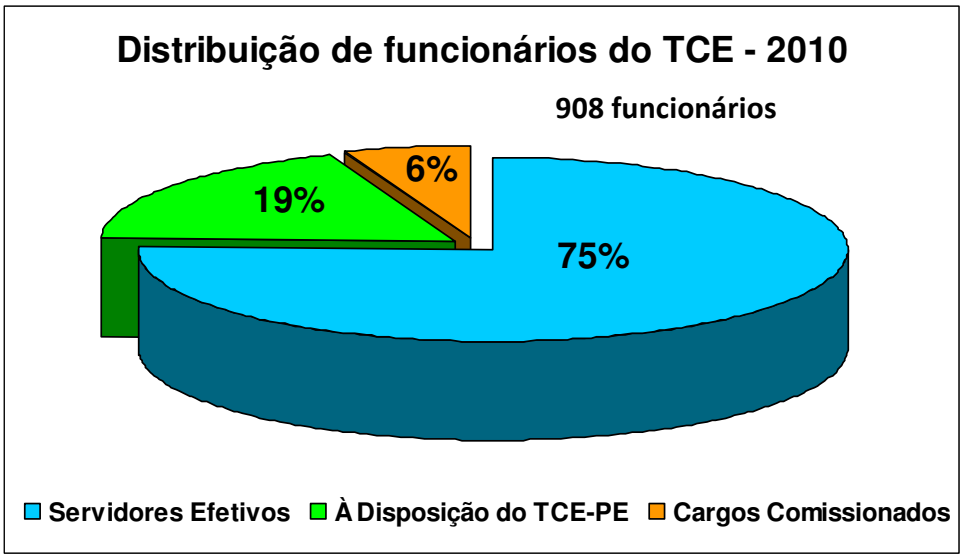
5.1 - Gestão de Pessoas

As ações desenvolvidas referentes à gestão de pessoas foram segregadas nos seguintes temas: Força de Trabalho, Pesquisa de Clima Organizacional, Capacitação de Servidores, Performance Funcional e Programa TCEndo Saúde.

5.1.1 – Força de Trabalho do Tribunal de Contas

A força de trabalho do TCE-PE constava de **908** funcionários - com **75%** dos servidores efetivos, **6%** de cargos comissionados e **19%** de servidores à disposição do Tribunal - que se encontravam alocados nas seguintes áreas:

- Instrução: 47% dos funcionários;
- Julgamento: 24% dos funcionários;
- Administrativa: 29% dos funcionários.



Fonte: DGP

O Resumo Geral de Cargos é o seguinte:

RESUMO GERAL DE CARGOS	QUANTITATIVO
Cargos Efetivos Ocupados	722
Cargos em Comissão sem Vínculo	53
Contratos Temporários	0
Servidores à Disposição do TCE-PE	170
SUBTOTAL (a)	**945**
Servidores do TCE-PE Cedidos a Outros Órgãos	-27
Servidores de Licença sem Vencimentos	-5
Servidores com Mandato Eletivo	-5
FORÇA DE TRABALHO	**908**
Aposentados (b)	98
TOTAL GERAL (a) + (b)	**1.043**

Fonte: DGP

É importante ressaltar que os cargos vitalícios / efetivos do TCE-PE estão ocupados por **722** servidores, o que corresponde a **98%** do total de ocupação, assim distribuídos:

CARGOS	EXISTENTE	OCUPADO	VAGO
Conselheiro	7	7	0
Auditor (Conselheiro Substituto)	10	9	1
Procurador Geral-Adjunto	1	1	0
Procurador	9	8	1
Procurador do Tribunal de Contas	4	4	0
Auditor das Contas Públicas	214	209	5
Auditor das Contas Públicas – Saúde	5	5	0
Técnico de Auditoria das C. Públicas	186	183	3
Inspetor de Obras Públicas	71	71	0
Técnico de Inspeção de O. Públicas	40	40	0
Analista de Sistemas	30	30	0
Programador de Computador	7	7	0
Assistente Técnico de Plenário	24	23	1
Assistente Técnico de Informática e Administração	121	118	3
Agente de Segurança	5	4	1
Assistente de Plenário	1	1	0
Bibliotecário	2	2	0
TOTAL	**737**	**722**	**15**

Fonte: DGP

5.1.2 – Pesquisa de Clima Organizacional

Este ano, foi realizada a 7ª Pesquisa de Clima Organizacional com **493** servidores, representando **53,9%** dos funcionários. A partir das respostas obtidas foram construídos **8** indicadores do clima organizacional da Instituição, que refletem a média geral de satisfação dos servidores, conforme os seguintes resultados:

Indicadores do Clima Organizacional	Percentual
Conhecimento do Planejamento Estratégico	57,6%
Avaliação da Comunicação e Cooperação Intraorganizacional	46,7%
Avaliação dos Programas de Capacitação	45,8%
Condições de trabalho	84,4%
Grau de Conhecimento e de Satisfação com as Ações de Bem-estar	71,4%
Avaliação da Gestão Organizacional	80,6%
Grau de Realização Profissional	57,6%
Percepção da Valorização e Reconhecimento Profissional	42,3%
Média Geral de Satisfação dos Servidores	**66,7%**

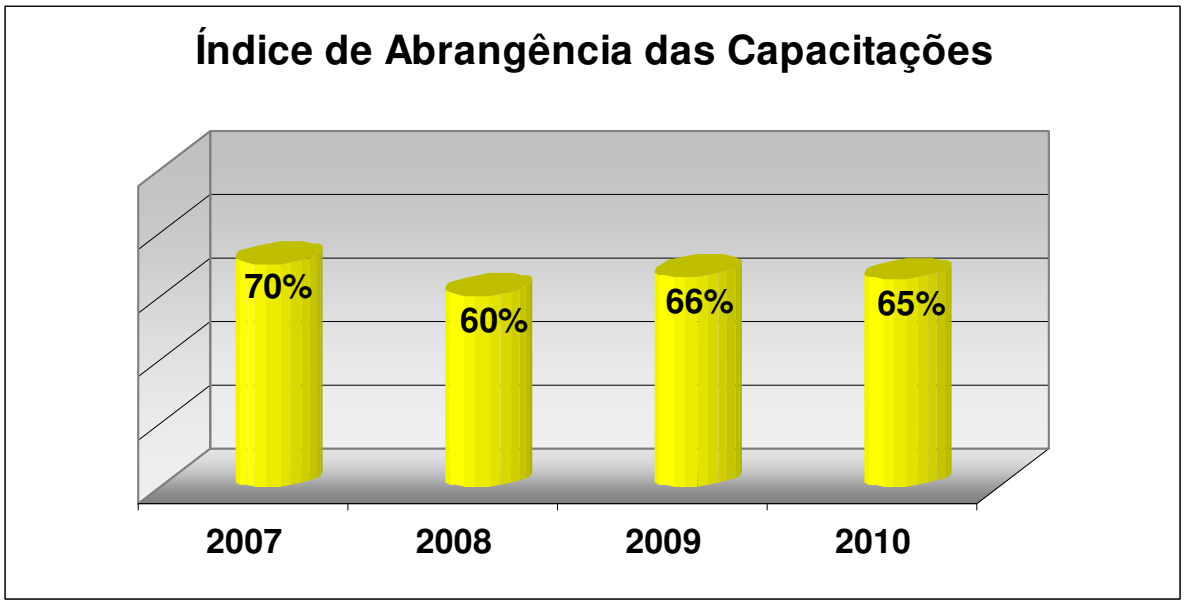
Fonte: DGP

5.1.3 – Capacitação de Servidores

Com a finalidade de fortalecer a Política de Capacitação e aprimorar o desempenho institucional, foram elaborados em janeiro de 2010 os primeiros Planos de Desenvolvimento Individual – PDIs dos servidores do Tribunal de Contas do Estado. Com base nos resultados das avaliações de desempenho, os gerentes, em conjunto com cada servidor, definiram as capacitações a serem realizadas durante o exercício.

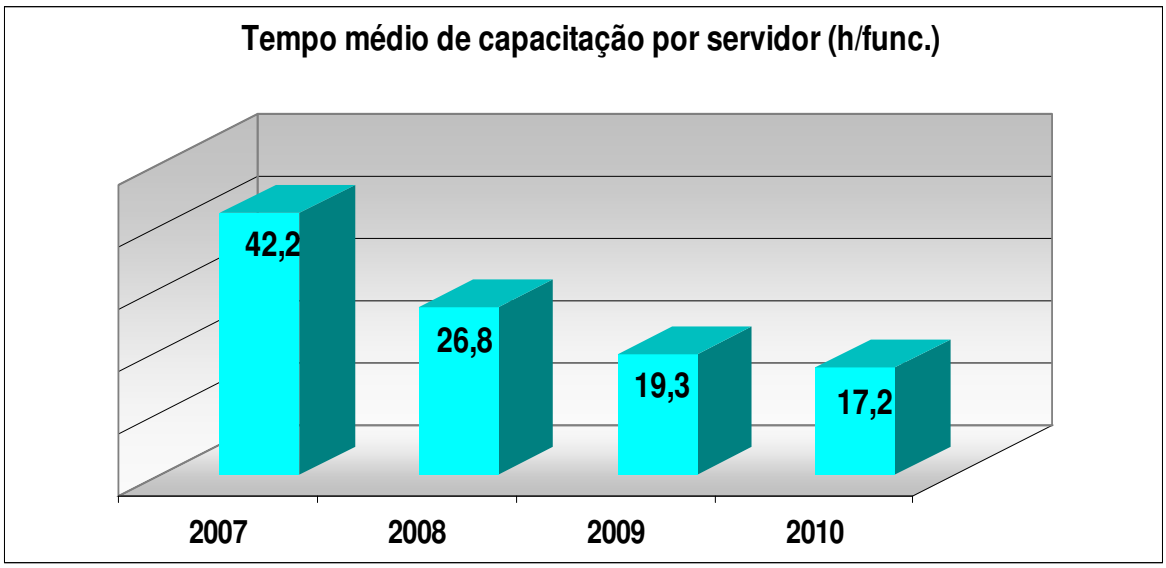
Para efeito de cumprimento do PDI, só foram considerados os cursos coordenados pela ECPBG ou os aprovados pelo Comitê de Capacitação do Tribunal. O acompanhamento da participação dos servidores da Casa nos cursos oferecidos foi realizado com base no sistema informatizado SACA – Sistema de Acompanhamento e Capacitações.

Em 2010, **599** servidores participaram de algum tipo de capacitação, o que representou 65% da força de trabalho, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



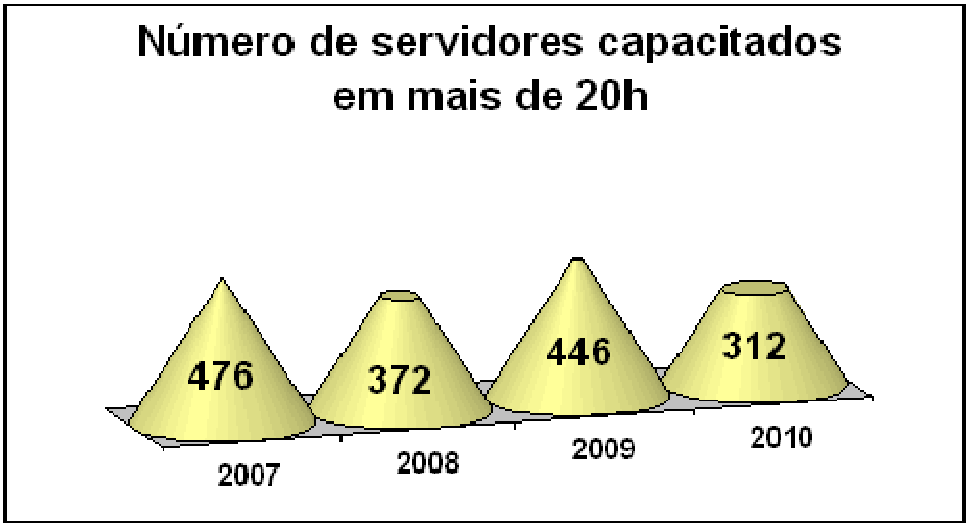
Fonte: DGP

A média de horas de capacitação pelo total de servidores foi de **17,2 horas** por servidor. A evolução desse indicador está descrita a seguir:



Fonte: DGP

O número de servidores com capacitação superior a 20 horas foi de **312** e a média de horas por servidor capacitado foi de **26,4** horas por funcionário.



Fonte: DGP

Além dessas ações, está sendo elaborado pelo TCE em parceria com a TGI – Consultoria em Gestão – um Modelo de Desenvolvimento de Pessoal, cujo objetivo é oferecer um conjunto de alternativas que propiciem aos servidores oportunidades para evoluir suas competências, no desempenho e na carreira, reforçando o comprometimento com os objetivos da instituição.

Durante o ano, foram concluídos os seguintes produtos:

- Preparação, integração e plano de ação;
- Política e modelo de desenvolvimento de pessoal;

- Caracterização do processo de construção do Plano de Desenvolvimento Estratégico.

Atualmente, os trabalhos estão voltados para a Construção do Modelo de Avaliação de Desenvolvimento de Pessoal e para a experiência piloto do Plano de Desenvolvimento Estratégico.

5.1.4 – Performance Funcional

Em 2010, foram realizadas Oficinas e Encontros visando ao desenvolvimento gerencial, cujo detalhe encontra-se a seguir:

- **1º Encontro Gerencial**: com o tema Gestão de Desempenho, o qual contou com a participação de mais de 70 gerentes;
- **1ª Oficina para os Novos Gestores**: foi apresentado o Modelo de Gestão do TCE;
- **2ª Oficina com os Gerentes**: apresentado os resultados do trabalho desenvolvido pelo TCE-PE nas linhas Modelo de Gestão do Desempenho e Modelo de Desenvolvimento de Pessoal;
- **2º Encontro de Desenvolvimento Gerencial**: evento que contou com a participação de mais de 65 gestores e que tratou de aprofundamentos sobre a Gestão de Desempenho hoje no TCE-PE, a ferramenta Avaliação de Desempenho e as práticas utilizadas no Tribunal.

O Prêmio de Valorização do servidor completou 11 anos de existência, sendo um importante instrumento de incentivo e motivação aos servidores que se destacam por seu trabalho. A partir deste ano, a norma passou a utilizar a Avaliação de Desempenho para a escolha dos servidores a serem premiados, buscando melhorar a forma de escolha dos mesmos.

Foi iniciado, também, em 2010, o segundo ciclo de "Avaliação de Desempenho dos Servidores" com a nova metodologia, baseada em cumprimentos de acordos previamente estabelecidos e em reuniões de *feedback* entre avaliados e avaliadores.

Durante este ano, foram observados alguns avanços no que se refere à compreensão dos conceitos das notas e à diferença no grau de rigor dos avaliadores. O processo tem por finalidade a promoção da melhoria da atuação dos servidores e o fortalecimento do princípio da meritocracia.

Além dessas ações, está em elaboração o Modelo de Gestão do Desempenho Funcional do Tribunal em parceria com a consultoria a TGI – Consultoria em Gestão. A expectativa da Casa é que este trabalho proporcione uma melhoria no desempenho dos servidores e, consequentemente, nos resultados da Instituição.

Esse Modelo abrange não apenas o processo de Avaliação de Desempenho, como também a análise dos fatores que afetam o desempenho das equipes e a definição de ações que podem favorecer o aprimoramento desse desempenho.

5.1.5 – Programa TCEndo Saúde

Em 2010, o Tribunal deu sequência às ações do Programa TCEndo Saúde. Na promoção de atividades físicas, foram realizadas ações de ginástica laboral, na sede e no interior, além de se dar continuidade às práticas do basquetebol e voleibol, em um melhor local. Na parte concernente ao gerenciamento do estresse, realizaram-se ações de apoio psicossocial aos servidores e aos gerentes do TCE-PE, oficina de administração financeira, bem como outras ações de atuação no gerenciamento do estresse (shiatsu e reflexologia podal), trilha ecológica e "Pedala TCE".

Além dessas atividades, foi realizada a campanha de vacinação contra a gripe, contando com a participação de **118** servidores e **33** dependentes, e ainda uma palestra sobre hipertensão.

É importante ressaltar a realização da VII Olimpíada interna, com a inscrição de **568** funcionários-atletas, representando um momento de promoção do esporte e de grande integração dos servidores.

5.2 – Gestão do Conhecimento

Foram desenvolvidas ações relativas à produção do conhecimento, à realização de eventos e ao plano de gestão do conhecimento.

5.2.1 – Produção do Conhecimento

A seguir, são listadas as principais atividades desenvolvidas pelo TCE, através da Escola de Contas, em 2010, para apoiar a produção e disseminação do conhecimento:

- Oficinas do conhecimento;
- Concurso de monografias 2010;
- Projetos de pesquisa;
- Seminários de servidores em pós-graduação.

As Oficinas do Conhecimento são realizadas no TCE-PE desde 2008. O objetivo dessas oficinas é identificar e difundir, entre os diversos segmentos do TCE, o conhecimento adquirido pelos servidores em trabalhos acadêmicos, em práticas vivenciadas ou até mesmo em outros trabalhos que sejam do interesse da instituição.

Em 2010, foram realizadas **4** (quatro) oficinas do conhecimento, com os seguintes temas (e número de participantes):

- O Tribunal de Contas no Sistema de Combate à Corrupção: Instrumentos de Fiscalização e Meios de Prova (37 participantes);
- Proposta de Auditoria Contínua Para o Tribunal de Contas de Pernambuco (23 participantes);
- Modelo de Avaliação do Sistema Municipal de Saúde com Foco Materno-Infantil (20 participantes);

- Avaliação de Produtividade e Qualidade (78 participantes).

O TCE realiza Concursos de Monografias anualmente desde 2006. Em 2010, o tema do concurso foi "Métodos, Processos e Ferramentas para a Melhoria da Efetividade do Controle Externo". Sete trabalhos foram inscritos, sendo que os três melhores foram premiados.

O desenvolvimento de projetos de estudos e pesquisas no âmbito do TCE-PE foi regulamentado pela Portaria TCE-PE/ECP Nº 001/2009, em temas vinculados às linhas de pesquisa anualmente aprovadas pelo Conselho Pleno. Em 2009, foi lançado o primeiro edital para seleção de projetos submetidos por servidores do TCE-PE, sendo selecionados os seguintes projetos:

- A Transparência e o Controle Social quando da Publicação de Deliberações de Aposentadorias, Reformas e Transferências para a Reserva Remunerada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
- O Tribunal de Contas e o Compromisso com uma Gestão Pública Eficiente.

Os resultados parciais dos projetos já foram apresentados em forma de relatórios e também em encontros na Escola de Contas, com a presença de outros servidores do TCE-PE. Os projetos foram desenvolvidos no exercício de 2010 e devem ser concluídos no início de 2011.

Em outubro de 2010, a Escola publicou o Edital de Financiamento Interno de Projetos de Estudos e Pesquisas para selecionar novos projetos de servidores do TCE-PE a serem desenvolvidos entre março e dezembro de 2011. A seleção dos projetos deve ser concluída em fevereiro de 2011.

A Escola realizou dois seminários com servidores que estão em programas de pós-graduação com apoio do TCE. O objetivo dos seminários foi apresentar o pré-projeto de mestrado dos servidores a outros servidores da casa para divulgar os trabalhos, disseminar conhecimento e, principalmente, colher sugestões para o seu desenvolvimento e alinhamento ao escopo do TCE-PE.

5.2.2 – Realização de Eventos Internos

Neste exercício, foram realizados os seguintes eventos que visaram à disseminação do conhecimento no âmbito do TCE:

- **Fóruns Gerenciais**

Foi realizado o fórum Gerencial da CCE no dia 24/09/2010, que teve como tema **"**As Novas Perspectivas na Auditoria do TCE-PE", enfocando temas como uso da inteligência artificial na auditoria de contas, produtividade e qualidade na CCE – Coordenadoria de Controle Externo e reestruturação das auditorias. Esse fórum aconteceu no Auditório do Tribunal de Contas do Estado, e contou com a presença dos servidores da CCE.

- **Dia TCE Digital**

Foi realizada a 7ª edição do Dia TCE Digital. O evento, que acontece anualmente, tem como objetivo levar ao conhecimento de todo o Tribunal as soluções desenvolvidas pelos próprios usuários da Casa, promovendo o compartilhamento de experiências. A programação envolveu os seguintes temas:

- Firefox – mais que um navegador;
- CACI – ferramenta de comunicação e gestão de atendimento;
- Auditoria Informatizada de Pessoal;
- *Business Intelligence* (BI) no Controle Externo

5.2.3 - Plano de Gestão do Conhecimento

Neste exercício, foi desenvolvido o Plano de Gestão do Conhecimento (GC) em parceria com uma consultoria, através da Escola de Contas, cujo contrato foi celebrado em 2009, visando a aprimorar a Gestão do Conhecimento no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, mediante as seguintes ações:

a) Implementação de ajustes nas funções organizacionais, como apoio ao desenvolvimento de atividades e a geração de produtos voltados para o conhecimento no âmbito do TCE-PE;
b) Promoção do conhecimento do TCE-PE de acordo com as diretrizes do Planejamento Estratégico, contribuindo para a construção de uma visão de futuro em GC.

A partir da análise dos dados obtidos na construção do referido plano, foram definidas 7 (sete) estratégias necessárias para a sua implementação:

- Implantar o programa de GC;
- Aprimorar o compartilhamento do conhecimento;
- Contribuir com a gestão da informação;
- Aprimorar o mapeamento dos processos com o apoio da GC;
- Estruturar ações de gestão de pessoas para suporte à implantação do programa de GC;
- Estimular o processo de produção de conhecimento;
- Aprimorar o processo de educação corporativa.

5.3 – Gestão por Processos de Trabalho

Em 2010, foi enfatizada a disseminação da cultura de gestão por processos, com ações voltadas para a capacitação e o redesenho de fluxos de trabalho.

5.3.1 - Disseminação da Cultura de Gestão por Processos de Trabalho

Visando a desenvolver a gestão por processos de trabalho foram capacitados **21** servidores, em dois módulos, sendo um teórico e outro prático. Foram selecionados para o uso da metodologia de mapeamento e desenho/redesenho os seguintes processos de trabalho:

- Análise de procedimentos licitatórios;
- Contratos;
- Educação corporativa;
- Publicação.

5.3.2 - Fluxos de Processos de Trabalho

Neste ano, foram mapeados e redesenhados os seguintes fluxos de processos de trabalho:

- **Notificação:** validado, junto ao Conselho, o Plano de Melhorias no Processo de Notificação, o que levou à elaboração de proposta de Projeto de Lei alterando a Lei Orgânica do TCE e inclusão de artigos no novo Regimento Interno;

- **Medidas Cautelares**: realizado o mapeamento e redesenho do processo, com a validação do rito padrão e das melhorias pelo Conselho;

- **Aquisição direta de bens e contratação direta de serviços**: redesenho dos fluxos com validação das melhorias.

6 – PRINCIPAIS DESTAQUES DA GESTÃO 2010

No ano de 2010, o TCE-PE desenvolveu importantes ações no desempenho de suas funções constitucionais em benefício da sociedade. Essas ações representaram avanços significativos na condução dos trabalhos da instituição, merecendo destaque também tudo aquilo que representou inovação e melhoria de processos de trabalho,

Uma síntese das principais atividades desenvolvidas como também dos resultados alcançados pelo Tribunal nesse período são apresentados a seguir:

I – Perspectiva da Sociedade

1. Foram julgados 11.595, ou seja, 122% da meta mobilizadora e 41% a mais do resultado de julgamento de 2009. No grupo de processos de Atos de Pessoal houve um crescimento de julgamento de 48,1% em relação a 2009.

2. Foram publicados 11.226 processos – crescimento de 32,2% em relação a 2009. Destaque-se que está ocorrendo uma redução do tempo médio de publicação, passando de 45,6 em 2008, para 20,5 dias em 2010.

3. Foram realizadas 239 auditorias de acompanhamento em unidades gestoras estaduais e municipais e identificados 1.604 achados negativos e propostas 1.042 medidas corretivas, o que significou auditoria em recursos financeiros da ordem de R$ 380.824.048,80.

4. Foram analisados 432 editais, sendo 61 de concursos ou contratos temporários, com um total de 13.609 vagas analisadas, que somaram um total de R$ 4.982.240.220,14, apresentando 396 falhas, sendo que 219 destes foram corrigidos, suspensos, cancelados ou revogados após a atuação do TCE-PE, o que representa uma efetividade das análises correspondente a 55,3%.

5. Após as medidas cautelares monocraticamente deferidas, foram referendadas quarenta (40) pelo Pleno do Tribunal, havendo uma grande concentração na esfera municipal (80,0% do total).

6. Foram emitidas 831 certidões e imputados R$ 20.591.862,58 em débitos aos gestores (267 ordenadores e 187 decisões).

7. Foram efetuadas 313 cobranças administrativas de multas, imputado o montante de R$ 1.366.972,69, e recolhido o valor de R$ 528.512,31.

8. As receitas orçamentárias arrecadadas pelo Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal de Contas – Fapre, somaram R$ 654.963,75, total superior em cerca de 43,7% ao valor arrecadado em 2009.

9. Foi lançado o desenho animado "Lição de Cidadania", disponível no site do TCE (www.tce.pe.gov.br) e da Escola de Contas (www.tce.pe.gov.br/ escola) que aborda noções sobre o tema e ensina como o Tribunal fiscaliza os recursos públicos.

10. O projeto Escola de Cidadania esteve presente em escolas/colégios/faculdades de municípios da Região Metropolitana do Recife e no interior do Estado, atingindo um total de 4.677 alunos.

11. Através do Fórum "TCEndo Cidadania" foram visitados 9 municípios, com a participação de 1.009 cidadãos.

12. O projeto Capacitação de Representantes de Conselhos Municipais e Membros da Sociedade Civil atendue 48 municípios com 1.952 participantes.

13. O atendimento ao cidadão registrou 671 demandas da sociedade, sendo 410 (61,1%) sobre atos de gestão e 261 (38,9%) de orientação técnica, cujo grau de atendimento conclusivo foi de 64%.

14. Implementação do Portal da Transparência, cujo objetivo maior é o de tornar a Gestão Pública transparente por meio de uma linguagem simples e objetiva, contribuindo com o Controle Social.

15. Desenvolvimento de várias ações com a finalidade de divulgar para a sociedade a atividade de controle externo: programa de rádio, manuais para a imprensa, coluna nos três principais jornais, nova identidade visual, novo site do TCE-PE.

16. Acompanhento das notícias favoráveis e neutras publicadas nos jornais de grande circulação que alcançou o percentual de 98,6%, ultrapassando a meta de 95% para 2010.

17. Comunicação com o público externo por meio eletrônico (internet) onde o sítio do TCE-PE contabilizou mais de 649.341 acessos.

I – Perspectiva do Cliente

18. As principais falhas relativas ao controle interno dos jurisdicionados foram: 1) para as Prefeituras: a) Não adoção de mecanismos para acompanhamento das metas fiscais e das prioridades definidas na LDO (76,1%) e b) Não estruturação dos serviços de protocolo central e setoriais (68,4%); 2) para as Câmaras: a) Não estruturação do órgão central responsável pelo sistema de controle interno (35,9%); b) Não estruturação do órgão central responsável pelo sistema de controle interno (66,3%).

19. O "Índice de atendimento da normatização vigente para controle interno de obras e serviços de engenharia" nos municípios foi classificado nas seguintes situações: a) Atende = 14,8%; b) Atende parcialmente = 46,7%; e c) Não atende = 38,5%

20. Foram realizadas **75** capacitações com 2.289 representantes de jurisdicionados do TCE-PE, ultrapassando a meta em 17%..

21. Realizaram-se as seguintes Auditorias Operacionais: "Ampliação da Cobertura dos Serviços de Esgotamento Sanitário em Pernambuco"; "Assistência Pré-Natal" nos municípios de Salgueiro, Ouricuri, Ipubi, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Bodocó e Lagoa Grande;

Acompanhamento e inserção dos indicadores de alfabetização para o Programa Estadual de Alfabetização.

22. Com relação à transparência fiscal eletrônica dos jurisdicionados, foi verificado que todos os Poderes/Órgãos Estaduais estão publicando, os seus relatórios. Na área municipal, verificaram-se os seguintes graus de transparência fiscal: 1) para o RGF: 95,1% - Poder Executivo e 93,5% - Poder Legislativo; 2) para o RREO: 93,5% para o Poder Executivo.

23. Foram celebrados 14 convênios visando à uma melhor integração com os parceiros.

24. Enviou-se ao Tribunal Regional Eleitoral lista dos gestores públicos (estaduais e municipais) que tiveram contas rejeitadas nos últimos oito anos, além de encaminhar diversas informações à Procuradoria Geral do Estado para subsidiar defesa judicial deste TCE.

25. Implantou-se o Diário Oficial Eletrônico, disponibilizando-o aos clientes e à sociedade através da internet.

I – Perspectiva dos Processos Internos

26. Foram formalizados 8.761 processos, dos quais 80,4% são relativos a Atos de Pessoal; 9,5%, de Prestações de Contas; 3,9% do grupo Provocados; 5,2% de Recursos; e 1,1%, de Prestação de Contas Parciais.

27. O estoque de processos foi de 9.259, o que representa uma redução de 23,2% em relação a 2009.

28. Monitorou-se um total de **342** processos, dos quais 138 processos já foram julgados. Dos 251 processos monitorados que compõem a meta mobilizadora, 54 foram julgados. Dos processos de Consultas monitorados, foram julgadas 102,5% das consultas formalizadas e dos 95 processos com pedido de vista em aberto, restaram 12,6%.

29. Foram exarados 900 pareceres e cotas, que corresponde a 94,3% da meta estipulada para o ano, além dos 49 pareceres do Procurador Geral, que não estão sujeitos à meta;

30. Várias campanhas foram desenvolvidas no sentido de incentivar a participação dos servidores nos diversos eventos e programações do TCE tais como: Olimpíadas, Dia dos Pais, Prêmio de Valorização, Avaliação de Desempenho, entre outros.

31. As ações da Escola de Contas são divulgadas para os servidores do TCE-PE especialmente através da Intranet e de 4 edições do Informativo do Conhecimento (Eureka!).

32. A Ouvidoria Itinerante realizou eventos em **9** inspetorias regionais e em **2** núcleos e **1** departamento da sede, além do evento comemorativo dos 10 anos da Ouvidoria para todos os servidores.

33. Foi instituído o Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade Documental visando a permitir uma racionalização da massa documental, eliminando-se uma enorme quantidade de documentos sem valor.

34. Foram digitalizadas 260.000 (duzentas e sessenta mil) páginas dentro do Projeto Piloto de Digitalização de Documentos, o que corresponde a um total de 1.600 volumes de processos tratados.

35. O Controle Externo foi o foco principal da atuação da área de Tecnologia da Informação, desenvolvendo vários instrumentos que possibilitaram dar maior celeridade e qualidade as informações: a) Programa de Auditoria Eletrônico (PAe); b) Business Intelligence (BI) de licitações; c) Projeto Sagres – Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade; c) Licon - Sistema para Coleta de Informações de Licitações e Contratos Administrativos; d) Sistema e-AUD - Planejamento e Execução de Auditorias; e) Sistema RAP – Registro e Análise de Admissão de Pessoal; f) Sistema e-TDA - Termo de Designação de Atividades Eletrônico; g) Decisão Monocrática Eletrônica; h) Voto em Lista.

36. Foi realizada a Análise de Riscos do ambiente de TI que permitiu identificar e minimizar vulnerabilidades.

37. O projeto de Gestão da Continuidade do Negócio para o TCE-PE desenvolveu Planos de Continuidade Operacional, Planos de Recuperação de Desastres e o Plano de Gestão de Incidentes.

38. Foram realizadas várias ações para dar continuidade a de migração para o uso de software livre.

39. A média mensal de chamados de incidentes relativos à indisponibilidade de ambiente de TI atingiu 311 chamados.

40. Foram realizadas várias ações visando à melhoria da Infraestrutura de Tecnologia da Informação –TI como compra de novos equipamentos e softwares.

41. Os avanços alcançados relativos às perspectivas e objetivos estratégicos planejados para a Instituição como um todo atingiu o percentual de 88,1%, sendo 79,8% relativo a projetos e 95,1% a rotinas.

42. De acordo com a metodologia BSC – Balanced ScoredCard, acompanhou-se o desempenho da instituição, através do Indicador de Desempenho Institucional (IDI), cujo resultado foi 96,1%;

43. Foram desenvolvidas ações visando ao aprimoramento do sistema de controle interno do TCE como validações dos Relatórios de Gestão Fiscal do TCE-PE e monitoramentos de auditorias internas, com aprovação da Resolução da Regulamentação do Sistema de Controle interno do TCE-PE.

44. O Promoex realizou ações com consultorias, reformas e capacitações no montante de R$ 1.148.273,77, além de R$ 62.836,92 com reuniões e fóruns;

45. Realizaram-se inúmeras ações voltadas para a melhoria das instalações físicas do TCE como Reforma do Edifício Nilo Coelho e das Inspetorias de Petrolina, Salgueiro, Arcoverde, Bezerros, Garanhuns e Surubim; disponibilização de uma nova área para o arquivo;

aquisição significativa de mobiliário; climatização do pavimento térreo da garagem do edifício D. Helder Câmara.

46. A execução orçamentária somou R$ 209.626.229,66, ou seja, 95,01% do valor orçado acrescido dos créditos adicionais abertos no exercício.

47. Os recursos financeiros à disposição do TCE e do Fapre apresentaram o superávit financeiro de R$12.821.614,07.

48. Foram realizadas diversas ações de melhoria na gestão administrativa da ECPBG, no que tange à infraestrutura física, à tecnologia da informação e aos sistemas e processos administrativos.

IV – Perspectiva da Aprendizagem e Crescimento

49. A força de trabalho do TCE-PE em novembro de 2010 constava de 908 funcionários, com 75% dos servidores efetivos, 6% de cargos comissionados e 19% de servidores à disposição do Tribunal, que se encontravam alocados nas seguintes áreas: a) Instrução: 47% dos funcionários; b) Julgamento: 24%; e Administrativa: 29%.

50. Foi realizada a 7ª Pesquisa de Clima Organizacional com 53,9% dos funcionários, apresentando uma média geral de satisfação dos servidores de 66,7%.

51. Participaram de algum tipo de capacitação 599 servidores, o que representou 65% da força de trabalho. O número de servidores com capacitação superior a 20 horas foi de 312 e a média de horas foi de 26,4 horas, com o tempo médio de capacitação por servidor para toda a força de trabalho foi de 17, 2 horas no ano.

52. Está sendo elaborado em parceria com a TGI – Consultoria em Gestão – um Modelo de Desenvolvimento de Pessoal.

53. Foram realizados diversas Oficinas e Encontros visando ao desenvolvimento gerencial, além de ações de Valorização do servidor.

54. Dentre às ações do Programa TCEndo Saúde foram realizadas ações de ginástica laboral; práticas do basquetebol e voleibol; campanha de vacinação contra a gripe; realização da VII Olimpíada interna.

55. Para apoiar a produção e disseminação do conhecimento realizou as seguintes ações: a) Oficinas do conhecimento; b) Concurso de monografias 2010; c) Projetos de pesquisa; e d) Seminários de servidores em pós-graduação.

56. Os sistemas da área de controle externo foram divididos em dois grandes projetos: Fiscalização e Gestão Processual, passando a ser realizada por grupos de sistemas que suportam determinada área de atuação, através de seus respectivos projetos.

57. Foram mapeados e redesenhados os seguintes fluxos de processos de trabalho: a) Notificação; b) Medidas Cautelares; e c) Aquisição direta de bens e contratação direta de serviços

7 - OUTRAS AÇÕES DA GESTÃO

A Gestão 2010 do Tribunal destaca outras ações:

- ✓ Atuação e defesa em juízo, com a interposição de recursos, inclusive, em parceria com a Procuradoria Geral do Estado – PGE, para a defesa das Decisões Cautelares emitidas pelo Tribunal de Contas, com escopo de fortalecer o poder geral de cautela;

- ✓ Formulação e encaminhamento de manifestações jurídicas subsidiando a PGE na defesa judicial das Decisões do TCE.

- ✓ Celeridade dos processos finalísticos – foco no monitoramento:
  - Estruturar os motivos das tramitações na fase de julgamento;
  - Melhorias no Relatório Gerencial Processual (RGP);
  - Regulamentação publicada sobre a restauração de autos extraviados;
  - Melhoria na ferramenta de monitoramento na fase de instrução processual (API).

Suscitou-se a discussão e a integração com a ATRICON, além de outras instituições e os Tribunais de Contas, com escopo de alertar e traçar estratégias de ação para evitar o esvaziamento das atribuições dos Órgãos de Controle Externo, especialmente em relação à temática da competência dos TCEs para julgar as contas de gestão dos prefeitos ordenadores de despesa. Dando cumprimento a isso, foi realizado:

- ✓ Audiência com o Desembargador-Presidente do TJPE e com o Procurador Geral de Justiça do Parquet Estadual;

- ✓ Audiência com Ministros do Supremo Tribunal Federal - STF; e

- ✓ Ajuizamento de impugnações perante o STF, com escopo de defender a possibilidade dos TCEs julgarem as contas de gestão dos prefeitos ordenadores de despesa.

Internamente, destacam-se também:

- ✓ Implantação da Auditoria Informatizada de folha de pagamento;

- ✓ Regulamentação do Sistema de Controle Interno;

- ✓ Divulgação do Manual de Imprensa e do Manual de Obras;

- ✓ Melhoria no controle patrimonial;

- ✓ Aprovação do regimento disciplinar para servidores do TCE;

- ✓ Desenvolvimento do Plano de Continuidade de Negócios (PCN)

8 – ANEXOS

8.1 – Atos Normativos do Exercício de 2010 – Resoluções e Portarias

No ano de 2010, foram publicadas as seguintes Resoluções:

RESOLUÇÕES		
N°	**DATA**	**EMENTA**
01	28/04/2010	Dispõe sobre cessão de servidores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco a outros órgãos ou entidades e dá outras providências.
02	05/05/2010	Altera o inciso II do artigo 2º da Resolução TC nº 0017/2004, de 29 de setembro de 2004, que disciplina o artigo 28 da Lei Estadual nº 12.595, de 4 de junho de 2004.
03	07/07/2010	Dispõe sobre normas e procedimentos a serem adotados na restauração de autos processuais extraviados.
04	08/08/2010	Dispõe sobre a implantação do Sistema de Gerenciamento de Recursos da Sociedade – SAGRES – na esfera municipal e dá outras providências.
05	08/08/2010	. Dispõe sobre os prazos e regras técnicas para alimentação do AUDIN - módulo de licitações e contratos do Sistema de Gerenciamento de Recursos da Sociedade – SAGRES na esfera municipal e dá outras providências.
06	08/08/2010	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho
07	08/08/2010	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho
08	08/08/2010	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho
09	29/09/2010	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho
10	20/10/2010	Regulamenta o procedimento referente a pedidos de exame, cópias e retirada dos autos processuais no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
11	20/10/2010	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho
12	27/10/2010	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho
13	10/11/2010	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho
14	10/11/2010	Altera a Resolução TC Nº 08/2009, de 2 de setembro de 2009, que institui o sistema de avaliação de desempenho funcional, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, e aprova o Manual de Avaliação do Desempenho.
15	10/11/2010	Institui o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
16	24/11/2010	Altera a Resolução TC Nº 14/2010, de 10 de novembro de 2010, que introduz alterações no sistema de avaliação de desempenho funcional, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
17	24/11/2010	Regulamenta a coordenação e o funcionamento do Sistema de Controle Interno no âmbito do Tribunal de Contas e dá outras providências.

No ano de 2010, foram publicadas as seguintes Portarias:

PORTARIAS		
N°	**Data**	**EMENTA**
01	04/01/2010	Exonerando, a pedido, STEFANIA MARIA COLAMEO, matrícula 0211, do cargo efetivo de Técnico de Auditoria das Contas Públicas, símbolo B-10, retroagindo seus efeitos a 01.01.2010.
02	05/01/2010	Formalizando o exercício da Assistente Técnica de Plenário ANA VITÓRIA DE CASTRO ROCHA, matrícula 0016, no Gabinete do Conselheiro Severino Otávio – GC07, retroagindo seus efeitos a 01.01.2010.
03	05/01/2010	Formalizando o exercício do Técnico de Auditoria das Contas Públicas NICOMEDES LOPES DO RÊGO FILHO, matrícula 0746, na Divisão de Contas dos Poderes Estaduais – DIPE, do Departamento de Controle Estadual - DCE, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
04	11/01/2010	Determinando, nos termos do artigo 11, da Portaria TC nº 265/2009, publicada no Diário Oficial do Estado, em 18 de junho de 2009, registro de elogio na ficha funcional dos servidores, abaixo relacionados, pela premiação no Programa de Valorização dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco para o exercício de 2009.
05	07/01/2010	Delegando, até 31.12.2010, ao Diretor Geral, ao Diretor Geral Adjunto e ao Coordenador de Administração Geral a competência para, em conjunto ou separadamente, proferir despachos de autorização nos requerimentos dos integrantes do Quadro de Pessoal de Serviços Auxiliares deste Tribunal relativos à: concessão de ajuda de custo, remoção de servidor, averbação de tempo de serviço, concessão de horário especial de trabalho e dispensa de freqüência, a partir de 04.01.2010.
06	07/01/2010	Delegando, até 31.12.2010, ao Coordenador de Administração Geral e ao Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas competência para, em conjunto ou separadamente, proferir despachos de autorização nos requerimentos dos integrantes do Quadro de Pessoal de Serviços Auxiliares deste Tribunal.
07	06/01/2010	Formalizando o exercício do Auditor das Contas Públicas LUIZ CLÁUDIO TORRES GUSMÃO, matrícula 0890, na Divisão de Contas da Administração Direta - DIAD, do Departamento de Controle Estadual – DCE.
08	06/01/2010	Formalizando o exercício da Auditora das Contas Públicas ANA DE FÁTIMA BUENO AFONSO DE BARROS SANTOS, matrícula 0942, no Gabinete do Conselheiro Severino Otávio – GC07, retroagindo seus efeitos a 05.01.2010.
09	06/01/2010	Exonerando, a pedido, o Auditor das Contas Públicas FRANCISCO SIFÔNIO DE SOUSA, matrícula 0571, do Cargo em Comissão de Coordenador da Ouvidoria, símbolo TC-CCS-2, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
10	06/01/2010	Exonerando, a pedido, o Auditor das Contas Públicas RICARDO MARTINS PEREIRA, matrícula 0799, do cargo em Comissão de Coordenador da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães, símbolo TC-CCS-2, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
11	06/01/2010	Dispensando o Servidor HILDEBERTO PEREIRA DA SILVA, matrícula 0077, da Função Gratificada de Assessor Técnico de Conselheiro – GC03, símbolo TC-FGG-1, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
12	06/01/2010	Dispensando, a pedido, a Técnica de Auditoria das Contas Públicas ANDREA PAULA DE SÁ MIRANDA, matrícula 0383, da Função Gratificada de Chefe da Gerência de Ensino, símbolo TC-FGG-2, da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
13	06/01/2010	Dispensando, a pedido, o Inspetor de Obras Públicas WILLAMS BRANDÃO DE FARIAS, matrícula 0367, da Função Gratificada de Chefe da Gerência de Pesquisa e Cooperação Técnica, símbolo TC-FGG-2, da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
14	06/01/2010	Nomeando o Servidor HILDEBERTO PEREIRA DA SILVA, matrícula 077, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor da Presidência, símbolo TC-CCS-2, com efeitos retroativos a 04.01.2010.
15	06/01/2010	Nomeando o Auditor das Contas Públicas FRANCISCO SIFÔNIO DE SOUSA, matrícula 0571, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães, símbolo TC-CCS-2, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
16	06/01/2010	Designando o Inspetor de Obras Públicas GUSTAVO PIMENTEL DA COSTA PEREIRA, matrícula 0234, para exercer a Função Gratificada de Chefe da Gerência de Ensino, símbolo TC-FGG-2, da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
17	06/01/2010	Designando o Analista de Sistemas ADRIANO LORENA INÁCIO OLIVEIRA, matrícula 0794, para exercer a Função Gratificada de Chefe da Gerência de Pesquisa e Cooperação Técnica, símbolo TC-FGG-2, da ECPBG, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
18	06/01/2010	Designando o Auditor das Contas Públicas ALUISIO ALBERTO GADELHA DANTAS, matrícula 1152, para exercer a Função Gratificada de Assessor Técnico de Gabinete de Conselheiro – GC07, símbolo TC-FGG-1, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
19	06/01/2010	Designando a Auditora das Contas Públicas MARIA LUCIENE CARTAXO FERNANDES BEZERRA, matrícula 0375, para exercer a função gratificada de Assessor Técnico de Gabinete de Conselheiro – GC07, símbolo TC-FGG-1, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
20	07/01/2010	Formalizando o exercício do Auditor das Contas Públicas MARCO ANTONIO DE ALBUQUERQUE MORAES FILHO, matrícula 1092, na Auditoria Geral - AUGE.
21	07/01/2010	Dispensando, a pedido, o Assistente Técnico de Informática e Administração ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA PEREIRA, matrícula 0493, da função gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-1, do Ministério Público de Contas, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
22	07/01/2010	Designando o Assistente Técnico de Informática e Administração NATAN GOMES DO NASCIMENTO, matrícula 0347, para exercer a função gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-1, do Ministério Público de Contas, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
23	07/01/2010	Designando a Assistente Técnica de Informática e Administração ISILDINHA MARIA DE OLIVEIRA, matrícula 0472, para exercer a função gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-1, da Corregedoria Geral, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
24	07/01/2010	Exonerando, a pedido, a Auditora das Contas Públicas CRISTIANA DE MEIRA LINS SALES, matrícula 0389, do Cargo em Comissão de Coordenador da Corregedoria Geral, símbolo TC-CCS-2, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
25	07/01/2010	Nomeando o Auditor das Contas Públicas RICARDO MARTINS PEREIRA, matrícula 0799, para exercer o cargo em comissão de Coordenador da Corregedoria Geral, símbolo TC-CCS-2, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
26	08/01/2010	Formalizando o exercício do Assistente Técnico de Informática e Administração PÉRICLES DA SILVA PAIVA, matrícula 1328, no Departamento de Administração e Infraestrutura - DAI, retroagindo seus efeitos a 16.11.2009.
27	08/01/2010	Formalizando o exercício do Auditor das Contas Públicas SEAR JASU DE SOUSA MASCENA VERAS, matrícula 0459, na Coordenadoria de Controle Externo - CCE, retroagindo seus efeitos a 28.12.2009.
28	08/01/2010	Formalizando o exercício do Analista de Sistemas EDUARDO AUGUSTO PORCIÚNCULA NEVARES, matrícula 0858, na Gerência de Auditoria de Tecnologia da Informação - GATI, da Coordenadoria de Controle Externo - CCE, a partir desta data.
29	08/01/2010	Dispensando, a pedido, a Assistente Técnica de Informática e Administração LÚCIA MARIA DAS NEVES, matrícula 0798, da Função Gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-1, da Diretoria Geral.
30	08/01/2010	Formalizando o exercício da Assistente Técnica de Informática e Administração LÚCIA MARIA DAS NEVES, matrícula 0798, no Ministério Público de Contas - MPCO.
31	08/01/2010	Dispensando, a pedido, a Técnica de Auditoria das Contas Públicas MARIA PAULA ANTÃO DE VASCONCELOS, matrícula 1021, da função gratificada de Assessor Técnico da Chefia de Gabinete da Presidência, símbolo TC-FGG-1, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
32	08/01/2010	Nomeando a Técnica de Auditoria das Contas Públicas MARIA PAULA ANTÃO DE VASCONCELOS, matrícula 1021, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador da Ouvidoria, símbolo TC-CCS-2, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
33	08/01/2010	Designando o Auditor das Contas Públicas GERALDO BASTOS FISCINA, matrícula 0995, para responder pelo cargo em comissão de Diretor do Departamento de Controle Estadual, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento da titular Bethânia Melo Azevedo, retroagindo seus efeitos a 07.01.2010.
34	08/01/2010	Designando o Servidor MARCELINO JOSÉ DE OLIVEIRA, matrícula 1537, para responder pela função gratificada de Chefe da Divisão de Segurança, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Administração e Infraestrutura, durante o impedimento do titular Augusto Cezar de Lira, a partir de 11.01.2010.
35	08/01/2010	Designando o Auditor das Contas Públicas ANTÔNIO DE OLIVEIRA ARETAKIS, matrícula 0276, para responder pelo cargo em comissão de Inspetor Regional de Surubim, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular PAULO RICARDO LINS DA SILVA, retroagindo seus efeitos a 05.01.2010.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
36	08/01/2010	Designando a Auditora das Contas Públicas ANA BEATRIZ PRYSTHON DE MELLO, matrícula 1109, para responder pelo cargo em comissão de Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular PAULO OTÁVIO TÁVORA CAVALCANTI, retroagindo seus efeitos a 05.01.2010.
37	08/01/2010	Designando a Assistente Técnica de Informática e Administração LARA DINIZ LIMA, matrícula 1207, para responder pela função gratificada de Chefe da Divisão de Registro Cadastral, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Gestão de Pessoas, enquanto durar o impedimento da titular ANA BEATRIZ PRYSTHON DE MELLO, retroagindo seus efeitos a 05.01.2010.
38	08/01/2010	Designando a Auditora das Contas Públicas GIOVANA ANDREA GOMES FERREIRA, matrícula 1304, para responder pela função gratificada de Chefe da Divisão de Acompanhamento da Gestão Estadual, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Controle Estadual, durante o impedimento da titular ANDRÉA MAGALHÃES DE ALMEIDA, no período de 28.12.2009 a 04.01.2010.
39	08/01/2010	Designando a Técnica de Auditoria das Contas Públicas GLÓRIA MARIA FRAGA CORREA DOS SANTOS, matrícula 1041, para responder pela função gratificada de Chefe da Divisão de Acompanhamento da Gestão Estadual, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Controle Estadual, durante o impedimento da titular ANDRÉA MAGALHÃES DE ALMEIDA, retroagindo seus efeitos a 05.01.2010.
40	08/01/2010	Designando a Assistente Técnica de Informática e Administração PATRÍCIA MARIA MARQUES CARDOSO DA SILVA, matrícula 0970, para responder pela função gratificada de Chefe da Gerência de Controle de Expediente, símbolo TC-FGG-2, do Gabinete da Presidência, durante o impedimento da titular VILMA MENDONÇA DE AZEVEDO, a partir de 11.01.2010.
41	12/01/2010	Formalizando o exercício do Inspetor de Obras Públicas RICARDO CALHEIROS DE ANDRADE LIMA, matrícula 0267, na Gerência de Estudos e Desenvolvimento de Auditoria de Obras - GDAO, do Núcleo de Engenharia - NEG, retroagindo seus efeitos a 01.01.2010.
42	12/01/2010	Dispensando, a pedido, o Analista de Sistemas RODRIGO MARCEL SIQUEIRA DE ARRUDA, matrícula 1272, da função gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-2, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, retroagindo seus efeitos a 01.01.2010.
43	12/01/2010	Designando o Analista de Sistemas BRENO CÉSAR SPINDOLA CORREIA, matrícula 1322, para exercer a função gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-2, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, retroagindo seus efeitos a 01.01.2010.
44	12/01/2010	Designando os servidores autorizados a realizar despesas por meio de suprimentos individuais, no exercício de 2010.
45	12/01/2010	Formalizando o exercício do Analista de Sistemas BRUNO DE OLIVEIRA LIRA, matrícula 0975, no Gabinete do Procurador Gustavo Massa – MPCO 05, do Ministério Público de Contas.
46	15/01/2010	Formalizando o exercício do Inspetor de Obras Públicas WILLAMS BRANDÃO DE FARIAS, matrícula 0367, na Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães - ECPBG, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
47	15/01/2010	Formalizando o exercício do Assistente Técnico de Informática e Administração AMAURY DUARTE PADILHA, matrícula 1244, no Gabinete do Procurador Cristiano Pimentel – MPCO 09.
48	15/01/2010	Dispensando, a pedido, o Técnico de Auditoria das Contas Públicas MARCOS KLEUBER OLIVEIRA NASCIMENTO, matrícula 0287, da função gratificada de Assessor Técnico de Gabinete de Conselheiro, símbolo TC-FGG-1, do Gabinete do Conselheiro Fernando Correia, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
49	15/01/2010	Designando o Técnico de Auditoria das Contas Públicas MARCOS KLEUBER OLIVEIRA NASCIMENTO, matrícula 0287, para exercer a função gratificada de Assessor Técnico da Chefia de Gabinete da Presidência, símbolo TC-FGG-1, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
50	15/01/2010	Dispensando, a pedido, o Auditor das Contas Públicas RÔMULO LINS DE ARAUJO FILHO, matrícula 0463, da função gratificada de Chefe da Divisão de Acompanhamento da Gestão Municipal, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Controle Municipal, a partir desta data.
51	15/01/2010	Designando a Técnica de Auditoria das Contas Públicas ANA TEREZA VENTURA COELHO, matrícula 0821, para exercer a função gratificada de Chefe da Divisão de Acompanhamento da Gestão Municipal, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Controle Municipal, a partir desta data.
52	15/01/2010	Designando a Inspetora de Obras Públicas MICHELLE PONTES SEIXAS, matrícula 1309, para responder pelo cargo em comissão de Inspetor Regional de Palmares, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular ALANDEIVES DE ALMEIDA SOUTO, a partir de 18.01.2010.
53	15/01/2010	Designando o Analista de Sistemas LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA, matrícula 0850, para responder pelo cargo em comissão de Coordenador de Tecnologia da Informação, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento da titular Maria Teresa Silva de Moura, a partir de 18.01.2010.
54	15/01/2010	Formalizando o exercício do Técnico de Inspeção de Obras Públicas ANTONIO PEDRO BARROS DE FIGUEIREDO, matrícula 0264, na Inspetoria Regional de Palmares – IRPA, retroagindo seus efeitos a 14.01.2010.
55	18/01/2010	Designando os servidores abaixo para integrar o Grupo de Trabalho do Programa de Informatização da Auditoria – AUDIN, criado pela Portaria nº 141/2006, de 13 de fevereiro de 2006, retroagindo seus efeitos a 15/01/2010.
56	18/01/2010	Alterando o art. 18-a da portaria nº. 141/2006, de 13 de fevereiro de 2006, que criou o grupo de trabalho do Programa de Informatização da Auditoria – AUDIN, que passa a vigorar com a seguinte redação, retroagindo seus efeitos a 01/01/2010.
57	18/01/2010	Designando o Auditor das Contas Públicas JOÃO CARLOS CAMILO CARLINI NETO, matrícula 0925, para responder pelo cargo em comissão de Inspetor Regional de Petrolina, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular RICARDO TURÍBIO MOTA ALBÊLO, retroagindo seus efeitos a 14.01.2010.
58	18/01/2010	Designando a Assistente Técnica de Plenário ANA CLÁUDIA VASCONCELOS ESTEVES STAMFORD, matrícula 0427, para responder pelo cargo em comissão de Chefe do Núcleo Técnico de Plenário, símbolo TC-CCS-2, enquanto durar o impedimento da titular MARIA DE FÁTIMA TAVARES TOSCANO BARRETO, a partir de 30.01.2010.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
59	18/01/2010	Designando o Auditor das Contas Públicas EDUARDO GODOY COELHO DE SOUZA, matrícula 1153, para responder pela função gratificada de Chefe da Divisão de Contas da Capital, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Controle Municipal, durante o impedimento do titular GEORGE PIERRE DE LIMA SOUZA, a partir desta data.
60	18/01/2010	Designando o Auditor das Contas Públicas ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA, matrícula 0894, para responder pelo cargo em comissão de Inspetor Regional da Metropolitana Norte, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento da titular CRISTIANA MONTEIRO SILVA, a partir de 20.01.2010.
61	18/01/2010	Determinando que a Técnica de Auditoria das Contas Públicas ANA TEODORA DE ALMEIDA CHAVES, matricula 1018, continue a disposição da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.
62	19/01/2010	Formalizando o exercício do Auditor das Contas Públicas DIMAS DA FONSECA LINS, matrícula 0732, na Divisão de Contas das Empresas Estatais - DIES, do Departamento de Controle Estadual - DCE, a partir de 01.02.2010.
63	19/01/2010	Designando o Inspetor de Obras Públicas VAUDO ARAÚJO MEDEIROS, matrícula 0812, para responder pelo cargo em comissão de Inspetor Regional de Bezerros, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular EDUARDO MACHADO DE MELO, retroagindo seus efeitos a 18.01.2010.
64	20/01/2010	Formalizando o exercício do Assistente Técnico de Informática e Administração GENIVAL LIMA DA SILVA, matrícula 1056, na Inspetoria Regional Metropolitana Sul – IRMS, retroagindo seus efeitos a 19.01.2010.
65	20/01/2010	Formalizando o exercício da Técnica de Auditoria das Contas Públicas GLÓRIA MARIA FRAGA CORREA DOS SANTOS, matrícula 1041, na Divisão de Acompanhamento da Gestão Estadual - DIGE, do Departamento de Controle Estadual – DCE, retroagindo seus efeitos a 01.01.2010.
66	20/01/2010	Designando o Analista de Sistemas ADRIANO LORENA INÁCIO OLIVEIRA, matrícula 0794, para responder pela função gratificada de Chefe da Gerência de Ensino, símbolo TC-FGG-2, da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães, durante o impedimento do titular Gustavo Pimentel da Costa Pereira, retroagindo seus efeitos a 18.01.2010.
67	20/01/2010	Delegando ao Diretor do Departamento de Contabilidade e Finanças o poder de assinar os requerimentos necessários para atualizar o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas perante o Ministério da Fazenda.
68	20/01/2010	Delegando ao Diretor do Departamento de Contabilidade e Finanças o poder de assinar os requerimentos necessários para adquirir ou atualizar o e-CNPJ (CNPJ Eletrônico) perante a autoridade certificadora competente.
69	21/01/2010	Formalizando o exercício do Técnico de Auditoria das Contas Públicas ANTÔNIO ZIRPOLI JÚNIOR, matrícula 1005, na Gerência de Inativos e Pensionistas do Estado – GIPE, do Núcleo de Atos de Pessoal – NAP, retroagindo seus efeitos a 04.01.2010.
70	21/01/2010	Formalizando o exercício do Técnico de Auditoria das Contas Públicas LUCIANO CARNEIRO DE SOUSA, matrícula 0789, na Inspetoria Regional de Surubim – IRSU, retroagindo seus efeitos a 18.01.2010.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
71	22/01/2010	Determinando que a Inspetora de Obras Públicas ANALÚCIA MOTA VIANNA CABRAL, matrícula 0268, continue à disposição do Governo do Estado de Pernambuco.
72	22/01/2010	Determinando que o Inspetor de Obras Públicas BRENO JOSÉ BARACUHY DE MELO, matrícula 0335, continue à disposição do Governo do Estado de Pernambuco.
73	22/01/2010	Determinando que o Auditor das Contas Públicas DÁCIO RIJO ROSSITER FILHO, matrícula 0781, continue à disposição do Governo do Estado de Pernambuco
74	22/01/2010	Determinando que o Auditor das Contas Públicas DANILO JORGE BARROS CABRAL, matrícula 0044, continue à disposição do Governo do Estado de Pernambuco.
75	22/01/2010	Determinando que o Auditor das Contas Públicas EDGARD TÁVORA DE SOUSA, matrícula 0257, continue à disposição do Governo do Estado de Pernambuco
76	22/01/2010	Determinando que o Técnico de Inspeção de Obras Públicas FLÁVIO GUIMARÃES FIGUEIREDO LIMA, matrícula 0772, continue à disposição do Governo do Estado de Pernambuco.
77	22/01/2010	Determinando que o Técnico de Auditoria das Contas Públicas, GERALDO JÚLIO DE MELO CAVALCANTI, matrícula 0445, continue à disposição do Governo do Estado de Pernambuco.
78	22/01/2010	Determinando que o Analista de Sistemas JOÃO CARLOS DUARTE DOS SANTOS, matrícula 0756, continue à disposição do Governo do Estado de Pernambuco.
79	22/01/2010	Determinando que o Auditor das Contas Públicas, JORGE LUIS MIRANDA VIEIRA, matrícula 0936, continue à disposição do Governo do Estado de Pernambuco.
80	22/01/2010	Determinando que o Auditor das Contas Públicas JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO, matrícula 0733, continue à disposição do Governo do Estado de Pernambuco.
81	22/01/2010	Determinando que o Auditor das Contas Públicas LÚCIO GUSTAVO DE PAIVA GENU DINIZ, matrícula 0930, continue à disposição do Governo do Estado de Pernambuco.
82	22/01/2010	Determinando que o Auditor das Contas Públicas PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA, matrícula 0844, continue à disposição do Governo do Estado de Pernambuco.
83	22/01/2010	Determinando que a Auditora das Contas Públicas RENATA DE ANDRADE LIMA CAMPOS, matrícula 0272, continue à disposição do Governo do Estado de Pernambuco.
84	22/01/2010	Determinando que o Técnico de Auditoria das Contas Públicas, SILENO SOUZA GUEDES, matrícula 0700, continue à disposição do Governo do Estado de Pernambuco.
85	25/01/2010	Designando os servidores abaixo para integrar o Grupo de Trabalho do Projeto de Instituição do Processo Eletrônico do TCE-PE, com amparo na Portaria nº 251, de 29 de maio de 2009, produzindo efeitos a partir de 01.02.2010.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
86	25/01/2010	Determinando registro de elogio na ficha funcional do Servidor RUBENS FERREIRA LEITE, matrícula 0992, pela proficiência, presteza e efetividade demonstradas na apreciação do processo de Inexigibilidade relativo aos festejos do padroeiro do município de Manari.
20*	15/01/2010	Formalizando o exercício do Auditor das Contas Públicas MARCO ANTONIO DE ALBUQUERQUE MORAES FILHO, matrícula 1092, na Auditoria Geral - AUGE
87	26/01/2010	Designando a Assistente Técnica de Informática e Administração FRANCISCA IRACEMA DOS SANTOS BEZERRA, matrícula 0369, para responder pela função gratificada de Secretário de Inspetor, símbolo TC-FSG-2, da Inspetoria Regional de Petrolina, durante o impedimento da titular MARITÔNIA BASTOS FERREIRA LIMA.
88	26/01/2010	Designando a Servidora CLAUDIA MARIA MENDONÇA DE OLIVEIRA ARRUDA, matrícula 1591, para responder pela Função Gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-1, da Coordenadoria de Controle Externo, enquanto durar o impedimento do titular EDVALDO ANTÔNIO DA SILVA, a partir de 08.02.2010.
89	26/01/2010	Designando a Procuradora CECÍLIA LOU, matrícula 1246, para responder pelo cargo em comissão de Procurador Chefe, símbolo TC-PCC, da Procuradoria Consultiva, enquanto durar o impedimento do titular HILTON CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.
90	26/01/2010	Designando o Auditor das Contas Públicas CARLOS MARCEL RODRIGUES ARAÚJO, matrícula 0855, para responder pelo cargo em comissão de Inspetor Regional de Salgueiro, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular JOSÉ RIBEIRO DE ANDRADE NETO.
91	28/01/2010	Disciplinando a concessão da gratificação natalina aos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
92	29/01/2010	Determinando registro de elogio na ficha funcional dos servidores da Diretoria de Plenário, pelo excelente desempenho na revisão e correção de processos, no exercício de 2009.
93	29/01/2010	Formalizando o exercício do Inspetor de Obras Públicas ROGÉRIO CEZAR FERREIRA DA CARVALHEIRA, matrícula 1288, na Inspetoria Regional Metropolitana Sul – IRMS, a partir desta data.
94	29/01/2010	Formalizando o exercício do Auditor das Contas Públicas EDSON FLÁVIO DE ALMEIDA PESSÔA, matrícula 1338, na Inspetoria Regional Metropolitana Sul – IRMS.
95	29/01/2010	Designando o Assistente Técnico de Informática e Administração GENIVAL LIMA DA SILVA, matrícula 1056, para exercer a função gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-2, da Inspetoria Regional Metropolitana Sul.
96	29/01/2010	Exonerando, a pedido, o Servidor FERNANDO DE CASTRO FERNANDES, matrícula 1213, do cargo em comissão de Secretário da Ouvidoria, símbolo TC-CCS-2, a partir de 01.02.2010.
97	29/01/2010	Nomeando LUIZA BRENNAND GUERRA para exercer o Cargo em Comissão de Secretária da Ouvidoria, símbolo TC-CCS-2, a partir de 01.02.2010.
98	29/01/2010	Exonerando, a pedido, a Servidora ANDRÉA GUEIROS DE FREITAS HIRSCHLE, matrícula 1533, do cargo em comissão de Secretário da Diretoria Geral, símbolo TC-CCS-2, a partir de 01.02.2010.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
99	29/01/2010	Nomeando o Servidor FERNANDO DE CASTRO FERNANDES, matrícula 1213, para exercer o cargo em comissão de Secretário da Diretoria Geral, símbolo TC-CCS-2, a partir de 01.02.2010.
100	29/01/2010	Dispensando, a pedido, a Servidora CRISTINA MARIA BRAGA DE CARVALHO, matrícula 1501, da função gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-1, do Gabinete da Presidência, a partir de 01.02.2010.
101	29/01/2010	Designando a Servidora ANA PAULA XAVIER BEZERRA WANDERLEY, matrícula 1578, para exercer a função gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-1, do Gabinete da Presidência, a partir de 01.02.2010.
102	29/01/2010	Dispensando, a pedido, a Auditora das Contas Públicas ANDRÉA MAGALHÃES DE ALMEIDA, matrícula 0744, da função gratificada de Chefe da Divisão de Acompanhamento da Gestão Estadual, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Controle Estadual, a partir de 01.02.2010.
103	29/01/2010	Designando a Técnica de Auditoria das Contas Públicas GLÓRIA MARIA FRAGA CORREA DOS SANTOS, matrícula 1041, para exercer a função gratificada de Chefe da Divisão de Acompanhamento da Gestão Estadual, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Controle Estadual, a partir de 01.02.2010.
104	29/01/2010	Dispensando, a pedido, o Técnico de Auditoria das Contas Públicas MÁRCIO TADEU PADILHA DE FREITAS, matrícula 0987, da função gratificada de Chefe da Divisão de Contas da Administração Direta, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Controle Estadual, a partir de 01.02.2010.
105	29/01/2010	Designando a Auditora das Contas Públicas ANDRÉA MAGALHÃES DE ALMEIDA, matrícula 0744, para exercer a função gratificada de Chefe da Divisão de Contas da Administração Direta, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Controle Estadual, a partir de 01.02.2010.
106	01/01/2010	Designando a Técnica de Auditoria das Contas Públicas MARIA PAULA GUEDES PEREIRA FIGUEIREDO, matrícula 0170, para responder pela função gratificada de Chefe da Divisão de Folha de Pagamento, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Gestão de Pessoas, durante o impedimento da titular LUCIENNE BOUDOUX JATOBÁ DE BARROS.
107	01/01/2010	Formalizando o exercício do Inspetor de Obras Públicas JOÃO CÉSAR BEZERRA DE MENEZES, matrícula 1235, na Gerência de Auditoria de Obras Públicas – GAOP, do Núcleo de Engenharia – NEG, a partir desta data.
108	03/02/2010	Determinando que o Assistente Técnico de Informática e Administração PAULINO RAPOSO GAMEIRO TORRES, matrícula 0941, continue à disposição da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.
109	03/02/2010	Determinando que o Técnico de Auditoria das Contas Públicas ANTONIO MACHADO MANÇO, matrícula 0429, continue à disposição da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.
110	03/02/2010	Designando a Servidora ELIANE VIANA DO CARMO FRANÇA, matrícula 1558, para exercer a função gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-1, da Diretoria Geral.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
111	03/01/2010	Designando o Técnico de Auditoria das Contas Públicas JOELSON LIMA VALE, matrícula 0891, para responder pela função gratificada de Chefe da Gerência Financeira, símbolo TC-FGG-2, da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães, enquanto durar o impedimento do titular Carlos Alberto Sales de Almeida.
112	05/02/2010	Formalizando o exercício da Técnica de Auditoria das Contas Públicas ADRIANA DE OLIVEIRA NÓBREGA, matrícula 0351, na Gerência de Admissão de Pessoal do Estado e da Capital – GAPE, do Núcleo de Atos de Pessoal – NAP.
113	09/02/2010	Designando a Auditora das Contas Públicas ANA LUISA DE GUSMÃO FURTADO, matrícula 1141, para responder pela função gratificada de Chefe da Divisão de Contas de Autarquias e Fundações, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Controle Estadual, enquanto durar o impedimento do titular GERALDO BASTOS FISCINA.
114	09/02/2010	Formalizando o exercício da Técnica de Auditoria das Contas Públicas ADRIANA MARIA FREJ LEMOS, matrícula 0898, na Divisão de Contas dos Poderes Estaduais – DIPE, do Departamento de Controle Estadual - DCE.
115	09/02/2010	Formalizando o exercício da Auditora das Contas Públicas SUELY FRANCELINO CRUZ, matrícula 1049, na Gerência de Controle Interno - GECI, do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional – NPC.
116	08/02/2010	Designando o Assistente Técnico de Informática e Administração GILSON OLIVEIRA CAVALCANTI, matrícula 1080, para compor, na qualidade de Integrante, o Grupo de Trabalho do Programa de Informatização da Auditoria – AUDIN, criado pela Portaria nº 141/2006, de 13 de fevereiro de 2006.
117	09/02/2010	Determinando registro de elogio na ficha funcional do Procurador do Ministério Público de Contas CRISTIANO DA PAIXÃO PIMENTEL, em função de sua competência, dedicação e atuação exemplar à frente da Procuradoria Geral do Ministério Público de Contas deste Tribunal.
118	09/02/2010	Formalizando o exercício do Inspetor de Obras Públicas RÓGERIO MAIA BELTRÃO, matrícula 0432, na Inspetoria Regional de Surubim – IRSU.
119	09/02/2010	Declarando ponto facultativo, para os servidores deste Tribunal, nos próximos dias 15, 16 e 17 de fevereiro.
120	11/02/2010	Formalizando o exercício do Auditor das Contas Públicas RÔMULO LINS DE ARAÚJO FILHO, matrícula 0463, na Coordenadoria de Controle Externo – CCE.
121	11/02/2010	Formalizando o exercício da Assistente Técnica de Informática e Administração ELIZABETH PIMENTEL CUNHA, matrícula 0438, no Departamento de Informação e Documentação - DID, a partir do dia 18.02.2010.
122	18/02/2010	Designando a Assistente Técnica de Informática e Administração LIZ DE FÁTIMA VILLAS ARCOVERDE, matrícula 0122, para responder pelo cargo em comissão de Secretário da Auditoria Geral, símbolo TC-CCS-2, enquanto durar o impedimento do titular EDUARDO SILVA DA MOTA SILVEIRA, a partir do dia 01.03.2010.
123	22/02/2210	Designando o Inspetor de Obras Públicas ALEXANDRE LUCAS DE OLIVEIRA, matrícula 0749, para responder pelo cargo em comissão de Inspetor Regional de Garanhuns, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular JÚLIO CÉSAR BARBOSA RODRIGUES, a partir desta data.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
124	23/02/2010	Formalizando o exercício da Auditora das Contas Públicas MARIA UILMA RODRIGUES DOS SANTOS, matrícula 0426, na Coordenadoria de Controle Externo – CCE.
125	23/02/2010	Formalizando o exercício do Auditor das Contas Públicas IVAN CAMELO ROCHA, matrícula 1271, na Coordenadoria de Controle Externo – CCE.
125	23/02/2010	Formalizando o exercício do Técnico de Auditoria das Contas Públicas ADÉLIO PEREIRA FERREIRA, matrícula 0869, na Coordenadoria de Controle Externo – CCE.
126	23/02/2010	Formalizando o exercício do Técnico de Auditoria das Contas Públicas ADÉLIO PEREIRA FERREIRA, matrícula 0869, na Coordenadoria de Controle Externo – CCE.
127	23/02/2010	Delegando até 31.12.2010, ao Diretor Geral e ao Diretor Geral Adjunto, com fundamento no artigo 94, inciso IV, da Lei Orgânica deste Tribunal, poderes para assinar contratos com valor inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos casos em que o objeto seja compra ou serviço, e a R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais), nos casos de obra ou serviço de engenharia.
128	24/02/2010	Formalizando o exercício do Técnico de Auditoria das Contas Públicas VICENTE LUIZ DA ROCHA TELES, matrícula 0222, na Gerência de Jornalismo – GEJO, do Núcleo de Comunicação – NUC.
129	24/02/2010	Designando a Servidora ANDRÉA GUEIROS DE FREITAS HIRSCHLE, matrícula 1533, para exercer a função gratificada de Assessor Técnico de Gabinete de Conselheiro, símbolo TC-FGG-1, do Gabinete do Conselheiro Fernando Correia.
130	09/03/2010	Fixando os relatores dos processos conexos, por grupos de unidades gestoras municipais e estaduais, relativos à competência do exercício financeiro de 2010.
131	01/03/2010	Designando o Assistente Técnico de Informática e Administração JOSÉ ANTÔNIO LEITE GONÇALVES, matrícula 0907, para responder pelo cargo em comissão de Coordenador de Administração Geral, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular RUY BEZERRA DE OLIVEIRA FILHO, a partir desta data.
132	02/03/2010	Concedendo licença ao Técnico de Auditoria das Contas Públicas ÂNGELO GIUSEPPE BRECKENFELD LOPES FERNANDES, matrícula 0706, eleito em 04 de fevereiro do corrente ano, para desempenho de mandato no Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – SINDICONTAS.
133	02/03/2010	Formalizando o exercício do Auditor das Contas Públicas CARLOS GENESIO DE OLIVEIRA SEIXAS, matrícula 0803, na Inspetoria Regional Metropolitana Norte – IRMN, a partir de 15.03.2010.
134	02/03/2010	Formalizando o exercício da Técnica de Auditoria das Contas Públicas LUCIANE ROCHA MACÊDO, matrícula 1093, na Gerência de Controle Interno – GECI, do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional – NPC, a partir de 15.03.2010.
135	02/03/2010	Formalizando o exercício do Inspetor de Obras Públicas CARLOS ALBERTO CARVALHO VIEIRA DE MELO, matrícula 1234, na Gerência de Auditoria de Obras Públicas – GAOP, do Núcleo de Engenharia – NEG.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
136	02/03/2010	Designando a Técnica de Inspeção de Obras Públicas NOEMI CALDAS BAHIA FALCÃO, matrícula 0801, para responder pelo cargo em comissão de Chefe de Gabinete, símbolo TC-CCS-1, do Gabinete do Conselheiro Romário Dias – GC 02, enquanto durar o impedimento do titular José Natanael Mendes de Sá, a partir desta data.
137	02/03/2010	Designando a Auditora das Contas Públicas TACIANA MARIA DA MOTA SILVEIRA, matrícula 0260, para exercer a função de Coordenadora Geral da UEL/PROMOEX.
138	02/03/2010	Designando a Auditora das Contas Públicas ADRIANA DUBEUX PACÍFICO PEREIRA, matrícula 0830, para exercer a função de Coordenadora Geral - Adjunta da UEL/PROMOEX.
139	02/03/2010	Designando a Auditora das Contas Públicas MARIA TERESA ABATH CARDOSO BARRETO, matrícula 0425, para exercer a função de Coordenador Técnico da UEL/PROMOEX-PE.
140	02/03/2010	Designando a Auditora das Contas Públicas ELISABETE DE ABREU E LIMA MOREIRA, matrícula 0730, para exercer a função de Coordenador Administrativo-Financeiro da UEL/PROMOEX-PE.
141	02/03/2010	Designando o Inspetor de Obras Públicas NELSON BARRETO COUTINHO BEZERRA DE MENEZES, matrícula 0275, para exercer a função de Coordenador de Monitoramento e Avaliação da UEL/PROMOEX-PE.
142	02/03/2010	Estabelecendo nova disciplina ao Projeto de Modernização do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – PROMOEX-PE.
143	04/03/2010	Formalizando o exercício do Inspetor de Obras Públicas FABIO CESAR DE ALMEIDA PEREIRA DE LYRA, matrícula 0805, na Inspetoria Regional de Surubim – IRSU.
144	05/03/2010	Formalizando o exercício da Técnica de Auditoria das Contas Públicas GEORGINA MARIA DE FIGUEIREDO MELO, matrícula 0747, na Gerência de Inativos e Pensionistas do Estado – GIPE, do Núcleo de Atos de Pessoal – NAP, a partir desta data.
145	09/03/2010	Instituindo a sistemática de controle patrimonial de bens móveis e imóveis pertencentes ao patrimônio desta Corte e aprovando o Manual de Patrimônio na forma do Anexo Único desta Portaria.
146	09/03/2010	Determinando que o Assistente Técnico de Informática e Administração ALDEMAR SILVA DOS SANTOS, matrícula 0395, continue à disposição da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, com ônus para este Tribunal, até 31.12.2010, observando-se o disposto no artigo 24, inciso III, da Lei Estadual nº. 12.595/2004.
147	09/03/2010	Designando o Auditor das Contas Públicas EDSON FLÁVIO DE ALMEIDA PESSÔA, matrícula 1338, para compor, na qualidade de Integrante, o Grupo de Trabalho do Programa de Informatização da Auditoria – AUDIN, criado pela Portaria nº 141/2006, de 13 de fevereiro de 2006.
148	10/03/2010	Determinando registro de elogio na ficha funcional dos Inspetores de Obras Públicas, abaixo relacionados, pelo trabalho realizado durante a auditoria de acompanhamento na Prefeitura Municipal de Riacho das Almas.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
149	11/03/2010	Formalizando o exercício da Auditora das Contas Públicas MARIA TERESA ABATH CARDOSO BARRETO, matrícula 0425, do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional – NPC.
150	11/03/2010	Formalizando o exercício da Auditora das Contas Públicas MARIA TERESA ABATH CARDOSO BARRETO, matrícula 0425, do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional – NPC.
151	11/03/2010	Formalizando o exercício do Técnico de Auditoria das Contas Públicas RICARDO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA, matrícula 0303, na Gerência de Inativos e Pensionistas dos Municípios – GIPM, do Núcleo de Atos de Pessoal – NAP.
152	11/03/2010	Formalizando o exercício da Assistente Técnica de Informática e Administração PATRÍCIA AZEVEDO REGO LIMA LENCIONI, matrícula 0931, na Ouvidoria.
153	18/03/2010	Determinando que o Técnico de Auditoria das Contas Públicas PAULO CÉSAR MENEZES TEIXEIRA, matrícula 0377, continue à disposição da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.
154	22/03/2010	Designando o Auditor das Contas Públicas IRAQUITAN TIBURCIO CAVALCANTI, matrícula 0765, para responder pelo cargo em comissão de Inspetor Regional da Metropolitana Sul, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular HUGO LEITE RIBEIRO, a partir de 05/04/2010.
155	29/03/2010	Criando Comissão para análise de recursos, e designando os SERVIDORES ANA YÊDA CIRILO CARVALHO, Assistente Técnico de Plenário, matrícula 0439, GUSTAVO DA FONTE CARNEIRO CAMPELO, Auditor das Contas Públicas, matrícula 0845, THIAGO VALENÇA PARÍSIO, Assistente Técnico de Informática e Administração, matrícula 1201, para comporem a referida Comissão.
156	29/03/2010	Declarando ponto facultativo para os servidores deste Tribunal nos próximos dias 01 e 02 de abril, consagrados à Paixão de Cristo.
157	29/03/2010	Formalizando o exercício da Assistente Técnica de Informática e Administração JACQUELINE LEOPOLDINA LEMOS DA SILVA, matrícula 1341, na Gerência de Inativos e Pensionistas dos Municípios – GIPM, do Núcleo de Atos de Pessoal.
158	30/03/2010	Dispensando, a pedido, a Servidora ANA PAULA XAVIER BEZERRA WANDERLEY , matrícula 1578, da função gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-1, do Gabinete da Presidência, a partir de 01.04.2010.
159	30/03/2010	Designando o Servidor EDNALDO NEVES DE ALMEIDA, matrícula 1504, para exercer a função gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-1, do Gabinete da Presidência, a partir de 01.04.2010.
160	31/03/2010	Formalizando o exercício da Técnica de Auditoria das Contas Públicas VERA FIGUEIREDO MALHEIROS, matrícula 0349, no Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional – NPC.
161	05/03/2010	Reajustando em 12,5% (doze vírgula cinco por cento) o valor mensal do auxílio-alimentação, na forma do artigo 4º da Resolução TC nº. 17/2004, de 29.09.2004, a partir de 01.05.2010.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
162	07/04/2010	Aposentando MARIA DAS GRAÇAS VIEIRA DE MENEZES, Assistente Técnico de Plenário, símbolo D-10, matrícula 0146, voluntariamente, com proventos integrais.
163	07/04/2010	Determinando registro de elogio em ficha funcional da Servidora JENAI CORREIA MARANHÃO, matrícula 1562, pelo comprometimento, esmero, dedicação e bom desempenho, na análise e organização do acervo documental administrativo do Núcleo de Engenharia – NEG.
164	08/04/2010	Designando o Assistente Técnico de Informática e Administração RICARDO CLEMENTE DA SILVA, matrícula 1197, para responder pela função gratificada de Chefe da Divisão de Controle e Análise Contábeis, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Contabilidade e Finanças, enquanto durar o impedimento do titular ANTÔNIO FERNANDO RIBEIRO PESSOA.
165	08/04/2010	Formalizando o exercício da Auditora das Contas Públicas GEANE LOPES DE PAIVA, matrícula 0946, na Inspetoria Regional Metropolitana Norte – IRMN.
166	12/04/2010	Designando a técnica de auditoria das contas públicas ANDRÉA PAULA DE SÁ MIRANDA, matricula 0383, para responder pela função gratificada de chefe da gerência de ensino, símbolo TC-FGG-2, da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães, durante o impedimento do titular GUSTAVO PIMENTEL DA COSTA PEREIRA.
167	12/04/2010	Exonerando a pedido, LUCIANA BELTRÃO ESPÍNOLA PALMA, matricula 1002, do cargo efetivo de Técnica de Auditoria das Contas Públicas, símbolo B-5.
168	13/04/2010	Formalizando o exercício da auditora das Contas Públicas MÁRCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL, matrícula 1095, na gerência de Avaliação de Programa e Órgão Públicos-GEAP da Controladoria de Controle Interno-CCE.
169	13/04/2010	Concedendo licença ao inspetor de obras públicas ADOLFO LUIZ DE SOUZA SÁ, matricula 0748, para desempenho na associação dos Auditores do TCE-PE.
170	13/04/2010	Formalizando o exercício da servidora JANETE DE SANTANA GOMES, matricula 1529, Gerência de Desenvolvimento Organizacional - GDEO, do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional- NPC.
171	13/04/2010	Designando a auditora das contas públicas PATRÍCIA SANTORO DE MELLO, matrícula 1036, para responder a função gratificada de chefe de Divisão de Acompanhamento de Gestão Municipal, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Controle Municipal, durante o impedimento da titular ANA TEREZA VENTURA COELHO, a partir de 19/04/2010.
172	14/04/2010	Determinando registro de elogio em ficha funcional do servidor JOSÉ EULINO MENDONÇA SALES, matricula 0696, pelo comprometimento, esmero, dedicação e bom desempenho, nas atividades de apoio à organização do acervo documental administrativo do Núcleo de Engenharia-NEG.
173	15/04/2010	Exonerando, a pedido, a servidora ANELISE PEREIRA DE SIQUEIRA FERNANDES VIEIRA, matricula 1134, do cargo em comissão de Chefe do Gabinete do Conselheiro, (GC 01), símbolo TC-CCS-1, a partir desta data.
174	15/04/2010	Exonerando, a pedido, a servidora LUCIA HELENA DE CARLI DOS SANTOS MOURY Fernandes matricula 1131, do cargo em comissão de Assessor do Conselheiro (GC 01), símbolo TC-CCS-2, a partir desta data.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
175	15/04/2010	Nomeando a servidora ANELISE PEREIRA DE SIQUEIRA FERNANDES VIEIRA matricula 1134, para exercer o cargo em comissão de Conselheiro (GC01) símbolo TC-CCS-2, a partir desta data.
176	15/04/2010	Nomeando a servidora LUCIA HELENA DE CARLI DOS SANTOS MOURY FERNANDES, matricula 1131, para exercer o cargo em comissão de Chefe do Gabinete do Conselheiro, (GC01), símbolo TC-CCS-1, a partir desta data.
177	15/04/2010	Designando a assistente técnica de informática e administração PATRÍCIA MARIA MARQUES CARDOSO DA SILVA, matrícula 0970, para exercer a função gratificada de Assessor Técnico de Gabinete de Conselheiro, símbolo TC-FGG1 do Gabinete do Conselheiro Carlos Porto.
178	16/04/2010	Formalizando o exercício do servidor GLAUCO JORGE DE BARROS CABRAL, matrícula 1556, no Gabinete do Procurador Geral – MPCO 01 do Ministério Público de Contas.
179	19/04/2010	Dispensando, a pedido, o programador de computador LÚCIO JOSÉ AGUIAR MOREIRA, matrícula 0854, da função gratificada de chefe da Gerência de Informação e Apoio Tecnológico-GIAT, símbolo TC-FGG-2 da Coordenaria de Tecnologia da Informação - CTI, retroagindo seus efeitos a partir desta data.
180	19/04/2010	Designando o analista de sistema EURY PACHECO MOTTA JÚNIOR, matrícula 1164, para exercer a função gratificada de chefe de Gerência de Informação e Apoio Tecnológico - GIAT, símbolo TC-FGG-2, da Coordenaria de Tecnologia da Informação - CTI, a partir desta data.
181	19/04/2010	Formalizando o exercício do programador de computador LÚCIO JOSÉ AGUIAR MOREIRA, matrícula 0854, na Gerência de Desenvolvimento de Sistema de Informações - GDSI, da Coordenaria de Tecnologia da Informação - CTI, a partir de 03/05/2010.
182	19/04/2010	Formalizando o exercício do programador de computador MOISÉS ZARZAR CORREIA DE MELO, matrícula 0831, na Gerência de Auditoria de Tecnologia de Informação - GATI, da Coordenadoria de Controle Externo - CCE, a partir de 03/05/2010.
183*	19/04/2010	Criando grupo de trabalho com vistas a reduzir o acúmulo de processos no Núcleo de Atos de Pessoal - NAP e definindo as formas de atuação. Corrigido no diário do dia 26/05/2010.
184	20/04/2010	Designando o analista de sistemas RODRIGO MARCEL SIQUEIRA DE ARRUDA, matrícula 1272, para responder pela função gratificada de chefe de Gerência de Desenvolvimento de Sistemas de Informação, símbolo TC-TGG-2, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, durante o impedimento da titular ANA CAROLINA CHAVES MACHADO.
185	26/04/2010	Disciplinando a sistemática de averbação de consignação em folha de pagamento para os servidores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE.
186	28/04/2010	Designado que o inspetor de obras públicas NELSON BARRETO COUTINHO DE MENEZES, matrícula 0275, fique à disposição do Governo do Estado de Pernambuco.
187	28/04/2010	Determinando que o inspetor de obras públicas RICARDO CALHEIROS DE ANDRADE LIMA, matrícula 0267, fique à disposição do Governo do Estado de Pernambuco.
188	30/04/2010	Dispensando, a pedido, o inspetor de obras públicas NELSON BARRETO COUTINHO BEZERRA DE MENEZES, matrícula 0275, da função gratificada de chefe da Gerência de Planejamento, símbolo TC-FGG-2, do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional, a partir de 03/05/2010.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
189	30/04/2010	Designando o Auditor de Contas Públicas LUIS EDUARDO CAVALCANTI ANTUNES, matrícula 0387, para exercer a função gratificada de Chefe da Gerência de Planejamento, símbolo TC-FGG-2, do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional, a partir de 03/05/2010.
190	04/05/2010	Designando a Auditora de Contas Públicas JANETE MONTEIRO DE MOURA ROCHA, matrícula 0091, para responder pela função gratificada de Chefe da Gerência de Pesquisa e Cooperação Técnica, símbolo TC-FGG-2, da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães, durante o impedimento do titular ADRIANO LORENA INÁCIO DE OLIVEIRA.
191	04/05/2010	Designado a Auditora de Contas Públicas MARIA ELZA DE SILVEIRA BARROS GALIZA, matrícula 0359, para responder pelo cargo em comissão de coordenador da Corregedoria Geral TC-CCS 2, durante o impedimento do titular RICARDO MARTINS PEREIRA a partir desta data.
192	05/05/2010	Dispensando, a pedido, o Assistente Técnico de Informática e Administração NATAM GOMES DO NASCIMENTO, matrícula 0437, da função gratificada de apoio administrativo, símbolo TC-FAG-1, do Ministério Público de Contas.
193	05/05/2010	Designando a Assistente Técnico de Informática e Administração VERÔNICA PENA SANTOS, matrícula 1100, para exercer a função gratificada de apoio administrativo, símbolo TC-FAG-1, do Ministério Público de Contas.
194	07/05/2010	Designando a Auditora de Contas Públicas ANA LUÍSA DE GUSMÃO FURTADO, matrícula 1141, para responder pela função gratificada de chefe de Divisão de Contas de Autarquias Fundações, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Controle Estadual, enquanto durar o impedimento do titular GERALDO BASTOS FISCINA.
195	07/05/2010	Designando o Auditor de Contas Públicas GERALDO BASTOS FISCINA, matrícula 0995, para responder pelo cargo de Diretor do Departamento de Controle Estadual, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento da titular BETHÂNIA MELO DE AZEVEDO.
196	07/05/2010	Designando a Auditora de Contas Públicas GIOVANA ANDREA GOMES PEREIRA, matrícula 1304, para responder pela função gratificada de Chefe da Divisão de Acompanhamento da Gestão Estadual, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Controle Estadual, enquanto durar o entendimento da titular GLORIA MARIA FRAGA CORREIA DOS SANTOS.
197	05/05/2010	Alterando § 5° e revogando § 6° do Artigo 19 da portaria TC n° 425/2009, de 23.11.2009, que disciplina a concessão de adiamentos aos servidores do Tribunal de Contas para atividades administrativas, de controle externo, de capacitação e de representação.
198	14/05/2010	Determinando registro de elogio na ficha funcional da servidora SANDRA BORBA LEMOS VIEIRA DE CASTRO, matrícula 0591, em função da dedicação, competência e presteza demonstrando quando da realização do IX ECCOR.
199	14/05/2010	Exonerando, a pedido, o servidor EDUARDO SILVA DA MOTA SILVEIRA, matrícula 1274, do cargo em comissão de Secretário de Auditoria Geral, símbolo TC-CCS-2.
200	14/05/2010	Nomeando a servidora BRENDA AZEVEDO PAES BARRETO, para exercer o cargo de comissão de Secretária de Auditoria Geral, símbolo TC-CCS-2

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
201	17/05/2010	Aposentando Ulysses Lins de Albuquerque Neto, Auditor de Contas Públicas, símbolo A-10, matrícula 0219, voluntariamente, com proventos integrais.
202*	18/05/2010	Criando o Grupo de Trabalho de Prestação de Contas e Processo Eletrônico do TCE-PE e designando os servidores abaixo para integrar o referido grupo. Republicada no dia 27/05/2010 por haver incorreção.
203	19/05/2010	Formalizando o exercício da Auditora de Contas Públicas MARIA UILMA RODRIGUES DOS SANTOS, matrícula 0426, no Gabinete da Presidência - GPRE, a partir de 20/05/2010.
204	19/05/2010	Formalizando o exercício do Auditor das Contas Públicas IVAN CAMELO ROCHA, matrícula 1271, na Gerência de Avaliação de Programas e Órgãos Públicos - GEAP, da Coordenadoria de Controle Interno - CCE, a partir de 20/05/2010.
205	19/05/2010	Formalizando o exercício do técnico de Auditoria das Contas Públicas ADÉLIO PEREIRA FERREIRA, matrícula 0869, na Gerência de Avaliação de Programas e Órgão Públicos - GEAP da Coordenadoria de Controle Interno - CCE, a partir da 20/05/2010.
206	20/05/2010	Designando a Assistente Técnica de Informática e Administração LOUISE DE SOUSA CORDEIRO, matrícula 1236, para responder pela função gratificada de Chefe da Gerência de Criação e Editoração, símbolo TC-FGG-2, do Núcleo de Comunicação, enquanto dura o impedimento do titular Eduardo José Albuquerque Montenegro.
207	26/05/2010	Designando o Auditor de Contas Públicas IRAQUITAN TIBURCIO CAVALCANTE, matrícula 0765, para responder pelo cargo de Comissão de Inspetor Regional da Metropolitana Sul, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular HUGO LEITE RIBEIRO.
208	28/05/2010	Determinando que o Inspetor de Obras Públicas CARLOS EDUARDO MACIEL LYRA, matrícula 0415, continue à disposição da Prefeitura do Recife.
209	31/05/2010	Dispensando, a pedido, o servidor EDNALDO NEVES DE ALMEIDA, matrícula 1504, da função gratificada de apoio administrativo, símbolo TC-FAG-1, do Gabinete da Presidência a partir de 01/06/2010.
210	31/05/2010	Designando a servidora CRISTINA MARIA BRAGA DE CARVALHO, matrícula 1501, para exercer a função gratificada de apoio administrativo, símbolo TC-FAG-1, do Gabinete da Presidência a partir de 01/06/2010.
211	31/05/2010	Designando o Técnico de Auditoria de Contas Públicas MÁRCIO TADEU PADILHA DE FREITAS, matrícula 0987, para responder pela função gratificada de Chefe de Divisão de Contas da Administração Direta, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Controle Estadual, enquanto durar o impedimento da titular ANDRÉA MAGALHÃES DE ALMEIDA, a partir de 04/06/2010.
212	31/05/2010	Determinando o feriado do dia 03 de junho, consagrado a Corpus Christi, para o dia 23 de junho (quarta-feira), véspera de São João, e declarando ponto facultativo para os servidores deste Tribunal, no dia 25 de Julho.
213	02/06/2010	Determinando que o expediente deste Tribunal, no próximo dia 15/06/2010 (terça-feira) será das 7 às 13 horas, em virtude da seleção brasileira de futebol na 1° fase da copa do mundo.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
214	07/06/2010	Designando o Assistente Técnico de Informática e Administração GUILHERME RIBEIRO EULALIO CABRAL, matrícula 1204, para responder pela função gratificada de Chefe da Gerência de Jornalismo, TC-FGG-2, do Núcleo de Comunicação, enquanto durar o impedimento do titular ANTÔNIO BERNARDO DE ALBUQUERQUE MELLO, a partir desta data.
215	15/06/2010	Exonerando, a pedido, o servidor HILDEBERTO PEREIRA DA SILVA, matrícula 0077, do cargo em assessor da presidência, símbolo TC-CCS-2, a partir desta data.
216	15/06/2010	Exonerando, a pedido, o servidor LUIZ ARCOVERDE CAVALCANTI, matrícula 0030, do cargo em comissão de Auditor Geral, a partir desta data.
217	15/06/2010	Nomeando o servidor Luiz Arcoverde Filho, matrícula 0030, para exercer o cargo de Assessor da Presidência, símbolo TC-CCS-2, a partir desta data.
218	15/06/2010	Designando a Auditora de Contas Públicas JANETE MONTEIRO DE MOURA ROCHA, matrícula 0091, para responder pelo cargo em comissão de Coordenador da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular Francisco Sinfônio de Souza.
219	16/06/2010	Nomeando LUIZ ARCOVERDE CAVALCANTI FILHO, matrícula 0587, Auditor Geral, nos termos do artigo 120 c/c o artigo 145 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, a partir desta data.
220	17/06/2010	Designando a Auditora de Contas Públicas ANDRÉA MAGALHÃES DE ALMEIDA, matrícula 0744, para responder pelo cargo de Diretor do Departamento do Controle Estadual, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento da titular BETHÂNIA MELO AZEVEDO, a partir de 22/06/2010.
221	17/06/2010	Designado o Técnico de Auditoria das Contas Públicas ANTÔNIO FERNANDO RIBEIRO PESSÔA, matrícula 0306, para responder pelo cargo em comissão de Diretor do Departamento de Contabilidade e Finanças, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA, a partir de 28/06/2010.
222	22/06/2010	Designando o Técnico de Inspeção de Obras Públicas LUIZ CARLOS COSTA, matrícula 0814, para responder pelo cargo em comissão de Secretário do Procurador Geral Adjunto, símbolo TC-CCS-2, enquanto durar o impedimento da titular TACIANA CAHÚ BELTRÃO, a partir de 01/07/2010.
223	22/06/2010	Designando a servidora MARITÔNIA BASTOS FERREIRA LIMA, matrícula 0634, para responder pelo cargo em comissão de Secretário da Inspetoria Regional de Petrolina, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular CARLOS ANDRÉ ZAIDAN DE MELO, a partir de 28/06/2010.
224	22/06/2010	Designando a servidora MARIA DA PAZ BARBOSA E SILVA, Matricula 1612, para responder pela função gratificada de Secretário do Inspetor, símbolo TC-FSG-2, da Inspetoria Geral de Petrolina, durante o impedimento da titular MARITÔNA BASTOS FERREIRA LIMA, a partir de 28/06/2010.
225	28/06/2010	Determinando que o expediente deste Tribunal nesta data seja das 7 às 13 horas, em virtude da participação da Seleção Brasileira de Futebol na 2ª fase da copa do mundo.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
226	29/06/2010	Declarando ponto facultativo para os servidores deste Tribunal no dia 02 de julho (sexta-feira), em virtude do jogo da Seleção Brasileira de Futebol na 3ª fase da copa do mundo, às 11 horas, a ser compensado na quinta-feira dia 1° de julho, em dois expedientes.
227	01/07/2010	Dispensando a pedido, a Auditora das Contas Públicas ROSEANE MILANEZ DE FARIAS, matrícula 0986, do Grupo de Trabalho de Prestação de Contas e Processo Eletrônico do TCE-PE, criado pela portaria n° 202/2010 de 18 de maio de 2010, a partir de 19/07/2010.
228	01/07/2010	Formalizando o exercício da Auditora de Contas Públicas ROSEANE MILANEZ DE FARIAS, matrícula 0986, na Inspetoria Regional de Arcoverde - IRAR no período de 19/07/2010 a 30/01/2011, devendo a mesma retornar a Coordenadoria de Controle Externo - CCE, após o fim do supracitado prazo.
229	01/07/2010	Designado a Assistente Técnica de Plenário MARIA DE FÁTIMA TAVARES TOSCANO BARRETO, matrícula 0147, para responder pelo cargo em comissão de Diretor de Plenário, símbolo TC-CCS-2, enquanto durar o impedimento do titular JOSÉ DEODATO SANTIAGO ALENCAR BARROS.
230	01/07/2010	Designado a Assistente Técnica de Informática e Administração INÊS CORREIA DE OLIVEIRA TAPETY REIS, matrícula 0083, para responder pelo cargo em comissão de Coordenador da Ouvidoria, TC-CCS-2, durante o impedimento da titular MARIA PAULA ANTÃO DE VASCONCELOS a partir de 02/07/2010.
231	01/07/2010	Designando o Assistente Técnico de Informática e Administração ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA PEREIRA, matrícula 0943, para exercer o cargo em comissão de Secretário do MPCO, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento da titular ALESSANDRA CRISTINA BARROS ALEXANDRE DA COSTA, a partir de 05/07/2010.
232	05/07/2010	Formalizando o exercício do Técnico de Auditoria de Contas Públicas JOSÉ EDNALDO BRAZ, matrícula 0355, na Gerência de Inativos e Pensionistas do Estado- G I P E, do Núcleo de Atos de Pessoal – NAP.
233	05/07/2010	Designando a servidora JENAI CORREIA MARANHÃO, matrícula 1562, para responder pela função gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-2, do Departamento de Informação e Documentação, durante o impedimento da titular SANDRA DE SOUZA FERREIRA MAIA.
234	09/07/2010	Exonerando, a pedido, PAULO ROBERTO FERNANDES PINTO JÚNIOR, matrícula 0783, do cargo efetivo de Procurador do Ministério Público de Contas.
235	09/07/2010	Exonerando, a pedido, GIOVANA ANDREA GOMES PEREIRA, matrícula 1304, do cargo efetivo de Auditor de Contas Públicas, símbolo A1.
236	09/07/2010	Designando o Auditor das Contas Públicas GEORGE PIERRE DE LIMA SOUZA, matrícula 0318, para responder pelo cargo em comissão de Diretor do Departamento de Controle Municipal, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular FREDERICO JORGE GOUVEIA DE MELO.
237	09/07/2010	Designado a Assistente Técnica de Informática e Administração LÚCIA MARIA DAS NEVES, matrícula 0798, para responder pelo cargo em comissão de Secretário do Procurador Geral, símbolo TC-CCS-2, do Ministério Público de Contas, enquanto durar o impedimento do titular Emílio Carlos de Arruda.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
238	09/07/2010	Designando a Auditora das Contas Públicas DENISE ROCHA CAVALCANTI DE SENA, matrícula 1085, para responder pelo cargo em comissão de Inspetor Regional de Bezerros, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular EDUARDO MACHADO DE MELO, a partir de 19/07/2010.
239	12/07/2010	Designando o Auditor das Contas Públicas AIRTON MÁRIO DA SILVA, matrícula 1303, para responder pelo cargo em comissão da Inspetoria Regional de Salgueiro, símbolo TC-CCS-2 durante o impedimento do titular José Ribeiro de Andrade Neto, a partir desta data.
240	15/07/2010	Designando o Assistente Técnico de Informática e Administração ANTÔNIA BERNARDO DE ALBUQUERQUE MELLO, matrícula 0342, para responder pelo cargo em comissão, Chefe do Núcleo de Comunicação, símbolo TC-CCS-2, do Gabinete da Presidência durante o impedimento do titular INALDO SAMPAIO DE SOUZA, a partir de 19/07/2010.
241	15/07/2010	Designando a Técnica de Auditoria de Contas Públicas MARÍLIA AUTO DE ALENCAR, matrícula 0293, para responder pelo cargo de função gratificada de Chefe da Gerência de Jornalismo, símbolo TC-FGG-2, do Núcleo de Comunicação durante o impedimento do titular ANTÔNIO BERNARDO DE ALBUQUERQUE MELLO, a partir de 19/07/2010.
242	15/07/2010	Designando o Técnico de Auditoria de Contas Públicas JOÃO JUVÊNCIO DE ARAGÃO BASTOS, matrícula 1086, para responder pelo cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Conselheiro Valdecir Pascoal – GC 01, símbolo TC-CCS-1, durante o impedimento da titular LUCIA HELENA DE CARLI DOS SANTOS MOURY FERNANDES, a partir de 19/07/2010.
243	15/07/2010	Designando o Técnico de Auditoria de Contas Públicas ANTÔNIO ROBERTO MELO FERREIRA, matrícula 0873, para responder pela função gratificada de Chefe de Contas das Empresas Estatais, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Controle Estadual, durante o impedimento do titular EDSON VIEIRA SANTOS.
244	19/07/2010	Designando o Auditor das Contas Públicas EDUARDO JOSÉ DE ALENCAR, matrícula 1012, a Auditora das Contas Públicas CRISTIANA MEIRA LINS SALES, matrícula 0389, o Assistente Técnico de Informática e Administração JOSÉ VIEIRA DE SANTANA, matrícula 0796, e a Assistente Técnica de Informática e Administração NELUSKA GUSMÃO DE MELLO SANTOS, matrícula 0340, para, sob a presidência do primeiro e tendo a última como suplente, constituírem a comissão que irá conduzir o processo licitatório n° 045/2010, leilão n° 001/2010, referente ao leilão de veículos deste Tribunal.
245	20/07/2010	Designando a Auditora das Contas Públicas GERMANA JOSÉ DE ABREU DUARTE, matrícula 1229, para responder pelo cargo em comissão de Inspetor Regional da Metropolitana Norte, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento da titular CRISTIANA MONTEIRO SILVA, a partir de 26/07/2010.
246	20/07/2010	Designando o Analista de Sistemas LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA, matrícula 0850, para responder pelo cargo em comissão de Coordenador de Tecnologia da Informação, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento da titular MARIA TEREZA SILVA DE MOURA
247	20/07/2010	Dispensando, a pedido, a Auditora das Contas Públicas ELISABETE DE ABREU E LIMA MOREIRA, matrícula 0730, da função de Coordenador Administrativo - financeiro UEL/PROMOEX-PE .
248	20/07/2010	Dispensando, a pedido, o Inspetor de Obras Públicas NELSON BARRETO COUTINHO BEZERRA DE MENEZES, matrícula 0275, da função de Coordenador de Monitoramento e Avaliação da UEL/PROMOEX-PE.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
249	20/07/2010	Designando a Técnica de Auditoria das Contas Públicas VERA FIGUEIREDO MALHEIROS, matrícula 0349, para exercer a função de Coordenador Administrativo-Financeiro da UEL/PROMOEX-PE.
250	20/07/2010	Designando o Auditor das Contas Públicas LUIS EDUARDO CAVALCANTI ANTUNES, matrícula 0387, para exercer a função de Coordenador de Monitoramento e Avaliação da UEL/PROMOEX-PE.
251	21/07/2010	Exonerando a Técnica de Auditoria das Contas Públicas ARIANE FONSECA DE OLIVEIRA, matrícula 1103, do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Atos Pessoal, símbolo TC-CCS-2
252	21/07/2010	Dispensando, a pedido, o Técnico de Auditoria das Contas Públicas ARAKEN YPIRANGA DE SOUZA DANTAS JÚNIOR, matrícula 1062, da função gratificada de Chefe de Gerência de Admissão de Pessoal do Estado e da Capital, símbolo TC-FGG-2, do Núcleo de Atos de Pessoal.
253	21/07/2010	Nomeando o Técnico de Auditoria das Contas Públicas ARAKEM YPIRANGA DE SOUZA DANTAS JÚNIOR, matrícula 1062, para o cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Atos de Pessoal, símbolo TC-CCS-2.
254	21/07/2010	Determinando registro de elogio na ficha funcional dos servidores, abaixo relacionados, pelo esforço, comprometimento, qualidade de trabalho e superação individual na realização, finalização e divulgação da Cartilha de Atos de Admissão de Pessoal.
255	21/07/2010	Designando a Técnica de Auditora das Contas Públicas TEREZA CRISTINA CORRÊA OLIVEIRA CARVALHO, matrícula 0216, para responder pelo cargo em comissão de Diretor do Departamento de Informação e Documentação, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento da titular MARIA DO SOCORRO FÉLIXX, a partir de 26/07/2010.
256	26/07/2010	Tornando públicas as linhas de pesquisa do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, para o exercício de 2010, para fins do disposto no artigo 1°, S 1°, da Resolução TC n° 02/2007, de 20 de abril de 2007 nos termos do anexo único desta portaria. Anexo no D.O.U do dia 27/07/2010.
257	27/07/2010	Designando o Inspetor de Obras Públicas GUSTAVO PIMENTEL DA COSTA PEREIRA, matrícula 0234, para responder pelo cargo em comissão de Coordenador da Escola de Contas Professor Barreto Guimarães, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular FRANCISCO SINFÔNIO DE SOUZA a partir desta data.
258	27/07/2010	Designando a Auditora das Contas Públicas SANDRA INOJOSA DE ANDRADE LIRA, matrícula 0734, para responder pelo cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional, símbolo TC-CCS-2 durante o impedimento da titular ADRIANA DUBEUX PACÍFICO PEREIRA, a partir desta data.
249	20/07/2010	Designando a Técnica de Auditoria das Contas Públicas VERA FIGUEIREDO MALHEIROS, matrícula 0349, para exercer a função de Coordenador Administrativo-Financeiro da UEL/PROMOEX-PE.
250	20/07/2010	Designando o Auditor das Contas Públicas LUIS EDUARDO CAVALCANTI ANTUNES, matrícula 0387, para exercer a função de Coordenador de Monitoramento e Avaliação da UEL/PROMOEX-PE.
251	21/07/2010	Exonerando a Técnica de Auditoria das Contas Públicas ARIANE FONSECA DE OLIVEIRA, matrícula 1103, do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Atos Pessoal, símbolo TC-CCS-2.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
252	21/07/2010	Dispensando, a pedido, o Técnico de Auditoria das Contas Públicas ARAKEN YPIRANGA DE SOUZA DANTAS JÚNIOR, matrícula 1062, da função gratificada de Chefe de Gerência de Admissão de Pessoal do Estado e da Capital, símbolo TC-FGG-2, do Núcleo de Atos de Pessoal.
253	21/07/2010	Nomeando o Técnico de Auditoria das Contas Públicas ARAKEM YPIRANGA DE SOUZA DANTAS JÚNIOR, matrícula 1062, do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Atos de Pessoal, símbolo TC-CCS-2.
254	21/07/2010	Determinando registro de elogio na ficha funcional dos servidores, abaixo relacionados, pelo esforço, comprometimento, qualidade de trabalho e superação individual na realização, finalização e divulgação da Cartilha de Atos de Admissão de Pessoal. Servidores: SANDRO BEZERRA TORRES, matrícula 1151, SUZANA NEVES PESSOA DE SOUZA, matrícula 1193, ROQUE BRAZ FILHO, matrícula 0404.
255	21/07/2010	Designando a Técnica de Auditora das Contas Públicas TEREZA CRISTINA CORRÊA OLIVEIRA CARVALHO, matrícula 0216, para responder pelo cargo em comissão de Diretor do Departamento de Informação e Documentação, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento da titular MARIA DE SOCORRO FELIX, a partir de 26/07/2010.
256	26/07/2010	Tornando pública as linhas de pesquisa do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, para o exercício de 2010, para fins do disposto no artigo 1°, S 1°, da Resolução TC n° 02/2007,de 20 de Abril de 2007 nos termos do anexo único desta portaria. Anexo no D.O.U do dia 27/07/2010
257	27/07/2010	Designando o Inspetor de Obras Públicas GUSTAVO PIMENTEL DA COSTA PEREIRA, matrícula 0234, para responder pelo cargo em comissão de Coordenador da Escola de Contas Professor Barreto Guimarães, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular FRANCISCO SINFÔNIO DE SOUZA a partir desta data.
258	27/07/2010	Designando a Auditora das Contas Públicas SANDRA INOJOSA DE ANDRADE LIRA, matrícula 0734, para responder pelo cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional, símbolo TC-CCS-2 durante o impedimento da titular ADRIANA DUBEUX PACÍFICO PEREIRA, a partir desta data.
259	28/07/2010	Designando o Servidor HERALDO BARBOSA DOS SANTOS FILHO, matrícula 0556, para responder pela função gratificada de Secretário, símbolo TC-FSG-2, do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional, enquanto durar o impedimento da titular MÁRCIA OLÍVIA MARQUES DE MORAES.
260	30/07/2010	Dispensando, a pedido, o Auditor das Contas Públicas GERALDO BASTOS FISCINA, matrícula 0995, da função gratificada de Chefe de Divisão de Contas e Autarquias e Fundações, símbolo TC-FGG-2 do Departamento de Controle Estadual, a partir de 02/08/2010.
261	30/07/2010	Designando a Auditora das Contas Públicas ANA LUISA DE GUSMÃO FURTADO, matrícula 1141, para exercer a função gratificada de Chefe de Divisão de Contas e Autarquia e Funções, símbolo TC-FGG-2 do Departamento de Controle Estadual, a partir de 02/08/2010.
262	02/08/2010	Dispensando, a pedido, a servidora CRISTINA MARIA BRAGA DE CARVALHO, matrícula 1501, da função gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-1, do Gabinete da Presidência, a partir desta data.
263	02/08/2010	Designando a Servidora ANA PAULA XAVIER BEZERRA WANDERLEY, matrícula 1578, para exercer a Função Gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-1, do Gabinete da Presidência, a partir desta data.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
264	02/08/2010	Formalizando o exercício da Auditora das Contas Públicas MARIA CRISTINA DA SILVA XAVIER, matrícula 0909, no Departamento de Controle Municipal - DCM, a partir desta data.
265	03/08/2010	Disciplinado o Regime Disciplinar para os servidores do Tribunal de Contas do Estado De Pernambuco...
266	09/08/2010	Formalizando o exercício do Assistente Técnico de Informática e Administração ROQUE BRAZ FILHO, matrícula 0404, na Inspetoria de Regional de Garanhuns IRGA, a partir desta data.
267	12/08/2010	Dispensando o Assistente Técnico de Informática e Administração, MARCELO JOSÉ SILVA MONTEIRO, matrícula 0759, da função gratificada de Secretário, TC-FSG-2, do Núcleo de Engenharia, a partir de 16/08/2010.
268	12/08/2010	Formalizando o exercício do Assistente Técnico de Informática e Administração MARCELO JOSÉ SILVA MONTEIRO, matrícula 0759, na Gerência Financeira - GFIN, da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães - ECPBG, a partir de 16/08/2010.
269	12/08/2010	Dispensando, a pedido, a servidora CLÁUDIA DE CARVALHO SILVA, Técnica de Auditoria das Contas Públicas, matrícula 0300, do grupo de trabalho do NAP (Núcleo de Atos de Pessoal), criado pela portaria TC n° 183/2010.
270	12/08/2010	Designando a Auditora das Contas Públicas MARILOURDES PADILHA DE FREITAS, matrícula 1052, para responder pela função gratificada de Chefe de Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Pessoas, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Gestão de Pessoas, enquanto durar o impedimento do titular AMÓS CHÁGAS JURUBEBA SÁ.
271	12/08/2010	Designando a servidora MARIA DE LOURDES ALVES LIMA, matrícula 0638, para exercer a função gratificada de Secretária, símbolo TC-FSG-2, do Núcleo de Engenharia, a partir de 16/08/2010.
272	13/08/2010	Formalizando o exercício da Auditora das Contas Públicas MARIA CRISTINA DA SILVA XAVIER, matrícula 0909, na Divisão de Gestão Municipal - DIGM, do Departamento de Controle Municipal, DCM.
273	16/08/2010	Deferindo o pedido de remoção definitiva para a Inspetoria Regional de Salgueiro – IRSA, do Assistente Técnico de Informática e Administração ROGÉRIO NOGUEIRA FERNANDES, matrícula 1339, atualmente lotado na Coordenaria de Tecnologia da Informação.
274	20/08/2010	Formalizando o exercício do Técnico de Auditora das Contas Públicas ADÉLIO PEREIRA FERREIRA, matrícula 0869, na Auditoria Geral – AUGE, até 31.12.2010, devendo o mesmo retornar à Gerência de Avaliação de Programas e Órgãos Públicos - GEAP, da Coordenadoria de Controle Externo – CCE, após o fim do supracitado prazo.
275	24/08/2010	Designando a Auditora das Contas Públicas SUZANA NEVES PESSÔA DE SOUZA, matrícula 1193, para exercer a função gratificada de Chefe da Gerência de Admissão de Pessoal do Estado e da Capital, símbolo TC-FGG-2, do Núcleo de Atos de Pessoal, a partir de 08.09.2010.
276	26/08/2010	Determinando que o Técnico de Auditoria das Contas públicas WILL FERREIRA LACERDA, matrícula 0962, fique a disposição do Governo do Estado de Pernambuco, com ônus para o TCEP/PE, sem prejuízo dos seus diretos e vantagens, até 31/12/2010, observando-se o disposto do artigo 24. Inciso 2 da Lei Estadual ° 12.595/2004 , a partir de 02/09/2010.
277	26/08/2010	Declarando que dia 6 de Setembro (segunda-feira), véspera de feriado nacional de 07 de Setembro, seja considerado ponto facultativo para os servidores s deste Tribunal.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
278	30/08/2010	Dispensando, a pedido, a Assistente Técnica de Informática e Administração VERÔNICA PENA SANTOS, matrícula 1100, da função gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-1, do Ministério Público de Contas, a partir de 01.09.2010.
279	30/08/2010	Designando o Assistente Técnico de Informática e Administração ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA PEREIRA, matrícula 0493, para exercer a função gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-1, do Ministério Público de Contas, a partir de 01.09.2010.
280	03/09/2010	Dispensando, a pedido, a servidora CLÁUDIA ALEXANDRA DE ALBUQUERQUE TORREÃO, Auditora das Contas Públicas, matrícula 1150, do grupo de trabalho do NAP (Núcleo de Atos Pessoal) criado pela portaria TC n° 183/2010, publicada no diário oficial de 20 de abril de 2010.
281	08/09/2010	Formalizando o exercício do Auditor das Contas Públicas GERALDO BASTOS FISCINA, matrícula 0995, na Divisão de Contas das Empresas Estatais - DIES, do Departamento de Controle Estadual - DCE, retroagindo seus efeitos a 02.08.2010.
282	09/09/2010	Designando o Auditor das Contas Públicas RUY BEZERRA DE OLIVEIRA FILHO, matrícula 0954, para responder pelo Cargo em Comissão de Diretor Geral, símbolo TC-CCS-1, durante o impedimento da titular TACIANA MARIA DA MOTA SILVEIRA, a partir de 13.09.2010.
283	09/09/2010	Formalizando o exercício da Técnica de Auditoria das Contas Públicas FRANCIÉLIA FERREIRA MENDES, matrícula 0934, no Gabinete do Procurador Geral – MPCO 01, do Ministério Público de Contas.
284	14/09/2010	Designando a Assistente Técnica de Plenário SIMONE ROCHA DA SILVA MACIEL, matrícula 1327, para responder pela função gratificada de Chefe da Divisão de Administração de Imóveis, símbolo TC-TGG-2, do Departamento de Administração e Infraestrutura, enquanto durar o impedimento do titular BRUNO CÂMARA ALENCAR BARROS.
285	17/09/2010	Formalizando o exercício de Técnico de Informática e Administração ROGÉRIO NOGUEIRA FERNANDES, na Inspetoria Regional de Salgueiro - IRSA, a partir desta data.
286	17/09/2010	Formalizando o Analista de Sistemas BRUNO OLIVEIRA LIMA, matrícula 0975, no Gabinete do Procurador Geral – MPCO 01, do Ministério Público de Contas.
287	20/09/2010	Designando o assistente técnico de informática e administração NOHAB SANTOS DE CARVALHO ROCHA, matrícula 1203, para responder pelo cargo de comissão do diretor de Departamento de Expediente e Protocolo, símbolo TC-CCS-02, enquanto durar o impedimento do titular PAULO DE ABREU FALCÃO.
288	21/09/2010	Determinando registro de elogio na ficha funcional do servidor FERNANDO ANTONIO OLIVEIRA ROLIM, matrícula 0774, pelo lançamento do livro "Tribunal de Contas e a regulamentação no transporte intermunicipal de passageiros por ônibus (TIPO)" editado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
289		Regulamentando a sistemática de planejamento gerencial de recursos de materiais, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (mais do DOE).

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
290	22/09/2010	Delegando poderes, até 31.12.2010, ao servidor AUGUSTO CÉZAR DE LIRA, matrícula 0566, Chefe da Divisão de Segurança do Departamento de Administração e Infraestrutura deste Tribunal, para proceder a todos os atos necessários à obtenção de atestados de regularidade de segurança e prevenção contra incêndio, relativos aos edifícios de propriedade do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco na capital e nas Inspetorias Regionais, Junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.
291	27/09/2010	Determinando que o expediente do próximo dia 11 de outubro (segunda-feira), véspera do feriado nacional de 12 de outubro, consagrado a Nossa Senhora Aparecida, seja considerado ponto facultativo para os servidores deste Tribunal.
292	29/09/2010	Designando a servidora ANDRÉA GUEIROS DE FREITAS HIRSCHLE, matrícula 1533, para responder pelo cargo em comissão de Assessor da Presidência, símbolo TC-CCS-2, enquanto durar o impedimento da titular CHRISTIANNE AMORIM BENJAMIM, a partir de 06/10/2010.
293	29/09/2010	Designando a servidora CRISTINA MARIA BRAGA DE CARVALHO, matrícula 1501, para responder pela função gratificada de Assessor Técnico de Gabinete de Conselheiro FERNANDO CORREIA, enquanto durar o impedimento da titular ANDRÉA GUEIROS DE FREITAS HIRSCHLE, a partir de 06/10/2010.
294	01/10/2010	Dispensando, a pedido, a servidora ANA PAULA XAVIER BEZERRA WANDERLEY, matrícula 1578, da função gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-1, do Gabinete da Presidência, a partir desta data.
295	01/10/2010	Designando o servidor EDNALDO NEVES DE ALMEIDA, matrícula 1504, para exercer a função gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-1, do Gabinete da Presidência, a partir desta data.
296		Cancelada. Substituída pela portaria 300/2010
297	06/10/2010	Designando o Auditor das Contas Públicas LUIZ CLÁUDIO TORRES GUSMÃO, matrícula 0890, para responder pela função gratificada de Chefe da Divisão de Acompanhamento da Gestão Estadual, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Controle Estadual, enquanto durar o impedimento da titular GLÓRIA MARIA FRAGA CORREA DOS SANTOS, a partir de 13/10/2010.
298	06/10/2010	Designando a Auditora de Contas Públicas PATRÍCIA SANTORO DE MELLO, matrícula 1036, para responder pela função gratificada de Chefe da Divisão de Acompanhamento de Controle Municipal, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Controle Municipal, enquanto durar o impedimento da titular ANA TEREZA VENTURA COELHO, a partir de 13/10/2010.
299	06/10/2010	Formalizando o exercício do servidor JOÃO GUEDES ALCOFORADO FILHO, matrícula 0628, no Gabinete do Auditor RICARDO JOSÉ RIOS PEREIRA - GAU05, a partir desta data.
300	08/10/2010	Designando o Técnico de Auditoria das Contas Públicas NICOMEDES LOPES DO RÊGO FILHO, matrícula 0746, para responder pela função gratificada de Chefe da Divisão de Contas dos Poderes Estaduais, símbolo TC-FGG-2, do Departamento do Controle Estadual, enquanto durar o impedimento do titular GILSON CASTELO BRANCO DE OLIVEIRA, a partir de 13/10/2010.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
301	14/010/2010	Determinando registro de elogio na ficha funcional dos servidores pertencentes ao Grupo Especial de Assessoramento Técnico para análise da prestação de contas do Governo do Estado de Pernambuco, destacando o excelente trabalho realizado na elaboração do relatório técnico que analisou o processo TC n° 1001940-6 (Prestação de Contas do Governo do Estado de Pernambuco) referente ao exercício financeiro de 2009.
302	18/10/2010	Determinando a transferência do feriado do dia 28 de outubro (quinta-feira), consagrando ao servidor público, para o dia 1° de novembro (segunda-feira).
303	19/10/2010	Designando o Técnico de Auditoria das Contas Públicas JOÃO MELO CIPRIANO, matrícula 1038, para responder pela função gratificada de Chefe da Gerência de Jornalismo, símbolo TC-FGG-2 do Núcleo de Comunicação, enquanto durar o impedimento do titular ANTONIO BERNARDO DE ALBUQUERQUE MELLO.
304	19/10/2010	Dispensando, a pedido, o servidor JOÃO GUEDES ALCOFORADO FILHO, matrícula 0628, da função gratificada de Apoio Administrativo, símbolo TC-FAG-1, da Coordenadoria de Administração Geral.
305	20/10/2010	Designando o Auditor da Contas Públicas RUBENS FERREIRA LEITE, matrícula 0992, para responder pelo cargo em comissão de Inspetor Regional de Salgueiro, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular PAULO RICARDO LINS DA SILVA.
306	22/10/2010	Designando a Técnica de Auditoria das Contas Públicas MARIA PAULA GUEDES PEREIRA FIGUEIREDO, matrícula 0170, para responder pela função gratificada de chefe da Divisão de Folha de Pagamento, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Gestão de Pessoas durante o impedimento da titular LUCIENNE BOUDOUX JANTOBÁ DE BARROS, a partir de 25/10/2010.
307	28/10/2010	Dispensando, a pedido, o Analista de Sistemas EURY PACHECO MOTTA JÚNIOR, matrícula 1164, da função gratificada de Chefe da Gerência de Informação e Apoio Tecnológico, símbolo TC-FGG-2, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação.
308	28/10/2010	Dispensando, a pedido, a Analista de Sistemas ANA CAROLINA CHAVES MACHADO, matrícula 1166, da função gratificada de Chefe da Gerência de Desenvolvimento de Sistemas de Informação, símbolo TC-FGG-2, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação.
309	28/10/2010	Designando a Analista de Sistemas ANA CAROLINA CHAVES MACHADO, matrícula 1166, para exercer a função gratificada de Chefe da Gerência de Informação e Apoio Tecnológico, símbolo TC-FGG-2, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação.
310	28/10/2010	Designando o Analista de Sistemas RODRIGO MARCEL SIQUEIRA DE ARRUDA, matrícula 1272, para exercer a função gratificada de Chefe da Gerência de Desenvolvimento de Sistemas de Informação, símbolo TC-FGG-2, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação.
311	28/10/2010	Designando o Analista de Sistemas EURY PACHECO MOTTA JÚNIOR, matrícula 1164, para integrar o Grupo de Trabalho de Prestação de Contas e Processo Eletrônico do TCE-PE, instituído pela Portaria nº 202/2010, publicada no DOE de 19.05.2010.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
312	28/10/2010	Designando o Assistente Técnico de Informática e Administração RICARDO CLEMENTE DA SILVA, matrícula 1197, para responder pela função gratificada de Chefe da Divisão de Controle e Análise Contábeis, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Contabilidade e Finanças, enquanto durar o impedimento do titular ANTÔNIO FERNANDO RIBEIRO PESSÔA, a partir desta data.
313	28/10/2010	Designando a Assistente Técnica de Informática e Administração CLÁUDIA ÁLVARES DA SILVA VELLOSO FERREIRA, matrícula 1190, para responder pela função gratificada de Chefe da Divisão de Tesouraria e Controle Financeiro, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Contabilidade e Finanças, enquanto durar o impedimento da titular INÊS MARIA FERREIRA DE MIRANDA, a partir de 03.11.2010.
314	28/10/2010	Disciplinado o Prêmio de Valorização dos servidores do TCE-PE para o exercício de 2010.
315	28/10/2010	Designando o Técnico de Auditoria das Contas Públicas JOÃO JUVÊNCIO DE ARAGÃO BASTOS, matrícula 1086, para responder pelo cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Conselheiro Valdecir Pascoal – GC 01, símbolo TC-CCS-1, durante o impedimento da titular LUCIA HELENA DE CARLI DOS SANTOS MOURY FERNANDES, a partir de 03.11.2010.
316	28/10/2010	Designando a Assistente Técnica de Plenário VERUSCHKA GUSMÃO DE MELLO SANTOS, matrícula 0065, para responder pela função gratificada de Chefe da Gerência de Atas, símbolo TC-FGG-2, do Núcleo de Apoio às Sessões, durante o impedimento da titular MARIA APARECIDA REIS, a partir de 03.11.2010.
317	09/11/2010	Determinando que o Inspetor de Obras Públicas JOÃO CÉSAR BEZERRA DE MENEZES, matrícula 1235, fique à disposição do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, com ônus para o TCE/PE, sem prejuízo de seus direitos e vantagens, até 31.12.2010, observando-se o disposto no artigo 24, inciso II, da Lei Estadual nº. 12.595/2004, a partir de 23.11.2010.
318	09/11/2010	Dispensando do grupo de trabalho do NAP (criado pela portaria TC 183/2010), os servidores abaixo relacionados, em razão do cumprimento antecipado de metas que lhe foram atribuídas e das mudanças de atribuição da gerência de inativos e pensionistas do estado.
319	10/11/2010	Criando a comissão de inventário 2010, responsável pela realização do inventário anual de bens permanentes do Tribunal de Contas de Pernambuco.
320	12/11/2010	Designando o Auditor das Contas Públicas, GERALDO BASTOS FISCINA, matrícula 0995, para responder pelo cargo em comissão de Diretor do Departamento de Controle Estadual, símbolo TC-CCS-2 durante o impedimento do titular BETHÂNIA MELO AZEVEDO.
322	23/11/2010	Designando a técnica de Auditoria das Contas Públicas MARILOURDES PADILHA DE FREITAS, matrícula 1052, para responder pela função gratificada de Chefe da Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimentos de Pessoas, símbolo TC-FGG-2, do Departamento de Gestão de Pessoas, enquanto durar o impedimento do titular AMÓS CHAGAS JURUBEBA SÁ, retroagindo seus efeitos a 22/11/2010.
323	23/11/2010	Alterando a portaria 314/2010, de 28 de outubro de 2010 que disciplina o prêmio de valorização dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco para o exercício de 2010.

PORTARIAS

N°	Data	EMENTA
324	23/11/2010	Designando a assistente técnica de informática e administração VILMA MENDONÇA DE AZEVEDO, matrícula 0448, para responder pelo cargo em comissão de Assessor da Presidência, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento da titular ANA CLÁUDIA VIEIRA DE LAVÔR.
325	26/11/2010	Designando o Técnico de Auditoria das Contas Públicas AMÓS CHAGAS JURUBEBA SÁ matrícula 0955, para responder pelo cargo em comissão de Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas, símbolo TC-CCS-2, durante o impedimento do titular PAULO OTÁVIO TÁVORA CAVALCANTI, retroagindo seus efeitos a 22/11/2010.
328	24/11/2010	Instituindo os modelos de carteia de identidade funcional dos Conselheiros, Auditores, membros do Ministério Público de Contas, Procuradores-Consultivos, servidores do quadro dos serviços auxiliares e servidores inativos do TCE-PE.
333	29/11/2010	Disciplinando a Política de Remoção dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
342	07/12/2010	Regulamentando a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/2002, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

8.2 – Medidas Cautelares

Foram editadas as seguintes medidas cautelares:

MC Nº	Situação	Órgãos/ Entidades	Objeto
01	Adotada em 13/01/2010 Revogada em 27/01/2010, Condicionada Reabertura Inscrições	Prefeitura de Ribeirão	Concurso Público Nº 002/09
02	Adotada 27/01/2010	Prefeitura de Moreno	Contrato Empresa Comed
03	Adotada 12/01/2010 Mantida em parte 10/03/2010	Suape	Dispensa de Licitação Nº 007/09
04	Adotada 10/02/2010 Deferido 28/04/10 Arquivada 28/04/2010 Revogada 28/04/2010	Inst.Prev. Paulista	Pregão Presencial Nº 126/09
05	Referendada 10/02/2010	Prefeitura de Limoeiro	Leilão de Bens Inservíveis
06	Adotada 10/02/2010 Revogada 17/03/2010	URB Recife	Concorrência Pública Nº 009/09
07	Adotada 12/02/2010 Revogada 03/03/2010	Prefeitura Itapissuma	Processo Seletivo Nº 001/10
08	Adotada 05/02/10 Arquivada 03/03/2010 Revogada 03/03/2010	Prefeitura de Primavera	Edital de Seleção Simplificada Nº 001/2010
09	Adotada 03/03/2010	Prefeitura de Petrolina	Processo Seletivo
10	Adotada 08/03/10 Referendada 17/03/2010 Arquivada 07/04/2010	Secr. de Assistência Social -PCR	Dispensa de Licitação Nºs 013 e 014/09
11	Adotada 17/03/2010 Mantida 07/07/2010	Distrito de Fernando de Noronha	Concorrência Pública Nº 001/09
12	Adotada 22/04/10 Referendada 28/04/2010	Prefeitura de Itapissuma	Processo Licitatório Nº 039/10
13	Adotada 22/04/10 Referendada 28/04/2010	Prefeitura de Itapissuma	Processo Licitatório Nº 038/10
14	Adotada 08/04/10 Referendada 05/05/2010	Prefeitura de Paulista	Concorrência Pública Nº 001/2010
15	Adotada 07/05/10 Referendada 12/05/2010 Revogada 16/06/2010	UPE	Concurso Público Nº 003/2010
16	Adotada 06/05/10 Referendada 12/05/2010	Prefeitura de Gravatá	Concorrência Pública Nº 001/2010
17	Adotada 17/05/10 Referendada 26/05/2010	UPE	Pregão Eletrônico Nº 012/10
18	Pedido de Reconsideração Deferido em parte 26/05/10	DER	Concorrências Nºs 01,02 -Tomada de Preços Nºs 02, 04, 06, 08, 09/10
19	Adotada 14/05/10 Referendada 26/05/2010	Prefeitura de Tamandaré	Concurso Público Nº 02/10
20	Adotada 27/05/10 Arquivada 02/06/2010	IASC – PCR	Edital Concurso Público

MC Nº	Situação	Órgãos/ Entidades	Objeto
21	Adotada 17/06/10 Referendada 07/07/2010	Prefeitura de Ipojuca	Proc. Licitatório Nº 012/10 - Concorrência Nº 001/10
22	Adotada 17/06/10 Referendada 07/07/2010	Prefeitura de Ipojuca	Proc. Licitatório Nº 004/10- Inexigibilidade Nº 003/10
23	Adotada 08/07/10 Referendada 14/07/2010	Prefeitura de Araripina	Proc. Licitatório Nº 010/10 - Tomada de Preços Nº 001/10
24	Adotada 07/07/10 Mantida 21/07/2010	Prefeitura de Tamandaré	Concurso Público Nº 003/10
25	Adotada 06/07/10 Mantida 21/07/2010	EMPREL	Proc. Licitatório Nº 013/10 - Registro de Preço Nº 012/10
26	Referendada 18/08/2010	CEHAB - PE	Dispensa de Licitação Nº 003/2010
27	Adotada 04/08/10 Pedido de Reconsideração Indeferido 22/09/2010 Revogada 10/11/2010 Mantida 25/08/2010	CTTU – PCR	Registro de Preços Nº 001/10
28	Adotada 03/08/10 Pedido de Reconsideração Indeferido 22/09/2010 Revogada 10/11/2010 Mantida 25/08/2010	CTTU - PCR	Registro de Preços Nº 002/10
29	Adotada 17/09/10 Referendada 22/09/2010	Prefeitura de Araripina	Denúncias
30	Referendada 29/09/2010	IRH/PE	Edital de Concorrência Nº 001/2010
31	Adotada 16/09/10 Referendada 29/09/2010	Prefeitura de Triunfo	Processo Licitatório Nº 003/10
32	Adotada 13/09/10 Mantida 06/10/2010	Suape - PE	Concorrência Nº 017/2009
33	Adotada 13/09/10 Referendada 06/10/2010	Prefeitura de Altinho	Edital de Concurso Público Nº 004/2010
34	Adotada 14/10/10 Mantida 27/10/2010	Prefeitura de Altinho	Edital de Concurso Público Nº 003/10
35	Adotada 27/10/2010	Prefeitura de Tracunhaém	Decreto Municipal Nº 011/2010
36	Adotada 09/11/10 Referendada 17/11/2010	Prefeitura de Sairé	Concurso Público
37	Referendada 17/11/2010	Prefeitura de João Alfredo	Concessão de Estabilidade através de Concurso
38	Referendada 15/12/2010	Prefeitura de Belo Jardim	Dispensa Nº 001/2010 – Proc. Licitatório Nº 055/2010
39	Mantida 15/12/2010	Prefeitura de Olinda	Edital de Pregão Nº 018/2010
40	Referendada 15/12/2010	Prefeitura de Sta. Cruz do Capibaribe	Edital Registro de Preços Nº 002/2010

Fonte: DP